



Relatório
e Contas
2005

Caderno
Financeiro

Análise Financeira	3
Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2005	31
Documentos do Fiscal Único, do Auditor Registrado na CMVM e dos Auditores Externos	101

Jorge Martins
(1940)

s/título, 1973

Óleo s/tela
80cmx80cm

Esta pequena obra pode funcionar como metáfora da pintura ou, de modo mais vasto, da própria Arte. Aliás, essa mesma palavra surge inscrita como legenda colorida na tela, iluminada por uma mulher empunhando uma lanterna acesa, como se a procurasse, ou a quisesse destacar, face ao observador. Juntamente, vemos um conjunto disperso de elementos cromáticos, gestuais e formais básicos que associamos à prática artística como elementos vocabulares postos à disposição dos pintores.

Independentemente da mensagem que pode transmitir e da intencionalidade que revela, a obra reflecte toda a riqueza e mestria técnica que, nas décadas de 60 e 70 do século passado, Jorge Martins apurou as possibilidades de representação ilusionística da luz e da cor.

João Pinharanda

Obras na Coleção EDP.arte: duas pinturas



1. Grupo EDP	4
2. EDP Produção	11
3. Renováveis	14
4. EDP Distribuição	15
5. EDP Comercial	18
6. HC Energia	19
7. Portgás	23
8. Energias do Brasil	24
9. ONI	28

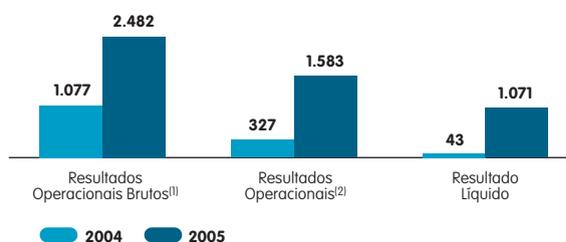
1. GRUPO EDP

O Resultado Líquido do Grupo EDP alcançou os 1.071,1 milhões de euros em 2005 que compara com os 42,8 milhões de euros em 2004.

Balanço		Grupo EDP	
Milhões de euros	2005	2004	
Activos Fixos Tangíveis	13.891,4	12.557,1	
Activos Fixos Intangíveis	3.508,8	2.964,3	
Investimentos financeiros em associadas	351,3	316,8	
Activos disponíveis para venda	566,4	1.169,1	
Impostos diferidos activos	892,7	852,2	
Clientes	122,0	95,1	
Devedores e outros activos	374,6	153,7	
Total de Activos Não Correntes	19.707,2	18.108,3	
Inventários	219,2	156,8	
Clientes	1.463,5	1.161,8	
Devedores e outros activos	1.435,8	838,9	
Impostos a receber	346,2	182,9	
Activos financeiros disponíveis para negociação	275,6	56,2	
Caixa e equivalentes de caixa	585,5	230,7	
Activos detidos para venda	0,0	165,3	
Total de Activos Correntes	4.325,8	2.792,7	
Total do Activo	24.033,0	20.901,0	
Capital social	3.656,5	3.656,5	
Acções próprias	-38,1	-31,7	
Prémios de emissão de acções	502,0	473,0	
Reservas	-1.665,7	-1.612,8	
Resultados acumulados	1.297,6	1.510,1	
Resultado líquido atribuível aos interesses maioritários	1.071,1	42,8	
Capitais Próprios atribuíveis aos interesses maioritários	4.823,4	4.037,9	
Interesses minoritários	1.287,8	743,9	
Total do Capital Próprio	6.111,2	4.781,8	
Empréstimos	8.600,7	7.181,1	
Benefícios aos empregados	1.843,2	1.985,2	
Provisões para riscos e encargos	269,2	293,2	
Conta de hidráulidade	170,0	364,2	
Impostos diferidos passivos	369,7	286,4	
Credores e outros passivos	137,7	199,0	
Total de Passivos Não Correntes	11.390,7	10.309,1	
Empréstimos	1.983,6	1.960,8	
Credores e outros passivos	4.371,8	3.570,1	
Impostos a pagar	175,7	210,4	
Passivos detidos para venda	0,0	68,7	
Total de Passivos Correntes	6.531,2	5.810,0	
Total do Passivo	17.921,8	16.119,2	
Total do Passivo e Capital Próprio	24.033,0	20.901,0	

Demonstração dos Resultados		Grupo EDP	
Milhões de euros	2005	2004	Var. %
Vendas de Energia	9.248,7	6.788,4	36,2%
Custo da Energia consumida	-4.222,0	-3.335,8	-26,6%
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	-1.591,2	-607,7	-161,8%
	3.435,5	2.844,9	20,8%
Outros proveitos	634,5	599,0	5,9%
Prestação de Serviços	428,3	522,3	-18,0%
Outros proveitos	206,2	76,7	168,7%
Outros custos	2.016,7	2.313,0	-12,8%
Fornecimentos e Serviços Externos	816,8	660,9	23,6%
Custos com Pessoal	546,0	527,7	3,5%
Custos com Benefícios aos Empregados	200,3	440,1	-54,5%
Outros custos	453,7	684,4	-33,7%
	2.053,3	1.130,9	81,6%
Provisões	12,5	64,3	-80,6%
Amortizações	996,5	835,2	19,3%
Compensações de Amortizações	-97,6	-85,9	-13,6%
	1.141,9	317,2	259,9%
Ganhos/(perdas) na alienação de activos financeiros	440,7	10,0	4.324,1%
Proveitos Financeiros	527,9	391,8	-34,7%
Custos Financeiros	-927,2	-660,3	-30,1%
Ganhos/(perdas) em Associadas	35,3	3,7	842,0%
Resultados antes de Imposto	1.218,6	62,5	1.851,0%
Imposto sobre Lucros	152,2	16,4	829,6%
Resultados depois de Imposto e antes de alienação de operações descontinuadas	1.066,4	46,1	2.213,8%
Actividades descontinuadas	45,5	0,0	-
Interesses Minoritários	-40,9	-3,3	-1.147,2%
Resultado Líquido	1.071,1	42,8	2.401,7%

Grupo EDP (Milhões de euros)



Em 2005, os Resultados Operacionais Brutos⁽¹⁾ do Grupo EDP aumentaram 131%, reflectindo a consolidação de 100% da HC Energia, que beneficiou do aumento dos preços da "pool" e um forte desempenho operacional da Energias do Brasil. Os Resultados Operacionais Brutos⁽¹⁾ incluem ainda ganhos na alienação de activos financeiros no valor de 440,7 milhões de euros, dos quais 397 milhões de euros correspondem à alienação da participação de 14,3% na GalpEnergia.

¹ Inclui impacto da alienação de activos financeiros e provisões.
² Inclui impacto da alienação de activos financeiros.

Resultados Operacionais Brutos ⁽¹⁾ por Negócio		Grupo	
Milhões de euros	2005	2004	Var. %
EDP Produção	802,4	835,6	-4,0%
Renováveis	19,5	17,4	12,2%
EDP Distribuição	424,0	282,5	50,1%
EDP Comercial	-80,8	-6,1	-1.216,5%
Portgás	19,0	0,0	-
HC Energia	564,9	160,5	251,9%
Energias do Brasil	413,1	210,8	96,0%
Oni	19,3	-33,0	-
Outros e ajustamentos	300,3	-391,2	-
Grupo EDP	2.481,5	1.076,5	130,5%

Apesar da evolução positiva da Margem Bruta da produção vinculada, no seguimento de um aumento da parcela fixa dos CAE e de uma procura de combustíveis eficiente na EDP Produção, os Resultados Operacionais Brutos da EDP Produção caíram 4,0%. A produção das centrais da EDP Produção que operam no sistema não vinculado totalizou 5.252 GWh, enquanto que a EDP Comercial, empresa do Grupo que vende energia aos clientes no segmento liberalizado, vendeu 6.314 GWh. A posição curta do Grupo no mercado liberalizado Português está a ser satisfeita pelas compras de electricidade realizadas pela EDP Produção na "pool" espanhola. O desempenho das actividades liberalizadas durante o período reflecte o impacto combinado dos elevados preços da "pool" verificados em 2005 (com um impacto de 54 milhões de euros em 2005 face a 2004) e a natureza de alguns contratos realizados pela EDP Comercial com os seus clientes que não permite o ajustamento total dos preços finais à subida inesperada dos custos de electricidade. A EDP Comercial está envolvida num processo de renegociação dos contratos com os seus clientes à luz da evolução actual e esperada dos preços da electricidade. Este efeito está a ser mitigado pela entrada em serviço industrial do terceiro grupo de 392 MW da Central do Ribatejo que funciona no mercado não vinculado.

Em contraste, a HC Energia está longa em produção e a cobertura ibérica do grupo torna-se evidente. A HC Energia produziu 15.372 GWh e forneceu 5.926 GWh de electricidade aos seus clientes no segmento liberalizado. Devido a esta posição longa, os

Resultados Operacionais Brutos da empresa beneficiaram dos elevados preços da "pool" (com um impacto de 215 milhões de euros em 2005 face a 2004). A EDP também beneficiou da consolidação de 100% da HC Energia pela primeira vez em 2005

Apesar do forte crescimento da procura, a Margem Bruta da EDP Distribuição foi penalizada pelo aumento dos custos com combustíveis que afectaram a actividade de aquisição de energia. Os Custos Operacionais caíram 26,3% devido à contabilização em 2004 dos custos com o Programa de Reestruturação de RH de 2003/04, programa do qual a EDP Distribuição está agora a beneficiar. Assim, os Resultados Operacionais Brutos da EDP Distribuição aumentaram 50%.

O Brasil continuou a proporcionar fortes crescimentos. Todas as áreas apresentaram elevados crescimentos dos Resultados Operacionais Brutos em 2005, devido a um aumento dos volumes distribuídos e comercializados, a um aumento das tarifas proporcionado pelo impacto positivo dos ajustamentos tarifários, e ao facto dos custos não controláveis terem sido inferiores aos reconhecidos pela regulação. Adicionalmente, o Grupo EDP beneficiou de uma apreciação de 20% da taxa de câmbio Real/Euro em 2005 (+69 milhões de euros) bem como da reversão da provisão constituída em 2003 para fazer face a uma potencial desvalorização do investimento no projecto Lajeado (+30 milhões de euros)

Os Resultados Operacionais Brutos da Oni reflectem uma melhoria da Margem Bruta e um controlo acentuado dos Custos com Pessoal e Fornecimentos e Serviços Externos – outros que não os relacionados com a aquisição e retenção de clientes. Em 2004, Os Resultados Operacionais Brutos da Oni foram negativamente influenciados pela reversão de um crédito fiscal de 40 milhões de euros contabilizado em 2002 relativo à venda da Oni Way à Vodafone.

A rubrica de outros e ajustamentos inclui em 2004 uma correcção à conta de hidraulicidade no valor de -316 milhões de euros e em 2005 uma mais-valia de 397 milhões de euros referente à venda da participação de 14,27% na Galp por 720,5 milhões de euros, -23 milhões de euros relacionados com o ajustamento à mais-valia da venda de 3% da REE (que reflecte a diferença entre as contas da EDP - preço de venda face ao valor de mercado, e as contas da HC Energia - preço de venda face ao valor contabilístico) e 12,4 milhões de euros de mais-valia com a transferência de 2,01% do BCP para o Fundo de Pensões da EDP.

Resultados Financeiros		Grupo EDP	
Milhares de euros	2005	2004	Var. %
Investimentos Financeiros	36.069	30.478	18,3%
Rendimentos de Participações de Capital	36.069	30.478	18,3%
Financiamento	-472.978	-298.965	-45,6%
Juros Financeiros líquidos	-349.787	-301.075	-16,2%
Diferenças de Câmbio Líquidas	68.722	13.889	394,8%
Outros	-154.281	-11.780	-1.209,7%
Resultados Financeiros	-399.277	-268.487	-48,7%

Os **Resultados Financeiros** foram influenciados por:

- Os "Juros financeiros líquidos" aumentaram 16,2% (ou 16,3% excluindo capitalização de juros) reflectindo o aumento da dívida pela consolidação integral da HC Energia (anteriormente consolidada a 40%) em 2005 (+66,7 milhões de euros), mitigado por uma queda no custo médio da dívida de 4,34% para 4,18% (-13,7 milhões de euros);
- Em 2005, os "Ganhos cambiais" reflectiram principalmente o efeito da apreciação de 13% do Real face ao Dólar, afectando a dívida denominada em Dólares no Brasil, versus 9% de apreciação em 2004;
- Os "Outros ganhos e perdas financeiros" em 2005 incluem o reconhecimento da perda financeira de 118 milhões de euros do "marked-to-market" do derivado contratado pela EDP para cobrir o efeito

das alterações da taxa de juro no valor actual dos CMEC (este instrumento será "marked-to-market" mensalmente na conta de resultados até o MIBEL entrar em funcionamento e os CMEC forem efectivos) e o justo valor de instrumentos de cobertura no Brasil (-56,6 milhões de euros).

Há ainda a registar uma maior contribuição das "Empresas do grupo e associadas", que aumentou 31,5 milhões de euros, o que inclui os seguintes impactos positivos: o aumento da participação da EDP na Turbogás de 20% para 40% (+7,3 milhões de euros), a contribuição da REN em 2005, que inclui os dividendos distribuídos pela GalpEnergia (18,3% detida pela REN) e as contribuições da EEGSA (+2,3 milhões de euros), de filiais da HC Energia (+1,6 milhões de euros) e da Edinfor (+1,3 milhões de euros), que começou a ser consolidada pelo método de equivalência patrimonial a partir de Janeiro de 2005, após a alienação de 60% da empresa à LogicaCMG.

O investimento operacional do Grupo EDP totalizou 1.427 milhões de euros em 2005, o que representa um aumento anual de 17,1% face ao ano 2004, principalmente devido aos investimentos efectuados na rede de distribuição de electricidade em Portugal, à construção da central hidroeléctrica de Peixe Angical no Brasil e aos investimentos relacionados com o programa de ligação universal - "Universalização" - do consumo a todos os clientes de Baixa Tensão no Brasil.

Investimento Operacional		Grupo EDP	
Milhares de euros	2005	2004	Var. %
Mercado Ibérico de Energia	932.388	861.318	8,3%
Electricidade	879.502	804.684	9,3%
Produção em Regime Ordinário	258.121	233.321	10,6%
Portugal	202.233	200.208	1,0%
Espanha	55.888	33.113	68,8%
Produção em Regime Especial	225.812	222.516	1,5%
Portugal	46.030	54.522	-15,6%
Espanha	179.782	167.994	7,0%
Distribuição	385.431	341.507	12,9%
Portugal	335.926	302.762	11,0%
Espanha	49.505	38.745	27,8%
Comercialização	10.138	7.341	38,1%
Portugal	5.663	5.572	1,6%
Espanha	4.475	1.769	153,0%
Gás	52.886	56.634	-6,6%
Espanha	52.886	56.634	-6,6%
Electricidade Brasil	419.355	284.926	47,2%
Produção	255.400	195.262	30,8%
Distribuição	163.403	89.159	83,3%
Outros	552	505	9,4%
Telecomunicações Fixas	34.070	25.531	33,4%
Tecnologias de Informação	0	20.424	-
Outros	41.341	26.221	57,7%
Investimento Operacional	1.427.154	1.218.420	17,1%

Nota: É apresentado para cada empresa o investimento operacional total, independentemente da participação do Grupo EDP na empresa e de mudanças de propriedade interna no Grupo.

Na EDP Produção, o investimento operacional permaneceu estável com a conclusão dos trabalhos de construção do segundo (2004) e terceiro (2005) grupos da Central do Ribatejo. Em 2005, a EDP Produção adquiriu à REN os terrenos das centrais termoelétricas (Setúbal, Carregado e Tunes) por 40,6 milhões de euros. Adicionalmente, a EDP Produção concluiu os trabalhos de construção da Central Hidroelétrica Venda Nova II em Agosto de 2005 (6,0 milhões de euros) e prosseguiu com os trabalhos na Central de Sines com vista à redução das emissões de SO₂ e NO_x (17,2 milhões de euros) e deu início ao projecto de construção da Central Hidroelétrica de Baixo Sabor (4,7 milhões de euros). A EDP Produção espera investir cerca de 220 milhões de euros entre 2005 e 2008 em trabalhos ambientais, e 360 milhões de euros na construção do Baixo Sabor, cuja entrada em funcionamento está prevista para 2011.

Em 2005, 90% do investimento operacional da EDP Distribuição foi realizado na rede de distribuição, com vista à melhoria da qualidade do serviço. O investimento na rede de distribuição aumentou 5,6% no período o

que, em conjunto com condições meteorológicas favoráveis possibilitou uma melhoria de 14,4% no Tempo de Interrupção Equivalente (215 minutos em 2004 para 184 minutos em 2005).

Quase 50% do investimento operacional da HC Energia foi canalizado para projectos de regime especial, mais concretamente, para parques eólicos. Em 2005 entraram em exploração os parques eólicos Las Lomillas (50 MW – detidos em 50% pela Genesa) e La Sotonera (19 MW). Os parques eólicos Boquerón (22 MW) e Belchite (50 MW) iniciaram operações no início de 2006, e espera-se que o parque eólico La Brújula (73 MW) entre em operação no mês de Maio. Em 2005 a HC Energia iniciou os trabalhos de construção de um segundo grupo de 400 MW na Central de Castejón (25 milhões de euros), cuja entrada em exploração está prevista para o final de 2007. Está previsto um investimento total para este projecto de 200 milhões de euros. Adicionalmente, em 2005, a HC Energia prosseguiu com os investimentos ambientais (14,6 milhões de euros em 2005) com vista à redução das emissões de SO₂ e NO_x nas centrais de Aboño e Soto, de forma a cumprir as directivas da União Europeia até ao final de 2007. O investimento total estimado neste projecto para o período de 2005-2007 é de aproximadamente 140 milhões de euros.

O investimento na construção da Central Hidroelétrica de Peixe Angical (452 milhões de euros) ascendeu a 638,6 milhões de reais (ou 232,7 milhões de euros) em 2005, representando cerca de 55% do investimento operacional na Energias do Brasil. A EDP espera realizar um investimento adicional neste projecto de 170 milhões de reais em 2006, quando se prevê que esta central entre em operação. Note-se que este montante de investimento corresponde a 100% do projecto, no qual a EDP detém uma participação de 60%. Este projecto também está a ser financiado pelo BNDES através de um empréstimo de 670 milhões de reais. Adicionalmente, o

investimento operacional na Energias do Brasil inclui 119,4 milhões de reais (43,5 milhões de euros) relacionados com o programa de ligação universal – “Universalização” – do consumo a todos os clientes de Baixa Tensão, nas áreas de concessão da Bandeirante, Escelsa e Enersul.

Fluxos de Caixa		Grupo EDP
Milhões de euros		2005
Resultado líquido		1.071,1
Amortizações		952,0
Compensação da amortização dos activos subsidiados		-90,7
Amortização dos direitos de concessão		37,6
Provisões líquidas		40,8
Juros da conta de hidráulidade		6,0
Diferenças de câmbio		-68,7
Consolidação pelo equity		-35,3
Impostos diferidos		41,1
Interesses minoritários		40,9
Outros ajustamentos		-342,1
Juros financeiros líquidos e outros custos financeiros		296,5
“Cash-Flow” Operacional antes de Investimento Fundo de Maneio		1.949,2
Investimento em fundo de maneio		-96,2
Correcção de hidráulidade		-200,2
“Cash-Flow” Operacional		1.652,8
Investimento operacional		-1.427,2
“Cash-Flow” Operacional Líquido		225,6
Alienação de imobilizados		540,4
Investimento financeiro		-775,7
Financiamento de 6,08% do Défice Tarifário em Espanha de 2005		-224,3
Juros financeiros líquidos e outros custos financeiros		-296,5
Dividendos pagos e distribuição de resultados		-336,0
Outras variações não operacionais		-58,0
(Aumento)/Redução da Dívida Líquida		-928,4

Dívida

No final de 2005, a Dívida Consolidada do Grupo ascendia a 10.584 milhões de euros, estando cerca de 74% localizada na EDP, S.A. e EDP Finance BV. O aumento de 1.442 milhões de euros face ao ano anterior resulta essencialmente do investimento realizado na aquisição dos activos eólicos da Nuon em Espanha e consolidação da respectiva dívida, dos investimentos efectuados com a aquisição de participações na Portgás e Turbogás e do impacto da variação cambial na dívida da Energias do Brasil, em virtude da forte valorização do Real ocorrida em 2005.

O montante de dívida líquida do Grupo EDP, no final de 2005 era de 9.723 milhões de euros.

Dívida Financeira		Grupo EDP		
Milhares de euros		2005	2004	Var. %
EDP, S.A. e EDP Finance BV		7.844.699	5.553.008	41,3%
HC Energia		717.658	1.647.229	-56,4%
Energias do Brasil		1.004.701	708.993	41,7%
ONI		315.712	622.538	-49,3%
Outros		128.032	70.342	82,0%
Sub-total		10.010.801	8.602.110	16,4%
Juros a Pagar		164.527	117.274	40,3%
OPTEP		315.000	315.000	0,0%
“Fair-Value” da Dívida		93.972	107.557	-14,3%
Dívida Financeira		10.584.300	9.141.885	15,8%

Durante o ano em análise a EDP manteve a sua política de centralizar a contratação da dívida financeira ao nível da EDP, S.A. e EDP Finance BV, exceptuando-se a ONI, as participadas brasileiras e a dívida contratada na modalidade de “project finance”, essencialmente relativa a projectos de produção eólicos.

Neste âmbito, durante o primeiro trimestre do ano, foi concluído o processo de substituição da dívida bancária de médio e longo prazo da HC Energia, que tinha sido iniciado imediatamente após o aumento da participação da EDP no capital social da mesma. Note-se que para esse efeito a EDP contratou em Dezembro de 2004 um empréstimo (“Club Deal”) no montante de 1.350 milhões de euros por 2 anos. Ainda no final de

2005, procedeu-se à renegociação dos termos deste empréstimo, estendendo o seu prazo por mais um ano e reduzindo o seu "spread" aproveitando as condições favoráveis vigentes no mercado.

Também em conformidade com a política do Grupo de centralização ao nível da EDP, S.A e EDP Finance BV do financiamento do "core business" ibérico, em Dezembro de 2005 foi contratado um empréstimo bancário no montante de 565 milhões de euros para financiar a aquisição, através da NEO Energia, dos activos eólicos da Nuon em Espanha.

Com objectivo de reduzir os custos financeiros, bem como alongar e suavizar o perfil de maturidade da dívida financeira, a EDP, S.A. realizou uma oferta pública de troca dos Eurobonds com vencimento em 2008 e 2011 por uma nova emissão no montante de 500 milhões de euros com vencimento em 2015 e com cupão de 3,75% ao ano. Esta operação reduziu em 149 milhões de euros o montante em dívida do Eurobond 2008 e em 247 milhões de euros o montante em dívida do Eurobond 2011, reduzindo assim o montante de refinanciamento nesses anos. As condições favoráveis no mercado de capitais, com taxas de juro a níveis historicamente baixos e "spreads" reduzidos, permitiram à EDP reduzir os encargos com custos financeiros futuros.

No seguimento da oferta de troca de obrigações, a EDP aproveitou o interesse demonstrado pelos investidores e emitiu uma obrigação a 15 anos (com vencimento em 2020) e cupão de 4,125% no montante de 300 milhões de euros que se destinou a substituir dívida de curto prazo.

Foram ainda contratados dois empréstimos de médio-longo prazo:

- Empréstimo bilateral com o Banco Europeu de Investimento, para financiamento da construção da Central Termoeléctrica do Ribatejo, no montante de 100 milhões de euros, por um prazo de 15 anos com 2 anos de carência, que permitiu alongar a

maturidade média da carteira de dívida da EDP, S.A.;

- "Club Deal" no montante de 240 milhões de euros, por um prazo de 3 anos, de modo a refinar dívida de curto prazo.

No início de Janeiro de 2006, concluiu-se o processo de actualização e de aumento do Programa de Euro Medium Term Notes, ao abrigo do qual a EDP pode emitir obrigações no mercado de capitais internacional. O novo programa, que foi aumentado de 5 000 milhões de euros para o montante de 7.000 milhões de euros, cumpre com os requisitos da Directiva Europeia de Prospectos, que entrou em vigor em Julho de 2005.

Relativamente às participadas brasileiras do Grupo, destaca-se a conclusão do processo de reestruturação societária, com a desverticalização das actividades de produção e distribuição e migração dos minoritários para a Energias do Brasil. O processo culminou com a Oferta Pública Inicial da Energias do Brasil em Julho de 2005, tendo a EDP participado no aumento de capital através da conversão em capital de 298 milhões de dólares de "Senior Notes" da Escelsa que havia adquirido em 2002. Em resultado de todo o processo, foi simplificada a estrutura societária das participadas brasileiras e reforçada a sua estrutura de capital, dotando-as das condições necessárias para um desenvolvimento financeiramente auto-sustentado.

Ainda durante 2005 foram seleccionados e mandatados quatro bancos para organizar e liderar emissões de obrigações em reais a 5 anos, para a Bandeirante, Escelsa e Enersul num valor total de 700 milhões de reais. O objectivo das emissões é refinar dívida de curto prazo, alongando o perfil de maturidade da dívida das sociedades aproveitando as actuais condições de mercado para melhorar o custo médio da dívida. As emissões terão "rating" atribuído pela Moody's e S&P, esperando-se a conclusão de todo o processo durante o primeiro semestre de 2006

Em termos de maturidade, a dívida consolidada do Grupo EDP é composta por 18% de curto prazo e 82% de médio e longo prazo.

Dívida Financeira		Grupo EDP		
Milhares de euros	2005	2004	Var. %	
Dívida - Médio e Longo Prazo	8.285.721	6.886.105	20,7%	
Empréstimos por Obrigações e Títulos de Participação	3.785.590	3.505.428	8,0%	
Dívidas a Instituições de Crédito	4.280.229	3.115.386	37,4%	
Outros Empréstimos Obtidos	219.902	245.291	-11,2%	
Dívida - Curto Prazo	1.819.052	1.843.562	-1,3%	
Empréstimos por Obrigações não Convertíveis	137.756	12.689	985,6%	
Dívidas a Instituições de Crédito	919.093	1.251.927	-26,6%	
Outros Empréstimos Obtidos	762.203	578.946	31,7%	
Sub-total	10.104.773	8.709.667	16,0%	
Juros a Pagar	164.527	117.218	40,4%	
OPTEP	315.000	315.000	0,0%	
Dívida Financeira	10.584.300	9.141.885	15,8%	

Ao nível do financiamento de curto prazo e gestão de tesouraria, a EDP, S.A. continuou a privilegiar o recurso ao programa de "Euro Commercial Paper", instrumento que proporciona o acesso a uma base de investidores alargada a custos muito competitivos, assegurando a flexibilidade necessária a uma eficiente gestão de tesouraria.

No final de 2005, a EDP, S.A. dispunha de 1.497 milhões de euros de linhas de crédito contratadas e de 350 milhões de euros de papel comercial com compromisso de tomada firme, que asseguram ao Grupo liquidez e flexibilidade na sua gestão financeira.

No final de 2005, a taxa de juro média da dívida financeira da EDP, S.A. e EDP Finance BV situava-se em 3,33% p.a. encontrando-se 25% da dívida de médio-longo prazo a taxa fixa, mantendo-se o mesmo perfil da dívida em termos de taxas a nível consolidado.

No que se refere a moeda, a dívida do Grupo EDP encontra-se maioritariamente denominada em euros (89,7%) com exceção da dívida contraída pelas empresas brasileiras, cujo financiamento se encontra denominado em

reais (cerca de 8,6%) e dólares americanos (cerca de 1,4%)

"Rating"

No que respeita ao "rating" de médio e longo prazo da EDP, S.A. e da EDP Finance BV destaca-se o seguinte:

- Moody's – a agência reviu em alta o "rating" atribuído para A2 com "Stable Outlook", em resultado da aplicação de uma nova metodologia de "Joint Default Analysis" a "Government Related Issuers" ("GRI");
- Fitch – atribuição de "rating" inicial de A com "Stable Outlook". No início de 2006, em resultado da aplicação de uma nova metodologia, a Fitch reviu em alta, para A+, o "rating" atribuído à dívida sénior "unsecured" emitida pela EDP, S.A. e EDP Finance BV, mantendo inalterado o "rating" corporativo (A)
- S&P – resolução, já no início de 2006, do "credit watch" negativo que a agência havia atribuído em 2004 na sequência do anúncio da aquisição da HC Energia, com a atribuição de "rating" A com "Stable Outlook";

"Rating"		EDP, S.A. e EDP Finance BV			
Data	S&P	Data	Moody's	Data	Fitch
03-02-06	A / St / A1	23-06-05	A2 / St / P1	16-02-06	A / St / F1 ⁽¹⁾
30-07-04	A / CW(-) / A1	19-08-03	A3 / St / P2	23-07-05	A / St / F1
28-08-03	A / St / A1	12-06-02	A2 / St / P1		
30-05-02	A+ / Neg / A1	01-10-01	Aa3 / Neg / P1		
21-05-01	AA- / St / A1	05-08-99	Aa3 / St / P1		
05-08-99	AA / St / A1+				

(1) Rating de dívida sénior não garantida revisto para A+

A alteração de metodologia da Moody's teve também um impacto positivo no "rating" da HC Energia, o qual foi "upgraded" para A3. O "rating" atribuído pela Fitch a esta empresa foi reafirmado em BBB+.

Das participadas brasileiras do Grupo, a Escelsa teve o seu "rating" reafirmado em B+ com o Outlook revisto para positivo pela S&P, contando com notações de B2.br/B+ (ambas na escala brasileira) atribuídas pela Moody's e S&P, respectivamente.

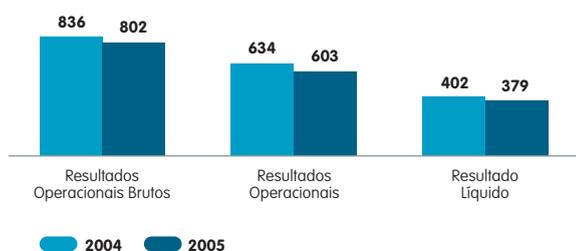
2. EDP PRODUÇÃO

No final de 2005, a actividade de Gestão de Energia, que estava no perímetro de consolidação da EDP Produção, foi destacada para a EDP, S.A.. No entanto, por forma a garantir a comparabilidade dos valores, são apresentados valores proforma em 2005 que incluem aquela actividade no perímetro de consolidação da EDP Produção.

O Resultado Líquido em 2005 situou-se em 379,4 milhões de euros, 5,7% abaixo do valor registado em 2004.

Demonstração dos Resultados		EDP Produção		
Milhares de euros	2005	2004	Var. %	
Volume de Negócios	1.896.584	1.520.729	24,7%	
Vendas de Energia	1.931.713	1.461.118	32,2%	
Outras Vendas	24.113	21.225	13,6%	
Prestação de Serviços	-59.242	38.386	-	
Custo das Vendas	900.650	479.322	87,9%	
Electricidade	188.505	51.417	266,6%	
Combustíveis	707.846	422.699	67,5%	
Materiais Diversos e Mercadorias	4.298	5.207	-17,4%	
Margem Bruta	995.934	1.041.407	-4,4%	
Custos Operacionais	193.540	205.844	-6,0%	
FSE's - Terceiros	64.657	62.090	4,1%	
FSE's - Grupo	32.089	26.910	19,2%	
Custos com Pessoal	74.057	82.169	-9,9%	
Custos com Benefícios Sociais	26.952	22.353	20,6%	
Rendas de Centros Electroprodutores	3.751	3.567	5,2%	
Outros custos / (proveitos)	-7.967	8.755	-	
Resultados Operacionais Brutos	802.394	835.563	-4,0%	
% do Volume de Negócios	42,3%	54,9%	-12,6 p.p.	
Amortizações	200.724	206.104	-2,6%	
Compensação de Amortizações	-1.144	-4.287	73,3%	
Resultados Operacionais	602.814	633.746	-4,9%	
Resultados Financeiros	-65.602	-82.506	20,5%	
Impostos e Interesses Minoritários	157.806	148.891	6,0%	
Resultado Líquido	379.407	402.350	-5,7%	

EDP Produção
(Milhões de euros)

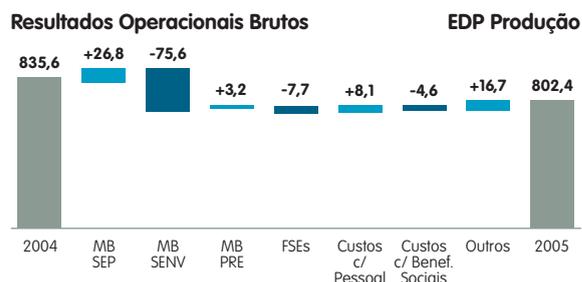


Margem Bruta		EDP Produção		
Milhares de euros	2005	2004	Var. %	
SEP				
CAE - Parcela Fixa	909.284	892.013	1,9%	
CAE - Parcela Variável	495.223	301.224	64,4%	
Vapor (Barreiro) e Cinzas	6.455	6.524	-1,1%	
(-)Carvão	207.535	184.644	12,4%	
(-)Fuelóleo	248.325	86.336	187,6%	
(-)Gás Natural	8.043	11.883	-32,3%	
(-)Gasóleo	2.196	586	274,7%	
(-)Autoconsumo de electricidade	8.244	6.455	27,7%	
Margem Bruta CAE	936.619	909.857	2,9%	
SENV				
Vendas de Electricidade	469.450	217.132	116,2%	
(-)Custos Directos	454.241	126.307	259,6%	
Margem Bruta SENV	15.209	90.825	-83,3%	
PRE				
Cogeração	67.975	54.643	24,4%	
Mini-hídricas	7.440	10.807	-31,2%	
(-)Gás natural (cogeração)	44.612	36.909	20,9%	
(-)Compras de electricidade	947	1.901	-50,2%	
Margem Bruta PRE	29.856	26.641	12,1%	

A Margem Bruta no SEP aumentou 2,9% reflectindo o perfil estável do retorno obtido através da Parcela Fixa dos CAE e a recuperação dos custos com combustíveis através da Parcela Variável dos CAE. De acordo com os CAE, as emissões e as licenças de CO2 das centrais do SEP são geridas pela REN, não afectando a Margem Bruta da EDP. O ligeiro aumento na Parcela Fixa dos CAE no período reflecte uma actualização à inflação, mitigada por i) menores factores de disponibilidade (km) das centrais hídricas (km hídrico: 1,037 em 2005 vs. 1,044 em 2004) e ii) o descomissionamento, em Dezembro de 2004, dos 47 MW da central da Tapada do Outeiro (contribuição de €4,9M em 2004). A margem na aquisição de combustíveis (CAE Parcela Variável menos Custos com Combustíveis) aumentou de 17,8 milhões de euros em 2004 para 29,1 milhões de euros em 2005 principalmente em resultado de i) uma maior diferença entre os custos de aquisição suportados pela EDP Produção e os índices internacionais de combustíveis (utilizados como referencial no cálculo do CAE Parcela Variável) observada no segundo semestre de 2005 e ii) um impacto negativo da reavaliação dos stocks de carvão (5,6 milhões de euros) na margem de aquisição de combustíveis de 2004.

A Margem Bruta do SENV diminuiu para 15,2 milhões de euros na sequência de uma redução de aproximadamente 63% da energia entregue à EDP Distribuição (“parcela livre”) e do impacto negativo dos elevados preços da “pool” em 2005 no serviço de aquisição de energia prestado pela EDP Produção à EDP Comercial. A EDP Produção garante o custo de aquisição de energia à EDP Comercial, isolando a actividade comercial desta da volatilidade de curto prazo do preço da “pool”. Apesar dos reduzidos volumes produzidos pelas centrais hidroeléctricas a operar no SENV, este ano, a actividade de produção não vinculada beneficiou da emissão adicional proporcionada pelo segundo grupo (1,9 TWh) e terceiro grupo (0,8 TWh) da Central do Ribatejo. O terceiro grupo desta central começou a ser explorado antes do planeado, em Outubro de 2005. No que respeita à emissão de gases com efeito de estufa, as reparações nos grupos I e II da Central do Ribatejo resultaram num “load factor” inferior em 2005 (68%) que o previsto no processo de licenciamento: as emissões de CO₂ ascenderam a 1,8 milhões de toneladas enquanto que as licenças atribuídas, para este ano, foram de 2,0 milhões de toneladas. Como consequência, a EDP Produção registou um efeito positivo de 4 4 milhões de euros ao nível da Margem Bruta em 2005.

A Margem Bruta dos Produtores em Regime Especial aumentou para 29,9 milhões de euros apesar da queda de 51 GWh na emissão das mini-hídricas (instalações com menos de 10 MW de capacidade instalada) fruto do período de seca, com impacto negativo na Margem Bruta de 2005 de 3 4 milhões de euros. Esta performance baseia-se no facto de os cogeneradores da EDP terem trocado as suas vendas a clientes industriais por vendas ao SEP a uma tarifa superior. Adicionalmente os cogeneradores beneficiaram de um aumento no preço de venda a clientes industriais, que está indexado ao custo médio do gás natural.



Os Resultados Operacionais Brutos da EDP Produção caíram 4,0% sobretudo devido à queda na Margem Bruta da actividade não vinculada, como explicado anteriormente. A EDP Produção atingiu uma redução de 6,0% dos Custos Operacionais:

- Os Fornecimentos e Serviços Externos aumentaram 7,7 milhões de euros, tendo os Fornecimentos e Serviços Externos prestados por empresas do Grupo aumentado em resultado da imputação de custos mais elevados pela EDP Valor (+4,2 milhões de euros) e os prestados por terceiros aumentado por via de custos de manutenção mais elevados (€3,5 milhões de euros) devido a trabalhos de manutenção nas centrais de fuelóleo, em resultado de uma maior utilização, e à entrada em funcionamento do segundo grupo de 392 MW da central do Ribatejo;
- Os Custos com Pessoal caíram 9,9% (ou 4,1% excluindo as indemnizações e a capitalização de Custos com Pessoal), reflectindo a redução de 120 trabalhadores e um menor número de rescisões por mútuo acordo no período, o que reduziu o pagamento de indemnizações em 2 0 milhões de euros (3,2 milhões de euros em 2004 com 12 rescisões). A redução do número de trabalhadores em 2005 inclui a transferência de 79 trabalhadores para a EDP Valor.

O aumento de 20,6% dos Custos com Benefícios Sociais em 2005 está relacionado com uma provisão para benefícios na reforma de 7,7 milhões de euros que inclui o custo com o “curtailment” de 22 trabalhadores que passaram à pré-reforma. O valor em 2004 está

influenciado pelos prémios pagos no âmbito do programa de reforma flexível (3,6 milhões de euros) e diz respeito a 91 trabalhadores que aceitaram fazer parte do programa.

	Investimento Operacional		EDP Produção
Milhares de euros	2005	2004	Var. %
Produção Vinculada	55.342	49.659	11,4%
Produção Não Vinculada	83.265	128.733	-35,3%
Outros Investimentos	48.393	8.307	482,6%
Encargos Financeiros	15.233	13.509	12,8%
Investimento Operacional	202.233	200.208	1,0%

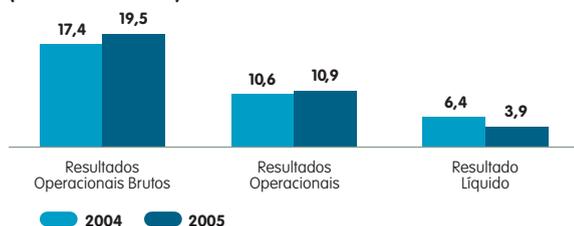
O Investimento Operacional ficou estável nos 202 milhões de euros, na sequência do comissionamento do Grupo II da Central do Ribatejo e da entrada em serviço industrial da Central da Venda Nova II (Frades) de 192 MW, em Agosto de 2005. O Grupo III da Central do Ribatejo representou aproximadamente 40% do investimento total do período. O aumento dos investimentos operacionais na produção vinculada está relacionado com o início, no segundo trimestre de 2005, quer dos trabalhos da Central de Sines para reduzir as emissões de SO₂ e NO_x (17,2 milhões de euros) quer do início do projecto da Central Hidroelétrica do Baixo Sabor (4,7 milhões de euros). O investimento em 2005 também inclui a aquisição à REN dos terrenos das centrais termoelétricas (Setúbal, Carregado e Tunes) por 40,6 milhões de euros.

3. RENOVÁVEIS

A actividade de produção a partir de energias renováveis (eólica e biomassa), desenvolvida pela Erenova e EDP Bioelétrica, atingiu um Resultado Líquido de 3,9 milhões de euros em 2005, menos 38,6% que em 2004.

Demonstração dos Resultados		Renováveis		
Milhares de Euros	2005	2004	Var. %	
Volume de Negócios	33.770	23.702	42,5%	
Custo das Vendas	3.044	2.417	25,9%	
Margem Bruta	30.726	21.285	44,4%	
Custos Operacionais	11.251	3.929	186,4%	
Fornecimentos e Serviços Externos	8.555	3.365	154,3%	
Custos com Pessoal e Benefícios Sociais	1.378	1.087	26,8%	
Rendas de Centros Electroprodutores	745	517	44,2%	
Outros custos / (proveitos)	573	-1.039	-	
Resultados Operacionais Brutos	19.475	17.356	12,2%	
% do Volume de Negócios	57,7%	73,2%	-15,6 p.p.	
Amortizações	8.854	6.964	27,1%	
Compensação de Amortizações	-314	-185	-69,7%	
Resultados Operacionais	10.935	10.577	3,4%	
Resultados Financeiros	-4.358	-1.902	-129,2%	
Impostos e Interesses Minoritários	2.660	2.300	15,6%	
Resultado Líquido	3.917	6.375	-38,6%	

Renováveis
(Milhões de euros)



No final de 2005, o total de energia produzida atingiu os 400 GWh, 50% superior face a 2004. Este facto ficou a dever-se ao aumento da capacidade instalada, mas também a um aumento no número médio de horas equivalentes de serviço dos parques eólicos, para as 2.460 horas de 2.350 horas no final de 2004 (o equivalente ao aumento do "load factor" para 28,1% de 26,4%, respectivamente).

A Margem Bruta aumentou quase 45%, suportada pela nova capacidade e pelo aumento no "load factor", mas os Resultados Operacionais Brutos cresceram apenas 12,2%, para os 19,5 milhões de euros. Este facto é principalmente

resultado dos seguintes efeitos não recorrentes:

- Um aumento de 0,9 milhões de euros relativos a serviços cobrados pela EDP, S.A., no seguimento da implementação da nova política do Grupo de imputar às unidades de negócio os custos respeitantes a serviços prestados pela empresa mãe;
- Um aumento de 3,4 milhões de euros na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos relativos a despesas de investigação em novas tecnologias, nomeadamente solar térmica, bem como estudos de medição de vento e avaliação de potenciais locais para a novos parques eólicos.

Para além destes, verificaram-se também os seguintes efeitos recorrentes:

- Um aumento de 0,5 milhões de euros em custos com Conservação e Reparação dos parques eólicos em operação há mais de dois anos (antes destes dois anos, os parques estão dentro do período de garantia);
- Um aumento de 0,2 milhões de euros nos custos com "Rendas dos Centros Electroprodutores", como consequência de uma maior emissão gerada pelos parques eólicos, dado que as rendas correspondem a um encargo variável, o equivalente a 2,5% da energia vendida, paga a autarquias e proprietários dos terrenos.

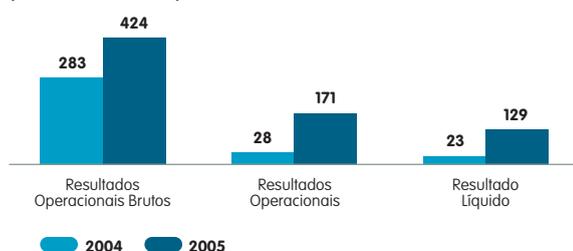
4. EDP DISTRIBUIÇÃO

Em 2005 foi criada a EDP Soluções Comerciais, para a qual foram transferidas actividades antes realizadas pela EDP Distribuição por serem passíveis de criar sinergias para outras empresas do Grupo EDP no âmbito do mercado liberalizado. No entanto, dado que em 2005 a quase totalidade da actividade da EDP Soluções Comerciais visou ainda a prestação de serviços à EDP Distribuição, apresentam-se valores proforma sub-consolidados para comparabilidade de informação.

O Resultado Líquido da EDP Distribuição atingiu 128,7 milhões de euros em 2005, que compara com 22,7 milhões de euros em 2004.

Demonstração dos Resultados		EDP Distribuição	
Milhares de euros	2005	2004	Var. %
Volume de Negócios	3.767.596	3.637.538	3,6%
Vendas de Energia	3.737.599	3.610.192	3,5%
Outras Vendas	3.176	2.734	16,2%
Prestação de Serviços	26.821	24.612	9,0%
Custo das Vendas	2.594.202	2.338.270	10,9%
Electricidade	2.580.184	2.324.118	11,0%
Materiais Diversos e Mercadorias	14.018	14.151	-0,9%
Margem Bruta	1.173.393	1.299.268	-9,7%
Custos Operacionais	749.430	1.016.752	-26,3%
FSE's - Terceiros	134.099	122.189	9,7%
FSE's - Grupo	120.947	102.360	18,2%
Custos com Pessoal	181.130	195.472	-7,3%
Custos com Benefícios Sociais	128.895	419.249	-69,3%
Rendas de Concessão	201.439	186.095	8,2%
Outros custos / (proveitos)	-17.080	-8.612	-98,3%
Resultados Operacionais Brutos	423.964	282.516	50,1%
% do Volume de Negócios	11,3%	7,8%	3,5 p.p.
Amortizações	330.915	326.796	1,3%
Compensação de Amortizações	-78.214	-72.402	-8,0%
Resultados Operacionais	171.263	28.122	509,0%
Resultados Financeiros	-26.063	-25.125	-3,7%
Impostos e Interesses Minoritários	16.515	-19.690	-
Resultado Líquido	128.686	22.687	467,2%

EDP Distribuição
(Milhões de euros)



Proveitos Permitidos		EDP Distribuição	
Milhares de euros	2005	2004	Var. %
Proveitos permitidos p/ a activ. de URD	944.844	931.798	1,4%
Proveito Unitário URD: AT/MT (€ / MWh)	8,3	9,5	-12,8%
Energia entregue em AT/MT (GWh)	43.998	41.614	5,7%
Proveitos permitidos URD: BT (€ / MWh)	24,5	23,9	2,6%
Energia entregue em BT (GWh)	23.610	22.518	4,9%
Valorização de Perdas	3.228,1	0,0	-
Proveitos permitidos p/ a activ. de CREDES	129.825	161.241	-19,5%
Valor médio dos activos (liqº de amortiz.)	277,7	336,1	-17,4%
Remuneração para os activos (%)	8,5	9,0	-5,6%
Amortizações dos activos	47,6	70,4	-32,3%
Custos de estrutura comercial	58,6	60,6	-3,4%
Proveitos permitidos p/ a activ. de CSEP	78.240	98.696	-20,7%
Valor médio dos activos (liqº de amortiz.)	49,0	47,2	3,9%
Remuneração para os activos (%)	8,5	9,0	-5,6%
Amortizações dos activos	6,5	8,8	-25,8%
Custos de estrutura comercial	67,5	85,6	-21,1%
Ajust. tarif. ano t-2	16.292	-6.220	-
Ajust. tarifário relativo ao ano t-2 para URD	13.507	-7.275	-
Ajust. tarifário relativo ao ano t-2 para CREDES	1.367	698	95,8%
Ajust. tarifário relativo ao ano t-2 para CSEP	1.418	357	296,8%
Ajust. tarif. anos t-1 & t-2 na Compra e Venda de Energia	27.590	87.361	-68,4%
Ajust. tarifário ano t-2	34.594	66.094	-47,7%
Ajust. tarifário ano t-1	-7.004	21.267	-
Recuperação Custos PAR	37.707	0	-
Proveitos Permitidos	1.234.497	1.272.876	-3,0%

Os proveitos permitidos da EDP Distribuição diminuíram 3,0% no período:

- Os proveitos permitidos para o Uso da Rede de Distribuição (URD) aumentaram 1%, devido a um aumento da electricidade distribuída que mais do que compensou a redução de 4% do proveito médio unitário para esta actividade. Adicionalmente, os esforços desenvolvidos pela EDP Distribuição no sentido de reduzir o nível de perdas reflectiram-se num proveito adicional de 3 2 milhões de euros de "Incentivo para Redução de Perdas" – o nível de perdas diminuiu de 8,6% em 2004 para 8,1% em 2005;
- Os proveitos permitidos para as actividades de Comercialização de Redes (CREDES) e Comercialização no SEP (CSEP) diminuíram 20% devido a uma redução de 50 p.b., para 8,5%, da taxa de remuneração dos activos regulados para estas actividades, a uma redução de 14% nos custos da estrutura comercial e a uma menor base de activos regulada afecta à

actividade de CREDES (subsídios ao investimento afectos ao URD em anos anteriores foram reclassificados para a actividade de CREDES na sequência da revisão tarifária de 2005, sem impacto no valor total dos activos afectos às 3 actividades reguladas);

- Os proveitos permitidos para o ano de 2005 incluem 37,7 milhões de euros relativos à recuperação (pelas tarifas) dos custos incorridos com o PAR.

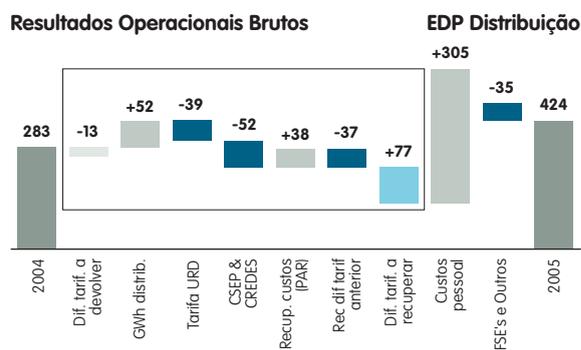
Margem Bruta de Electricidade		EDP Distribuição	
Milhares de euros	2005	2004	Var. %
Vendas de Electricidade - SEP	3.517.090	3.483.545	1,0%
Muito Alta Tensão	57.509	51.657	11,3%
Alta Tensão	264.962	205.675	28,8%
Média Tensão	419.234	490.297	-14,5%
Baixa Tensão Especial	228.500	303.980	-24,8%
Baixa Tensão	2.489.969	2.360.829	5,5%
Iluminação Pública	92.959	101.991	-8,9%
Descontos de Interruptibilidade	-36.044	-30.398	-18,6%
Descontos de Correção Tarifária	1	-485	-
Vendas de Electricidade - SENV	220.534	126.647	74,1%
Vendas de Electricidade	3.737.623	3.610.192	3,5%
Compras de Electricidade	2.580.184	2.324.118	11,0%
Margem Bruta Electricidade	1.157.439	1.286.073	-10,0%
Proveitos Permitidos	1.234.497	1.272.876	-3,0%
Diferença Tarif. a Recuperar/(Devolver)	77.058	-13.197	-

Os custos com as compras de electricidade aumentaram 11% no período devido essencialmente a um aumento de 6,0% da electricidade distribuída, a um aumento médio de 44% na tarifa de Uso Global do Sistema (essencialmente resultado de um aumento dos custos com a Produção em Regime Especial) que se reflectiu num custo adicional de 127 milhões de euros e a um aumento anual de 146 milhões de euros no ajustamento dos custos com combustíveis. Relativamente a este último ponto, em 2005 os ajustamentos nos custos com combustíveis totalizaram 150 milhões de euros (4 milhões de euros em 2004) dos quais 43 milhões de euros, relacionados com os segmentos de AT/MT, foram recuperados nas tarifas durante o ano, e 107 milhões de euros, relacionados com o segmento de BT, foram incluídos nos proveitos permitidos de 2006. Este efeito, conjugado com o facto do aumento

das tarifas em BT estar limitado à taxa de inflação, contribuiu para o défice do sistema no valor de 369 milhões de euros, dos quais 115 milhões de euros foram atribuídos à EDP Distribuição. Este défice, reconhecido pela ERSE e incluído nos proveitos permitidos de 2006, será recuperado com juros nas tarifas entre 2007 e 2011.

A Margem Bruta de Electricidade diminuiu 10% no período. A diferença entre a Margem Bruta de electricidade e os proveitos permitidos para 2004 totalizou 13,2 milhões de euros, dos quais 7,0 milhões de euros foram devolvidos em 2005, sendo que o remanescente será devolvido em 2006.

A Margem Bruta de electricidade em 2005 ficou 77,1 milhões de euros abaixo dos proveitos permitidos para o período devido ao facto dos custos com combustíveis terem sido superiores à estimativa de ERSE, o que será apenas reflectido nas tarifas em anos subsequentes (desvio reflectido no ajustamento de 107 milhões de euros dos custos com combustíveis em BT já referido). Este efeito foi parcialmente compensado pelo facto da procura real de electricidade ter ficado 4,6% acima da estimativa da ERSE, implicando que a EDP Distribuição tenha que devolver às tarifas, daqui a dois anos, a componente fixa das compras de electricidade recebida em excesso através das tarifas.



Os Fornecimentos e Serviços Externos prestados por empresas do Grupo aumentaram 18% devido a um aumento nos custos de

gestão cobrados pela EDP, S.A. (+13,7 milhões de euros) – devido à implementação de uma nova política no sentido de imputar às unidades de negócio os custos respeitantes aos serviços prestados pela empresa mãe – e pela EDP Valor (+7,7 milhões de euros) pela prestação de serviços adicionais. Os Fornecimentos e Serviços Externos prestados por Terceiros aumentaram 7,5% devido à contabilização dos serviços prestados pela Edinfor enquanto “Terceiros” (6,9 milhões de euros) na sequência da venda de 60% desta empresa à LogicaCMG, a um aumento de 1,4 milhões de euros dos custos de operação e manutenção devido aos trabalhos de reparação efectuados na sequência da vaga de incêndios deste Verão, bem como a um maior recurso à contratação externa causada pela redução do número de empregados e a um aumento de 2,4 milhões de euros nos custos comerciais (publicidade e leituras).

Os Custos com Pessoal diminuíram 7%, devido a uma redução de 18 milhões de euros nos custos com indemnizações (20 milhões de euros em 2004 e 2 milhões de euros em 2005 relativos a 86 e 8 rescisões por mútuo acordo, respectivamente) e a uma redução do número de trabalhadores resultante do PAR de 2004 (saída de 791 colaboradores, a maioria das quais concretizada no último semestre de 2004) e da transferência para a EDP Valor de 91 empregados (81 dos quais até Junho de 2005).

Os custos com benefícios sociais caíram cerca de 290 milhões de euros no período, devido à contabilização em 2004 de um custo de 87 milhões de euros (VAL) relacionado com o PAR de 2003, de um custo de 230 milhões de euros (VAL) relacionado com o PAR de 2004 e de custos de 20 milhões de euros relacionados com incentivos pagos a 731 trabalhadores que aderiram ao programa de “Reforma Flexível”. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de 21 milhões de euros nas provisões e prémios para pensões no seguimento do estudo actuarial de 2005 e pela contabilização em 2005 de um custo de 29 milhões de euros (VAL) relacionado com as

pré-reformas da fase final do PAR concretizada em 2005 – 111 pré-reformas, a crescer às 8 saídas por mútuo acordo referidas, num total de 119 colaboradores que deixaram a empresa em Dezembro de 2005 e que, conseqüentemente, não se reflectiram ainda numa redução de custos.

Milhares de euros	Investimento Operacional		EDP Distribuição	
	2005	2004		Var. %
Rede de Distribuição	438.162	414.785		5,6%
Outros Investimentos	37.425	36.506		2,5%
Encargos Financeiros capitalizados	10.829	9.912		9,2%
Investimento Operacional Total	486.415	461.202		5,5%
Comparticipações em Numerário	79.330	88.036		-9,9%
Comparticipações em Espécie	71.158	70.405		1,1%
Total de subsídios ao investimento	150.489	158.441		-5,0%
Investimento Operacional líquido	335.926	302.762		11,0%

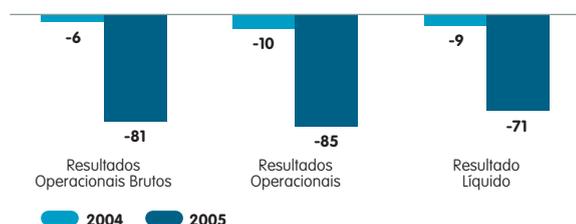
O investimento operacional na rede de distribuição aumentou 5,6% no período, o que conjugado com condições meteorológicas possibilitou uma melhoria de 14% no Tempo de Interrupção Equivalente. O valor de 2005 foi no entanto penalizado pelas interrupções necessárias na sequência da vaga de incêndios ocorrida em particular no Verão.

5. EDP COMERCIAL

A EDP Comercial registou em 2005 um Resultado Líquido negativo de 71,3 milhões de euros.

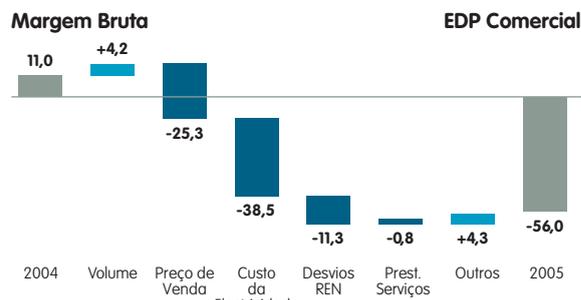
Demonstração dos Resultados		EDP Comercial		
Milhares de euros	2005	2004	Var. %	
Volume de Negócios	525.023	322.319	62,9%	
Custo das Vendas	581.023	311.326	86,6%	
Margem Bruta	-56.001	10.993	-	
Custos Operacionais	24.820	17.132	44,9%	
Fornecimentos e Serviços Externos	12.435	10.571	17,6%	
Custos com Pessoal	4.000	3.307	20,9%	
Custos com Benefícios Sociais	390	415	-6,1%	
Outros custos / (proveitos)	7.995	2.838	181,7%	
Resultados Operacionais Brutos	-80.821	-6.139	-1216,5%	
% do Volume de Negócios	-15,4%	-1,9%	13,5 p.p.	
Amortizações	4.418	3.707	19,2%	
Resultados Operacionais	-85.239	-9.846	-765,7%	
Resultados Financeiros	-7.798	-1.446	-439,1%	
Impostos e Interesses Minoritários	-21.782	-2.724	-699,7%	
Resultado Líquido	-71.255	-8.569	-731,6%	

EDP Comercial (Milhões de euros)



O total de energia fornecida no SENV cresceu 42% para 9.621 GWh em 2005, representando agora 22% do total do consumo em Portugal (16% em 2004). A EDP Comercial, à semelhança de 2004, mantém uma quota de dois terços do mercado liberalizado.

A EDP Comercial tem um contrato a preço fixo com a unidade de negócios de gestão de energia da EDP que compra electricidade (nomeadamente na "Pool" Espanhola) ao serviço da EDP Comercial. Este preço foi revisto em alta no último trimestre de 2005, com efeito retroactivo a Julho de 2005, por forma a reflectir expectativas actualizadas sobre os preços grossistas da electricidade.



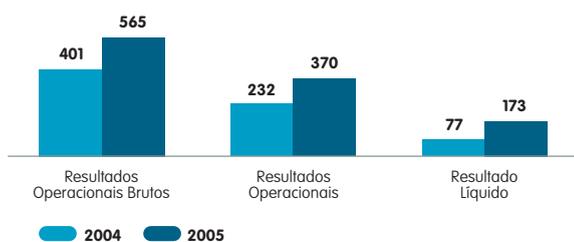
A Margem Bruta negativa da EDP Comercial resulta do súbito e forte aumento dos preços grossistas da electricidade que a EDP Comercial não foi capaz de fazer reflectir de imediato nos preços dos seus clientes, mais evidente no contrato antigo.

6. HC ENERGIA

O Resultado Líquido da HC Energia ascendeu a 173,3 milhões de euros em 2005, mais 124,3% que em 2004 na sequência da forte performance operacional e da mais-valia na venda da REE.

Demonstração dos Resultados		HC Energia (100%)		
Milhares de euros	2005	2004	Var. %	
Volume de Negócios	2.172.599	1.780.718	22,0%	
Vendas de Energia	1.518.288	1.246.171	21,8%	
Outras Vendas	582.769	478.846	21,7%	
Prestação de Serviços	71.542	55.701	28,4%	
Custo das Vendas	1.389.669	1.201.154	15,7%	
Electricidade	563.022	577.044	-2,4%	
Combustíveis	376.901	306.844	22,8%	
Materiais Diversos e Mercadorias	449.746	317.266	41,8%	
Margem Bruta	782.930	579.564	35,1%	
Custos Operacionais	218.027	178.239	22,3%	
Fornecimentos e Serviços Externos	106.939	89.073	20,1%	
Custos com Pessoal	142.190	98.726	44,0%	
Outros custos / (proveitos)	-31.101	-9.560	-225,3%	
Resultados Operacionais Brutos	564.902	401.324	40,8%	
% do Volume de Negócios	26,0%	22,5%	3,5 p.p.	
Amortizações	199.439	173.365	15,0%	
Compensação de Amortizações	-4.153	-3.916	-6,0%	
Resultados Operacionais	369.616	231.875	59,4%	
Resultados Financeiros	-67.047	-85.095	21,2%	
Impostos e Interesses Minoritários	129.288	69.525	86,0%	
Resultado Líquido	173.280	77.255	124,3%	

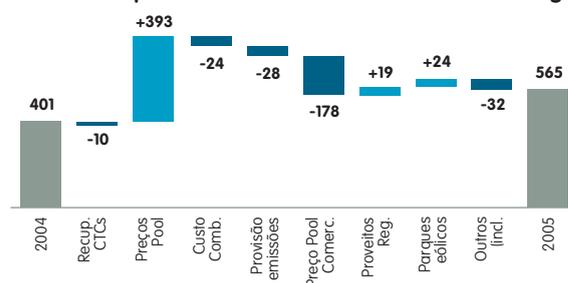
HC Energia (Milhões de euros)



A Margem Bruta da HC Energia cresceu 203 milhões de euros face a 2004, sendo 77% deste crescimento proveniente das actividades de Produção e Comercialização. Quanto às restantes actividades, o Regime Especial contribui com 17%, o Gás com 6% e a Distribuição de Electricidade com 1%.

Resultados Operacionais Brutos

HC Energia



Os Custos Operacionais aumentaram 22%, ou 40 milhões de euros face a 2004, devido principalmente a itens não recorrentes, à expansão da actividade e a custos de “marketing”:

- Ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos verificou-se um aumento de 18 milhões de euros, resultante do aumento da capacidade instalada na actividade de regime especial (+11 milhões de euros) e de maiores custos de “marketing” e comerciais (+7 milhões de euros) nas actividades liberalizadas de electricidade e gás, relacionados com a alteração da imagem comercial, com o lançamento de novas ofertas de “marketing” e com publicidade;
- Os Custos com pessoal aumentaram 43 milhões de euros devido a 33 milhões de euros relacionados com um programa de pré-reformas para 84 trabalhadores, a 5 milhões de euros de pagamento de indemnizações com rescisões (30 trabalhadores) e a 6 milhões de euros de custos com trabalhadores activos devido ao aumento do número de empregados e aos ajustamentos salariais;
- Os proveitos operacionais subiram 22 milhões de euros, reflectindo 40 milhões de euros de proveito extraordinário relacionado com o reconhecimento total do défice tarifário de 2002 que ainda estava em balanço, uma mais-valia de 32 milhões de euros respeitante à venda da participação de 3%

na REE (face a 25 milhões de euros na venda da Retecal em 2004), 16 milhões de euros de provisões genéricas para cobrir custos afundados relacionados com novos projectos de capacidade de produção, possíveis desvios em liquidações com a OMEL e contingências na actividade de distribuição.

Os resultados financeiros melhoraram 21% principalmente devido a uma redução de 25% dos juros líquidos para 64,6 milhões de euros, reflectindo a substituição da dívida externa da HC Energía por suprimentos com a EDP (1.240 milhões de euros a Dezembro de 2005), com um custo de financiamento inferior.

O Resultado Líquido mais que duplicou no período, em comparação com 2004, alcançando os €173,3M, reflectindo a boa performance operacional.

Produção e Comercialização

Os preços médios da "pool" espanhola apresentaram em 2005 valores recorde (média de 62,5 euros/MWh) no seguimento de um período extremamente seco, num contexto de custos com combustíveis elevados e forte crescimento da procura no pico. No entanto, as receitas provenientes da actividade regulada não foram suficientes para compensar o forte aumento dos custos de produção do sistema, causando assim um défice tarifário para o sistema. De acordo com a legislação espanhola, a HC Energía é responsável pelo financiamento de 6,08% do défice tarifário (224 milhões de euros estimados para 2005). Este não foi deduzido às receitas e foi contabilizado como um investimento financeiro, uma vez que o Real Decreto 1556/2005, que estabeleceu as tarifas para 2006, reconheceu que os operadores eléctricos tinham o direito a recuperar o défice tarifário de 2005 através das tarifas em anos futuros.

O custo médio com combustíveis por MWh suportado pela HC Energía aumentou 7,7% face a 2004, principalmente devido ao aumento dos

custos com gás natural desde o início de 2005, explicado pela subida dos preços do petróleo. Não obstante, entre Dezembro de 2004 e Dezembro de 2005, a HC Energía conseguiu reduzir o custo médio unitário das suas centrais a carvão em 7,5%.

As emissões de CO₂ das centrais térmicas da HC Energía alcançaram as 12,9 milhões de toneladas em 2005. Devido a um período extremamente seco, o que originou uma maior utilização das centrais térmicas, as emissões de CO₂ ultrapassaram em 1,4 milhões de toneladas o consumo previsto de licenças para o período. Para este efeito a HC Energía contabilizou 28 milhões de euros de provisão nos custos directos.

Os Resultados Operacionais Brutos da actividade de produção e comercialização de electricidade aumentou 85% explicado por um forte aumento da Margem Bruta. Os Custos Operacionais foram influenciados por custos com reestruturação de pessoal (9 milhões de euros), pela contabilização de uma receita extraordinária de 40 milhões de euros relacionada com o reconhecimento total do défice tarifário de 2002 que ainda estava em balanço, por custos anteriormente contabilizados ao nível da "holding" que agora são imputados a cada actividade (16 milhões de euros na Produção e Comercialização), por 13 milhões de euros de provisões genéricas para cobrir custos afundados (capitalizados como activos) em novos projectos de produção e possíveis desvios de liquidações com a OMEL, pelos maiores custos relacionados com promoções de "marketing" e melhoria dos serviços de "call center" (3 milhões de euros) e por custos O&M mais elevados devido a reparações no Aboño II e à paragem programada em Soto II (2 milhões de euros). Quanto ao investimento operacional, a HC Energía iniciou a construção do segundo grupo de 400 MW da CCGT Castejón (25 milhões de euros), estando prevista a sua entrada em funcionamento no final de 2007. A HC Energía irá iniciar os trabalhos de construção de outra CCGT de 400 MW em 2006, localizada em Soto e com previsão de entrada em 2008.

Distribuição de Electricidade

Milhares de euros	Distribuição de Electricidade		HC Energia (100%)	
	2005	2004	Var. %	
Transmissão	7.785	7.602	2,4%	
Distribuição	98.721	93.363	5,7%	
Comercialização	7.422	7.408	0,2%	
Proveito Permitido	113.928	108.373	5,1%	

O aumento do proveito permitido atribuído à HC Energia, reconhecido na tarifa de 2005, contribuiu para o crescimento de 2,4% da Margem Bruta desta actividade.

Os Custos Operacionais foram influenciados principalmente por impactos extraordinários:

- Custos com reestruturação de pessoal (10 milhões de euros);
- Maiores custos de estrutura imputados a esta actividade (7 milhões de euros);
- Custos mais elevados (+7 milhões de euros) associados à prestação de serviços comerciais por parte da actividade de Comercialização à actividade de Distribuição, iniciado durante 2004;
- Contabilização de custos de anos anteriores relacionados com a mudança do critério de imputação de custos dentro do Grupo HC Energia, os quais não foram totalmente reflectidos em 2004 (6 milhões de euros);
- Provisões genéricas de 3 milhões de euros.

Gás

Milhares de euros	Distribuição de Gás		Naturgas Energia (100%)	
	2005	2004	Var. %	
Transmissão	11.658	10.457	11,5%	
Distribuição	109.102	96.489	13,1%	
Comercialização	10.662	11.091	-3,9%	
Proveito Permitido	131.422	118.037	11,3%	

Em 2005, a Margem Bruta aumentou 7,5% no seguimento de um aumento de 11,3% nos proveitos permitidos. É importante referir que 80% da Margem Bruta da Naturgas Energia provém da actividade regulada, dando assim origem a "cash-flows" operacionais estáveis.

Durante 2005, a Naturgas Energia lançou uma campanha de "marketing" para promover a sua nova imagem comercial e a oferta de um produto integrado de gás e electricidade, que se traduziu num aumento de 4,0 milhões de euros nos Custos Operacionais. Os custos foram também influenciados por custos com reestruturação de pessoal (3,5 milhões de euros) e um aumento das taxas locais, devido a um maior volume de vendas (2 milhões de euros).

Regime Especial

Os dados financeiros e operacionais desta actividade apenas incluem as actividades desenvolvidas pela Genesa, i.e., não representam todas as actividades desenvolvidas pela NEO Energía – a nova empresa criada pela EDP para actuar na Ibéria e na Europa como produtor de electricidade com base em energias renováveis.

No que respeita à actividade da Genesa, a produção de electricidade aumentou 79% para os 1.124 GWh, devido principalmente ao aumento de capacidade em parques eólicos. A produção eólica quase que duplicou dos 272 GWh em 2004 para os 529 GWh em 2005, explicada pelo início das operações de

Campollano (124 MW) no último trimestre de 2004, e Las Lomillas (50 MW – 50% detidos pela Genesa) e La Sotonera (19 MW) no terceiro trimestre de 2005. Consequentemente, a Margem Bruta e os Resultados Operacionais Brutos apresentaram um crescimento superior a 60% em 2005.

No que respeita ao investimento, os 180 milhões de euros efectuados no período, reflectem o aumento da capacidade instalada e a construção dos parques eólicos Boquerón (22 MW) e Belchite (50 MW) que iniciaram as operações no início de 2006, e do parque eólico Brujula (73 MW) para começar em Maio de 2006.

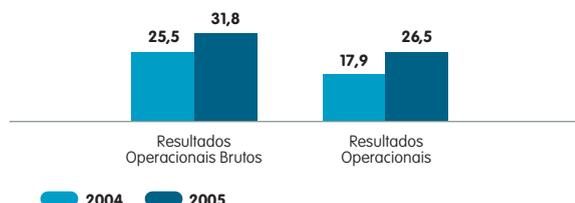
Resultados Operacionais										HC Energía		
Milhares de euros	Produção e Comercialização			Distribuição			Gás			Regime Especial		
	2005	2004	Var. %	2005	2004	Var. %	2005	2004	Var. %	2005	2004	Var. %
Volume de Negócios	1.335.573	806.118	65,7%	152.933	146.498	4,4%	668.401	635.367	5,2%	118.686	67.850	74,9%
Custo das Vendas	922.374	546.606	68,7%	29.688	26.112	13,7%	504.809	483.258	4,5%	40.896	20.673	97,8%
Margem Bruta	413.199	259.512	59,2%	123.245	120.385	2,4%	163.593	152.109	7,5%	77.789	47.177	64,9%
Custos Operacionais	75.444	76.794	-1,8%	92.067	56.602	62,7%	57.683	39.079	47,6%	29.396	17.557	67,4%
Custos com Pessoal	43.302	35.731	21,2%	35.160	23.770	47,9%	22.007	17.009	29,4%	5.359	4.113	30,3%
Outros (líquidos)	32.142	41.063	-21,7%	56.907	32.832	73,3%	35.675	22.071	61,6%	24.037	13.444	78,8%
Resultados Operacionais Brutos	337.755	182.717	84,9%	31.178	63.783	-51,1%	105.910	113.030	-6,3%	48.394	29.620	63,4%
% do Volume de Negócios	25,3%	22,7%	2,6 p.p.	20,4%	43,5%	-23,2 p.p.	15,8%	17,8%	-1,9 p.p.	40,8%	43,7%	-2,9 p.p.
Amortizações	99.811	90.925	9,8%	32.129	30.649	4,8%	32.387	30.697	5,5%	25.233	14.089	79,1%
Compensação de Amortizações	-151	-148	-2,2%	-2.014	-1.760	-14,5%	-1.746	-1.517	-15,1%	-242	-195	-24,4%
Resultados Operacionais	238.095	91.940	159,0%	1.062	34.894	-97,0%	75.269	83.850	-10,2%	23.403	15.726	48,8%
Outros indicadores												
Investimento Operacional	60.363	34.882	73,0%	49.505	38.745	27,8%	52.886	56.634	-6,6%	179.782	167.994	7,0%
Número de empregados	707	704	0,4%	401	393	2,0%	334	309	8,1%	129	107	20,6%

7. PORTGÁS

Os Resultados Operacionais da Portgás ascenderam a 26,5 milhões de euros em 2005, mais 48,5% que em 2004.

Demonstração dos Resultados		Portgás	
Milhares de euros	2005	2004	Var. %
Volume de Negócios	82.329	67.985	21,1%
Vendas de Gás	80.349	65.364	22,9%
Prestação de Serviços	1.980	2.621	-24,4%
Custos Directos	40.269	32.594	23,5%
Margem Bruta	42.060	35.391	18,8%
Custos Operacionais	10.219	9.931	2,9%
Fornecimentos e Serviços Externos	6.340	6.739	-5,9%
Custos com Pessoal e Benefícios Sociais	4.587	4.153	10,4%
Outros custos / (proveitos)	-708	-961	26,3%
Resultados Operacionais Brutos	31.841	25.460	25,1%
% do Volume de Negócios	38,7%	37,4%	1,2 p.p.
Amortizações	5.323	7.598	-29,9%
Resultados Operacionais	26.518	17.862	48,5%

Portgás
(Milhões de euros)



Os resultados do final do ano de 2005 da EDP incluem pela primeira vez os 12 meses consolidados proporcionalmente (59,6%) da Portgás. Esta empresa é a segunda maior distribuidora de Gás Natural em Portugal, actuando numa área de concessão constituída por 29 concelhos dos Distritos do Porto, Braga e Viana do Castelo. Ainda em Setembro de 2005, a EDP assinou um contrato com a Endesa para o reforço da sua participação para 72%. Esta operação ainda espera a não objecção por parte da Autoridade da Concorrência Portuguesa.

O volume de gás distribuído pela Portgás aumentou 5,9%, para os 1.948 GWh no final de 2005, de 1.839 GWh no final de 2004. Os segmentos residencial e serviços foram aqueles que mais contribuíram para este

aumento, continuando a revelar um claro potencial de crescimento. Relativamente ao segmento industrial, as dificuldades económicas verificadas durante o ano de 2005 originaram uma queda de 36 GWh no consumo de gás.

As vendas de gás atingiram os 80,3 milhões de euros – dos quais 74,8 milhões de euros em gás natural (GN) e 5,6 milhões de euros em gás propano (GPL) – o que corresponde a um aumento de 23% face ao ano de 2004. Da mesma forma, a Margem Bruta aumentou 18,8% e atingiu os 42,1 milhões de euros e os Resultados Operacionais Brutos cresceram 27,1% para os 31,8 milhões de euros no final de 2005.

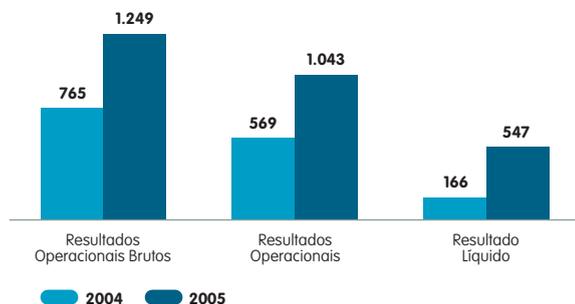
O investimento operacional da Portgás alcançou os 15,1 milhões de euros em 2005, (menos 1,7% que em 2004) e centrou-se principalmente no desenvolvimento da rede de distribuição de gás, que absorveu 79% do investimento total realizado no período. O restante investimento foi relativo a campanhas de promoção comercial (8,3%), contadores e redutores para novos locais de consumo (7,5%) e a adaptação das instalações de GPL para GN.

8. ENERGIAS DO BRASIL

A Energias do Brasil registou um lucro de 547,0 milhões de reais em 2005, que compararam com um resultado de 165,7 milhões de reais em 2004.

Demonstração dos Resultados		Energias do Brasil		
Milhares de reais	2005	2004	Var. %	
Volume de Negócios	4.546.993	3.899.563	16,6%	
Custo das Vendas	2.636.431	2.455.597	7,4%	
Margem Bruta	1.910.562	1.443.966	32,3%	
Custos Operacionais	661.372	678.917	-2,6%	
Fornecimentos e Serviços Externos	358.434	298.963	19,9%	
Custos com Pessoal e Benefícios Sociais	277.904	269.499	3,1%	
Outros custos / (proveitos)	25.034	110.455	-77,3%	
Resultados Operacionais Brutos % do Volume de Negócios	1.249.190	765.049	63,3%	
	27,5%	19,6%	7,9 p.p.	
Amortizações	226.538	196.467	15,3%	
Compensação de Amortizações	-20.514	0	-	
Resultados Operacionais	1.043.166	568.583	83,5%	
Resultados Financeiros	-306.842	-340.444	9,9%	
Impostos e Interesses Minoritários	189.321	62.452	203,1%	
Resultado Líquido	547.003	165.687	230,1%	

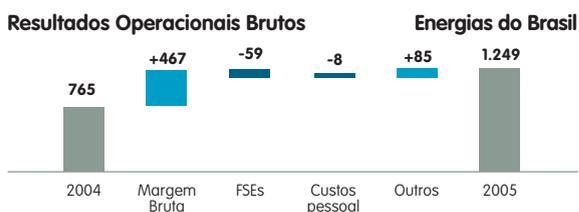
Energias do Brasil (Milhões de reais)



Em 2005, a Margem Bruta da Energias do Brasil apresentou um aumento de 32,3%, no qual a actividade de distribuição contribuiu com aproximadamente 80%, enquanto que as actividades de produção e "trading" contribuíram com 20%. O forte aumento é explicado por:

- Um crescimento de 3,0% na distribuição de electricidade;
- As correcções positivas à Base de Activos Regulatórios da Escelsa e Enersul;

- Menores custos não-controláveis do que o montante reconhecido nas tarifas (67 milhões de reais);
- Aumento das vendas de electricidade na actividade de comercialização (+31,6%), atingindo 6.379 GWh em 2005;
- Separação das actividades de distribuição e de produção embebida nas distribuidoras.



Os Custos Operacionais diminuíram 2,6% devido principalmente à reversão da provisão (90 milhões de reais) constituída em 2003, para fazer face à possível desvalorização do investimento no projecto Lajeado. Quanto aos Fornecimentos e Serviços Externos, o aumento de 20% é maioritariamente explicado pela actividade de distribuição no seguimento dos ajustamentos contratuais com entidades externas, maiores custos com manutenção devido ao aumento da extensão da rede como consequência do programa de Universalização do consumo, intensificação do programa de combate às perdas e aumento das despesas com consultoria devido à reestruturação societária. Durante 2005, a Energias do Brasil lançou o "Projecto Vanguarda", o qual tem a missão de identificar e capturar sinergias no Grupo Energias do Brasil após a sua reestruturação.

A Oferta Pública Inicial da Energias do Brasil, em Julho de 2005, permitiu à empresa reforçar substancialmente a sua estrutura de capital, com o recebimento de 500 milhões de reais e a conversão de 670 milhões de reais dos "Senior Notes" da Escelsa, detidos pela EDP, no capital social da Energias do Brasil e melhorar a capacidade da empresa para fazer face às novas oportunidades do sector Brasileiro. Em

Setembro a EDP concluiu uma oferta privada de 2,2% do capital da Energias do Brasil, a um preço de 18 reais por acção, reduzindo a posição da EDP de 64,5% para 62,4%.

Em Euros, a EDP beneficiou com a valorização de 20% do Real, que em 2005 apresentou uma taxa BRL/Euro de 3,02 face a 3,63 em 2004. Ao nível dos Resultados Operacionais Brutos este efeito apresentou um impacto positivo de 69 milhões de euros.

A Margem Bruta da Bandeirante apresenta um crescimento de 20,0%, no seguimento do aumento médio de 15,95% das tarifas, concedido no ajustamento tarifário de Outubro de 2004 e de custos não-controláveis menores do que o montante reconhecido nas tarifas (41 milhões de reais de diferença). Em Outubro de 2005, a ANEEL definiu uma variação de -8,86% no processo de reajustamento tarifário anual, que reflecte:

- 7,66% por variação, nos últimos doze meses, dos custos não controláveis (Parcela A) e o ajustamento dos custos controláveis (Parcela B) à inflação;
- 5,56% que correspondem ao impacto da conclusão do processo de revisão tarifária de 2003 (-102 milhões de reais a serem devolvidos à tarifa nos próximos 12 meses).

A ANEEL reviu o aumento inicial da tarifa de 18,08% para um aumento final de 9,67%, em resultado da revisão definitiva da Base de Remuneração Regulatória da Bandeirante (definida em 998 milhões de reais) para o período entre Outubro de 2003 e Outubro de 2007;

- +4,36% que correspondem à recuperação de custos incorridos no passado que não obtiveram cobertura tarifária (83 milhões de reais a recuperar até Outubro de 2006).

Em 2005, os Resultados Operacionais Brutos aumentaram 26,9% devido à performance ao nível da Margem Bruta. Os Custos Operacionais subiram 9,0% devido ao aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos, os quais foram afectados por um incremento das inspecções na rede, leitura de contadores e serviços de facturação, por maiores custos com consultoria, aumento dos custos com licenças de software para melhorar os sistemas de informação técnicos e comerciais, e melhorias ao nível do call center. Também pela contabilização de 26 milhões de reais em provisões para cobrir o risco de recebimento do activo das perdas do racionamento a recuperar, no âmbito do processo de cisão da antiga Bandeirante e Piratininga em 2001 (outros Custos Operacionais).

Milhares de reais	Margem Bruta			Distribuidoras do Brasil					
	2005	2004	Var. %	2005	2004	Var. %	2005	2004	Var. %
Vendas de Energia a Clientes Finais	1.972.692	1.957.450	0,8%	1.152.857	1.045.748	10,2%	829.774	693.708	19,6%
Residencial	743.940	717.746	3,6%	376.022	328.982	14,3%	326.182	268.986	21,3%
Industrial	688.360	728.363	-5,5%	353.717	343.087	3,1%	115.264	113.038	2,0%
Comercial	364.525	331.935	9,8%	229.860	197.190	16,6%	211.007	168.656	25,1%
Outros	175.867	179.406	-2,0%	193.258	176.489	9,5%	177.291	143.028	24,0%
Electric. Distribuída a Clientes de Acesso	230.980	121.825	89,6%	150.146	90.206	66,4%	33.941	11.121	205,2%
Outras vendas e prestações de serviços	-94.170	-136.608	31,1%	9.163	-55.889	-	-36.013	-35.945	-0,2%
Volume de Negócios	2.109.502	1.942.667	8,6%	1.312.166	1.080.065	21,5%	827.672	668.884	23,7%
Custo das Vendas	1.350.207	1.309.738	3,1%	825.213	740.402	11,5%	423.956	374.562	13,2%
Margem Bruta	759.295	632.929	20,0%	486.952	339.662	43,4%	403.717	294.322	37,2%
Tarifa média a clientes (R\$/MWh)	246,3	222,1	10,9%	211,9	185,9	14,0%	303,2	243,4	24,6%

A Margem bruta da Escelsa apresentou um forte aumento de 43,4% no seguimento de:

- Crescimento de 6,4% do consumo;
- Revisão tarifária de Agosto de 2004, onde a ANEEL estabeleceu um aumento tarifário de 4,96%;
- Correção, em Agosto de 2005, à revisão tarifária de 2004 para um aumento de 8,58% (impacto de +17 milhões de reais na base tarifária), de forma a considerar o cálculo final da Base de Activos Regulatórios (928 milhões de reais) para o período de Agosto 2004 a Agosto 2007;
- Um aumento tarifário de 4,93% concedido no processo de ajustamento tarifário de 2005 (dos quais +6,56% estão relacionados com a recuperação, até Agosto 2006, de custos passados no montante de 75 milhões de reais);
- Custos não-controláveis menores do que o montante reconhecido nos ajustamentos tarifários (18 milhões de reais de diferença).

Os Resultados Operacionais Brutos da Escelsa apresentaram um crescimento de 88,4% no seguimento de um forte aumento do consumo. Os Fornecimentos e Serviços Externos subiram 37% principalmente devido a aumento dos custos com manutenção e requisição legal

para duplicar os turnos das equipas de manutenção, intensificação do programa para reduzir as perdas na distribuição, aumento dos serviços relacionados com corte e re-ligação do fornecimento eléctrico e maiores custos com consultoria. A rubrica de outros Custos Operacionais foi influenciada pela reversão de uma provisão de 23 milhões de reais, a qual foi constituída para cobrir uma contingência fiscal à espera de decisão judicial e que agora foi considerado im procedente.

A Margem Bruta da Enersul aumentou 37,2%, reflectindo o crescimento de 2,6% do consumo e o aumento tarifário de 20,69% concedido no ajustamento de Abril de 2005. É importante referir que, este ajustamento inclui a correção positiva ao aumento tarifário concedido na revisão de 2003, de 42,26% para 50,81%, de forma a considerar a Base de Activos Regulatórios final (782 milhões de reais) para o período Abril 2003 a Abril 2008.

Os Custos Operacionais aumentaram 22,5% principalmente devido a maiores custos com manutenção associados à expansão da rede, incremento das inspecções na rede, dos serviços de leitura de contadores e dos cortes e re-ligações do fornecimento eléctrico, melhoramento em sistemas CRM, aumento dos custos de facturação, maiores custos com consultoria, aumento dos custos com TI e maiores provisões para clientes de cobrança duvidosa.

Resultados Operacionais												Energias do Brasil		
Milhares de reais	Bandeirante			Escelsa			Enersul			Produção e Trading				
	2005	2004	Var. %	2005	2004	Var. %	2005	2004	Var. %	2005	2004	Var. %		
Volume de Negócios	2.109.502	1.942.667	8,6%	1.312.166	1.080.065	21,5%	827.672	668.884	23,7%	555.206	374.639	48,2%		
Custo das Vendas	1.350.207	1.309.738	3,1%	825.213	740.402	11,5%	423.956	374.562	13,2%	296.740	204.940	44,8%		
Margem Bruta	759.295	632.929	20,0%	486.952	339.662	43,4%	403.717	294.322	37,2%	258.465	169.699	52,3%		
Custos Operacionais	268.216	246.075	9,0%	157.126	164.569	-4,5%	158.305	129.185	22,5%	12.204	75.481	-83,8%		
Fornecimentos e Serviços Externos	114.877	107.497	6,9%	82.493	60.113	37,2%	64.765	45.905	41,1%	72.330	57.047	26,8%		
Custos com Pessoal e Benefícios Sociais	97.362	94.922	2,6%	86.072	83.814	2,7%	62.533	60.681	3,1%	12.569	13.548	-7,2%		
Outros custos / (proveitos)	55.977	43.657	28,2%	-11.439	20.642	-	31.007	22.598	37,2%	-72.695	4.886	-		
Resultados Operacionais Brutos	491.079	386.855	26,9%	329.826	175.093	88,4%	245.412	165.137	48,6%	246.262	94.218	161,4%		
% do Volume de Negócios	23,3%	19,9%	3,4 p.p.	25,1%	16,2%	8,9 p.p.	29,7%	24,7%	5,0 p.p.	44,4%	25,1%	19,2 p.p.		
Amortizações	81.869	75.068	9,1%	58.644	55.408	5,8%	48.829	48.551	0,6%	15.739	9.377	67,8%		
Resultados Operacionais	409.211	311.786	31,2%	271.182	119.686	126,6%	196.583	116.586	68,6%	230.523	84.841	171,7%		
Outros indicadores														
Investimento Operacional	117.247	119.909	-2,2%	139.442	89.864	55,2%	191.687	93.416	105,2%	700.818	746.696	-6,1%		
Número de empregados	1.203	1.207	-0,3%	1.162	1.238	-6,1%	866	899	-3,7%	297	226	31,4%		

Actualmente, a Energias do Brasil gere 531 MW (97% hídricos), alcançando uma produção de 2.756 GWh em 2005. Em meados de 2005, a Energias do Brasil separou as actividades de distribuição e de produção embebidas nas suas distribuidoras, de forma a cumprir o novo enquadramento regulatório para o sector eléctrico Brasileiro. Em resultado, as centrais eléctricas anteriormente embebidas nas empresas distribuidoras (280 MW), foram incorporadas na área de negócio da geração. Esta alteração representou o maior contributo para a performance da Margem Bruta da actividade de Produção e "Trading", com 68 milhões de reais no período. Adicionalmente, a actualização tarifária na central hídrica do Lajeado de 903 MW (EDP Lajeado tem o direito a 27,65% da energia) e o aumento de 31,6% dos volumes vendidos, para os 6.379 GWh, da actividade de comercialização e "trading", também contribuíram para o crescimento da Margem Bruta.

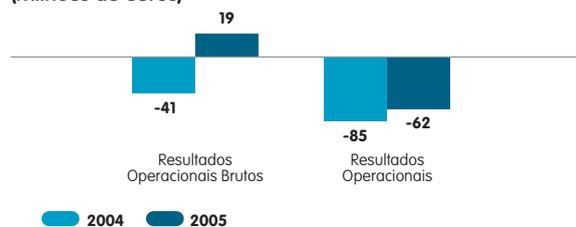
Ao nível dos Resultados Operacionais Brutos, esta actividade também beneficiou com a reversão de uma provisão de 90 milhões de reais constituída em 2003, relacionada com a possível desvalorização do activo do projecto Lajeado. No que respeita à expansão de capacidade na Produção, a Energias do Brasil espera aumentar a sua capacidade em 527 MW (100% hídricos) até ao final de 2006: Peixe Angical (452 MW), São João (25 MW) e um novo grupo em Mascarenhas (50 MW). O investimento realizado na construção da central hidroelétrica de Peixe Angical (452 MW) totalizou os 639 milhões de reais no período e espera-se um investimento adicional de 170 milhões de reais em 2006.

9. ONI

Os dados financeiros apresentados para 2004 são proforma, excluindo o contributo da Comunitel para o último trimestre de 2004. Em 2005, no seguimento da venda da Comunitel (Setembro), esta empresa foi consolidada apenas entre Janeiro e Setembro.

Demonstração dos Resultados		ONI	
Milhares de euros	2005	2004	Var. %
Volume de Negócios	278.403	279.962	-0,6%
Serviços de Telecomunicações	272.015	272.225	-0,1%
Voz	164.538	159.418	3,2%
Voz de Valor Acrescentado	939	11.897	-92,1%
Dados e Internet	77.363	74.327	4,1%
Outros	29.175	26.583	9,8%
Venda de Equipamentos	6.388	7.737	-17,4%
Custos Directos	138.200	142.232	-2,8%
Serviços de Telecomunicações	132.378	135.169	-2,1%
Vendas de Equipamento	5.822	7.063	-17,6%
Margem Bruta	140.203	137.730	1,8%
Custos Operacionais	120.932	178.672	-32,3%
Fornecimentos e Serviços Externos	78.695	80.523	-2,3%
Custos com Pessoal	43.208	48.890	-11,6%
Outros custos / (proveitos)	-971	49.260	-
Resultados Operacionais Brutos	19.271	-40.943	-
% do Volume de Negócios	6,9%	-14,6%	-
Amortizações	81.116	43.779	85,3%
Resultados Operacionais	-61.845	-84.721	27,0%

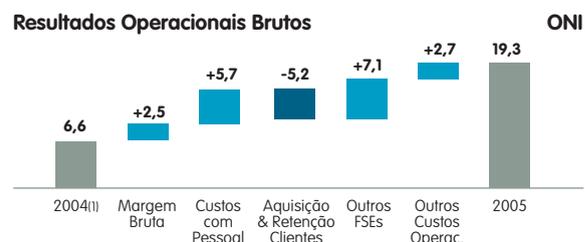
ONI (Milhões de euros)



As receitas dos serviços de voz, excluindo os serviços de voz de valor acrescentado, cresceram 3,2%, influenciadas por uma diminuição nas receitas de voz do segmento residencial provenientes dos clientes de acesso indirecto na Oni Telecom, reflexo de um maior enfoque estratégico nos clientes de acesso directo, que foi mais do que compensado por um aumento no tráfego de voz dos clientes empresariais e dos operadores.

Os proveitos dos serviços de dados e "Internet" aumentaram 4,1% no período, devido a um aumento de 9,6 milhões de euros das receitas dos serviços de "Internet" de banda larga, para o qual a Oni Telecom contribuiu com 4,6 milhões de euros e a uma melhoria na oferta de acesso directo via OLL (Oferta do Lacete Local).

A Margem Bruta do Grupo ONI aumentou 1,8% no período, ou 1,2 p.p., devido à evolução favorável do "mix" de serviços prestados pela Comunitel. A Margem Bruta da Oni Telecom permaneceu estável nos 53%.



(1) Excluindo uma provisão extraordinária de 47,5 milhões de euros, que reflecte em grande parte a reversão de 40 milhões de euros de crédito fiscal contabilizado em 2002 relativo à venda da Oni Way à Vodafone.

Os Custos Operacionais diminuíram 32,3% no período devido, em grande medida, à contabilização, em 2004, de uma provisão extraordinária de 47,5 milhões de euros. Esta provisão reflecte em grande parte a reversão de 40 milhões de euros do crédito fiscal contabilizado em 2002 relativo à venda da Oni Way à Vodafone. Excluindo este impacto, os Custos Operacionais reduziram-se 7,8% devido a um aumento de 5,2 milhões de euros nos custos com a aquisição e retenção de clientes e a um aumento de 1,5 milhões de euros na rubrica de indemnizações, que foram mais do que compensados por uma redução de 14,8%, ou 7,1 milhões de euros, nos Custos com Pessoal – excluindo indemnizações – devido a menores prémios de desempenho e à redução do número de trabalhadores e a uma redução de 13%, ou 7,1 milhões de euros, nos Fornecimentos e Serviços Externos –

excluindo os custos com aquisição e retenção de clientes.

A melhoria na Margem Bruta do Grupo Oni, em conjunto com um forte controlo dos Custos com Pessoal e Fornecimentos e Serviços Externos, outros que não os relacionados com a aquisição e retenção de clientes, resultaram num Resultado Operacional Bruto de 19,3 milhões de euros em 2005, o que representa uma margem sobre o Volume de Negócios de 6,9%.

As amortizações em 2005 incluem um custo de 30 milhões de euros relacionado com o "impairment" ao valor do contrato com a Transgás pelo aluguer da rede de fibra óptica por parte da Oni.

Em Setembro de 2005, a autoridade da concorrência espanhola aprovou a venda da participação de 99,93% que a Oni detinha no capital da Comunitel. Com a conclusão desta operação, a Oni registou – em "Actividades Descontinuadas" – uma mais-valia líquida de 33 milhões de euros.

Em Dezembro de 2005, a Oni Telecom realizou um aumento de capital de 210 milhões de euros através da conversão de suprimentos em prestações acessórias, o que em conjunto com o montante recebido pela venda da Comunitel (204 milhões de euros) e desconsolidação da dívida financeira da Comunitel (50 milhões de euros) permitiu ao Grupo Oni reduzir a sua dívida em cerca de 430 milhões de euros (incluindo suprimentos). Em consequência, a empresa está actualmente a renegociar a maturidade da sua dívida no sentido de a ajustar à geração de "cash - flow" prevista no plano de negócios.

Investimento Operacional		ONI	
Milhares de euros	2005	2004	Var. %
ONI Telecom	17.310	12.910	34,1%
Comunitel	16.729	12.551	33,3%
Outros	31	70	-55,4%
Investimento Operacional	34.070	25.531	33,4%

O investimento operacional aumentou 33,4% no período, para 34,1 milhões de euros em 2005, devido aos investimentos realizados no desenvolvimento da rede ADSL (nomeadamente em centrais de acesso de banda larga) e na aquisição de equipamentos para soluções empresariais. Estas rubricas de investimento estão associadas a um enfoque crescente nos serviços de Internet de banda larga e à conquista de novos clientes.

José Loureiro
(1961)

Palavras Cruzadas, 2000

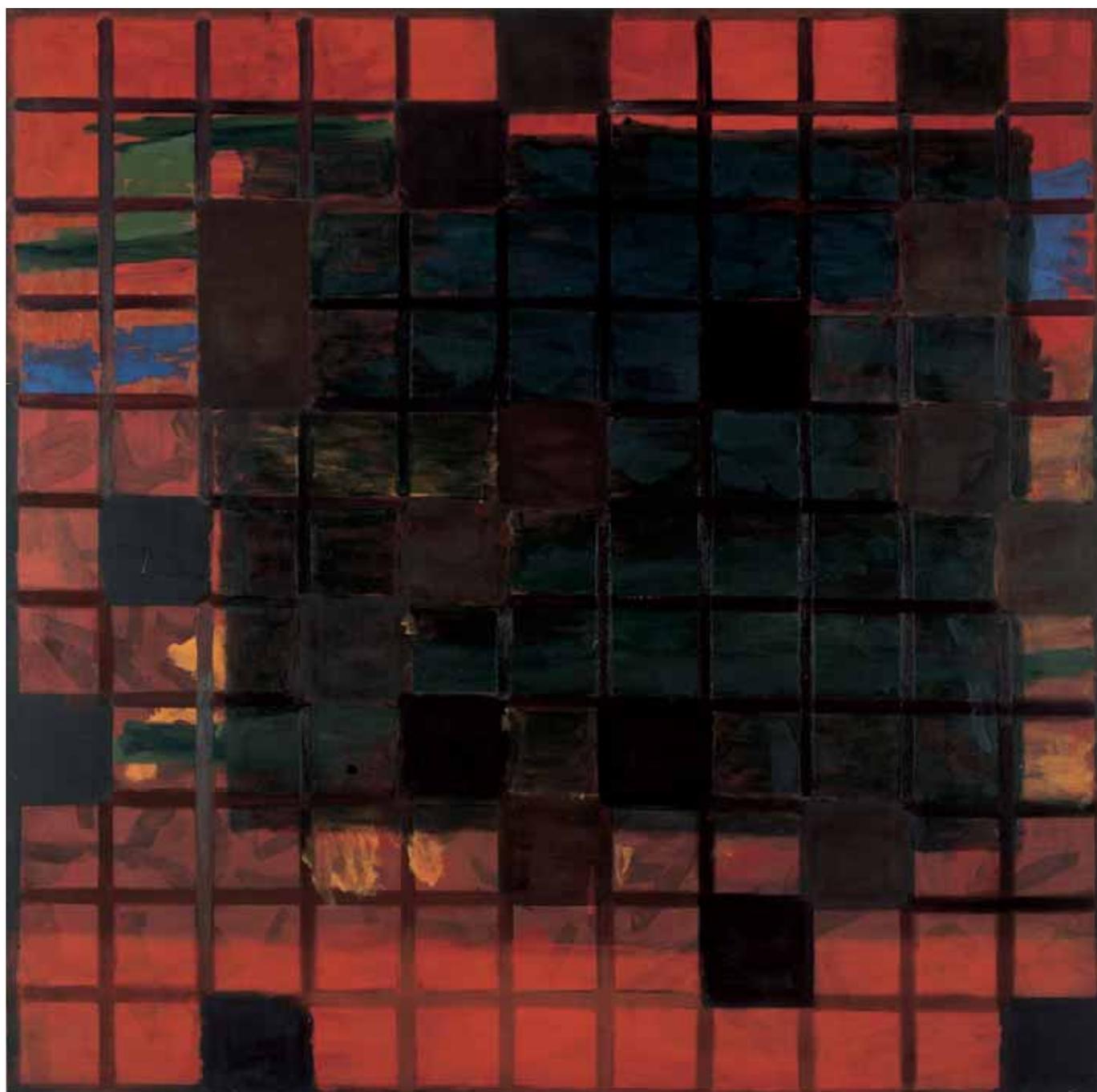
Óleo s/tela
200cmx200cm

Esta pintura estabelece um jogo muito intenso entre a grelha de composição, a policromia e as texturas. A obra apresenta uma quadrícula regular mas realizada sem rigor geométrico, uma multiplicação de cores mas sempre dentro de acordes surdos ou escurecidos embora subitamente possam ser iluminados por um inesperado azul, uma acumulação de texturas que sugere zonas mais densas e mais ténues. O conjunto cria um xadrez obscuro e irregular sem a possibilidade de qualquer regra de decifração.

De facto, o artista pintou esta obra como parte de uma série, cujas matrizes foram exercícios de Palavras Cruzadas de um jornal. José Loureiro, que não fez nenhum esforço para a resolução do problema, altera o peso interno entre as zonas negras e brancas e cria um jogo visual sobre o modo radical como a pintura pode prescindir das palavras.

João Pinharanda

Obras na Coleção EDP.arte: três pinturas



Notas	2005			2004			
	Operações em continuação	Operações desconti- nuadas	Total	Operações em continuação	Operações desconti- nuadas	Total	
	(Milhares de Euros)			(Milhares de Euros)			
Vendas	5	9.246.301	2.404	9.248.705	6.765.895	22.508	6.788.403
Custos com electricidade consumida	5	-4.222.003	-	-4.222.003	-3.335.803	-	-3.335.803
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	5	-1.589.127	-2.062	-1.591.189	-584.206	-23.497	-607.703
Margem bruta		3.435.171	342	3.435.513	2.845.886	-989	2.844.897
Outros proveitos							
Prestação de serviços	5	302.752	125.568	428.320	314.489	207.796	522.285
Outros proveitos	6	205.658	527	206.185	55.950	20.771	76.721
		508.410	126.095	634.505	370.439	228.567	599.006
		3.943.581	126.437	4.070.018	3.216.325	227.578	3.443.903
Outros custos							
Fornecimentos e serviços externos	7	-714.482	-102.299	-816.781	-566.145	-94.749	-660.894
Custos com o pessoal	8	-528.723	-17.264	-545.987	-441.905	-85.790	-527.695
Custos com benefícios aos empregados	8	-200.291	-	-200.291	-438.837	-1.246	-440.083
Outros custos	9	-449.757	-3.909	-453.666	-671.691	-12.671	-684.362
		-1.893.253	-123.472	-2.016.725	-2.118.578	-194.456	-2.313.034
		2.050.328	2.965	2.053.293	1.097.747	33.122	1.130.869
Provisões do exercício	10	-12.474	-	-12.474	-61.509	-2.780	-64.289
Amortizações	11	-981.693	-14.846	-996.539	-787.410	-47.821	-835.231
Compensações de amortizações	11	97.600	-	97.600	85.863	28	85.891
		1.153.761	-11.881	1.141.880	334.691	-17.451	317.240
Ganhos / perdas na alienação de activos financeiros	12	440.647	83	440.730	9.837	125	9.962
Proveitos financeiros	13	527.833	61	527.894	390.365	1.466	391.831
Custos financeiros	13	-924.997	-2.174	-927.171	-654.370	-5.948	-660.318
Ganhos / (perdas) em associadas		35.295	-	35.295	3.697	50	3.747
Resultado antes de imposto		1.232.539	-13.911	1.218.628	84.220	-21.758	62.462
Impostos sobre lucros	14	-157.108	4.919	-152.189	-28.625	12.254	-16.371
Resultado depois de impostos e antes de alienação de operações descontinuadas		1.075.431	-8.992	1.066.439	55.595	-9.504	46.091
Ganhos / (perdas) na alienação de operações descontinuadas	43	-	45.522	45.522	-	-	-
Resultado líquido do exercício		1.075.431	36.530	1.111.961	55.595	-9.504	46.091
Atribuível a:							
Accionistas da EDP		1.030.487	40.615	1.071.102	42.586	229	42.815
Interesses minoritários	30	44.944	-4.085	40.859	13.009	-9.733	3.276
Resultado Líquido		1.075.431	36.530	1.111.961	55.595	-9.504	46.091
Resultado por acção (Básico e Diluído) - Euros	27	0,28	0,01	0,29	0,01	0,00	0,01

	Notas	2005 <small>(Milhares de Euros)</small>	2004 <small>(Milhares de Euros)</small>
Activo			
Activos fixos tangíveis	15	13.891.378	12.557.101
Activos intangíveis	16	3.508.827	2.964.304
Investimentos financeiros em associadas	18	351.302	316.775
Activos financeiros disponíveis para venda	19	566.446	1.169.098
Impostos diferidos activos	20	892.653	852.181
Clientes	22	121.992	95.140
Devedores e outros activos	23	374.601	153.693
Total de Activos Não Correntes		19.707.199	18.108.292
Inventários	21	219.194	156.806
Clientes	22	1.463.505	1.161.844
Devedores e outros activos	23	1.435.785	838.894
Impostos a receber	24	346.175	182.854
Activos financeiros detidos para negociação	25	275.618	56.249
Caixa e equivalentes de caixa	26	585.499	230.700
Activos detidos para venda	37	-	165.337
Total de Activos Correntes		4.325.776	2.792.684
Total do Activo		24.032.975	20.900.976
Capitais Próprios			
Capital	27	3.656.538	3.656.538
Acções próprias	28	-38.119	-31.662
Prémios de emissão de acções	27	501.992	472.955
Reservas	29	-1.665.733	-1.612.848
Resultados acumulados		1.297.620	1.510.060
Resultado líquido atribuível aos accionistas da EDP		1.071.102	42.815
Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas da EDP		4.823.400	4.037.858
Interesses minoritários	30	1.287.763	743.937
Total dos Capitais Próprios		6.111.163	4.781.795
Passivo			
Empréstimos	32	8.600.721	7.181.105
Benefícios aos empregados	33	1.843.246	1.985.230
Provisões para riscos e encargos	34	269.249	293.232
Conta de hidráulidade	31	169.967	364.197
Impostos diferidos passivos	20	369.722	286.409
Credores e outros passivos	35	137.745	198.974
Total de Passivos Não Correntes		11.390.650	10.309.147
Empréstimos	32	1.983.579	1.960.780
Credores e outros passivos	35	4.371.843	3.570.148
Impostos a pagar	36	175.740	210.379
Passivos detidos para venda	37	-	68.727
Total dos Passivos Correntes		6.531.162	5.810.034
Total do Passivo		17.921.812	16.119.181
Total dos Capitais Próprios e Passivo		24.032.975	20.900.976

	Notas	2005	2004
(Milhares de Euros)			
Vendas	5	499.344	-
Custos com electricidade consumida	5	-278.006	-
Custo das matérias primas e consumíveis	5	-190.162	-
Margem bruta		31.176	-
Outros proveitos			
Prestação de serviços	5	61.041	33.151
Outros proveitos	6	36.458	12.933
		97.499	46.084
Outros custos			
Fornecimentos e serviços externos	7	-97.188	-85.342
Custos com o pessoal	8	-6.329	-4.504
Custos com benefícios aos empregados	8	-882	-1.139
Outros custos	9	-220.393	-333.016
		-324.792	-424.001
		-196.117	-377.917
Provisões do exercício	10	-3.850	-10.300
Amortizações	11	-4.698	-4.854
		-204.665	-393.071
Proveitos financeiros	13	1.556.660	862.651
Custos financeiros	13	-871.939	-433.769
Resultado antes de impostos		480.056	35.811
Impostos sobre lucros	14	29.779	121.862
Resultado Líquido		509.835	157.673
Resultado por acção (Básico e Diluído) - Euros	27	0,14	0,05

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

	Notas	2005	2004
(Milhares de Euros)			
Activo			
Activos fixos tangíveis	15	95.536	118.858
Activos intangíveis	16	322	31
Investimentos financeiros em filiais	17	7.351.589	7.269.735
Investimentos financeiros em associadas	18	354.635	372.691
Activos financeiros disponíveis para venda	19	260.394	336.894
Impostos diferidos activos	20	53.317	55.404
Devedores e outros activos	23	<u>3.494.196</u>	<u>3.832.752</u>
Total de Activos Não Correntes		<u>11.609.989</u>	<u>11.986.365</u>
Cientes	22	70.664	5.161
Devedores e outros activos	23	1.356.160	842.180
Impostos a receber	24	140.591	180.600
Activos financeiros detidos para negociação	25	205.376	-
Caixa e equivalentes de caixa	26	<u>183.334</u>	<u>17.702</u>
Total de Activos Correntes		<u>1.956.125</u>	<u>1.045.643</u>
Total do Activo		<u><u>13.566.114</u></u>	<u><u>13.032.008</u></u>
Capitais Próprios			
Capital	27	3.656.538	3.656.538
Acções próprias	28	-38.119	-31.662
Prémios de emissão de acções	27	501.992	472.955
Reservas	29	460.762	479.270
Resultados acumulados		1.297.620	1.510.060
Resultado líquido do exercício		<u>509.835</u>	<u>157.673</u>
Total dos Capitais Próprios		<u>6.388.628</u>	<u>6.244.834</u>
Passivo			
Empréstimos	32	3.171.899	3.599.255
Benefícios aos empregados	33	17.087	16.920
Provisões para riscos e encargos	34	14.754	39.386
Conta de hidráulidade	31	169.967	364.197
Credores e outros passivos	35	<u>1.516</u>	<u>1.084</u>
Total de Passivos Não Correntes		<u>3.375.223</u>	<u>4.020.842</u>
Empréstimos	32	3.386.438	2.319.370
Credores e outros passivos	35	410.053	436.996
Impostos a pagar	36	<u>5.772</u>	<u>9.966</u>
Total dos Passivos Correntes		<u>3.802.263</u>	<u>2.766.332</u>
Total do Passivo		<u>7.177.486</u>	<u>6.787.174</u>
Total dos Capitais Próprios e Passivo		<u><u>13.566.114</u></u>	<u><u>13.032.008</u></u>

	2005		2004	
	Accionistas	Interesses	Accionistas	Interesses
	EDP Euro'000	Minoritários Euro'000	EDP Euro'000	Minoritários Euro'000
Diferenças de câmbio	113.027	72.013	936	5.217
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	-16.066	-	-643	-
Efeito fiscal da reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	3.931	-	177	-
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	-69.250	-978	8.759	978
Efeito fiscal da reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	14.577	171	-6.980	-171
Perdas actuariais	-24.689	-5.563	-418.203	-190
Efeito fiscal das perdas actuariais	7.486	316	-	-
Resultado líquido reconhecido directamente em capitais próprios	29.016	65.959	-415.954	5.834
Resultado do período	1.071.102	40.859	42.815	3.276
Total de ganhos e perdas reconhecidos no período	1.100.118	106.818	-373.139	9.110

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Grupo		Individual	
	2005	2004	2005	2004
Actividades Operacionais				
Recebimentos de clientes	9.401.466	7.225.893	585.178	-
Pagamentos a fornecedores	-6.743.245	-4.492.771	-608.928	-105.771
Pagamentos ao pessoal	-757.123	-723.676	-6.366	-5.508
Pagamentos de rendas de concessão	-206.323	-187.803	-	-
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	219.499	71.725	-144.692	94.755
Fluxo gerado pelas operações	1.914.274	1.893.368	-174.808	-16.524
Recebimentos / (pagamentos) de imposto sobre o rendimento	-261.458	-229.332	-136.066	49.467
Fluxo das Actividades Operacionais	1.652.816	1.664.036	-310.874	32.943
Operações descontinuadas	4.330	38.506		
Operações em continuação	1.648.486	1.625.530		
Actividades de Investimento				
Recebimentos:				
Activos financeiros	519.399	60.940	167.449	252.494
Activos fixos tangíveis e intangíveis	26.075	43.480	24.931	1.761
Subsídios de investimento	79.330	88.036	-	-
Juros e proveitos similares	25.985	20.287	143.261	171.614
Dividendos	36.069	30.478	909.473	418.318
	686.858	243.221	1.245.114	844.187
Pagamentos:				
Activos financeiros	-1.219.350	-1.389.573	-290.373	-1.324.894
Activos fixos tangíveis e intangíveis	-1.506.625	-1.164.842	-23.879	-11.296
	-2.725.975	-2.554.415	-314.252	-1.336.190
Fluxo das Actividades de Investimento	-2.039.117	-2.311.194	930.862	-492.003
Operações descontinuadas	-795	-34.270		
Operações em continuação	-2.038.322	-2.276.924		
Actividades de Financiamento				
Recebimentos/Pagamentos de empréstimos obtidos	1.522.656	187.799	68.371	-261.756
Aumentos de capital e prémios de emissão	175.747	1.158.579	-	1.158.579
Juros e custos similares	-433.328	-397.234	-181.298	-217.431
Dividendos pagos	-335.968	-288.730	-335.968	-288.730
Venda / (aquisição) de acções próprias	-6.457	17.358	-6.457	17.358
Fluxo das Actividades de Financiamento	922.650	677.772	-455.352	408.020
Operações descontinuadas	-4.756	-2.972		
Operações em continuação	927.406	680.744		
Variação de caixa e seus equivalentes	536.349	30.614	164.636	-51.040
Efeito das diferenças de câmbio	34.037	-25.232	996	-25.232
Caixa e seus equivalentes no início do período	-303.028	-308.410	17.702	93.974
Caixa e seus equivalentes no fim do período (*)	267.358	-303.028	183.334	17.702

(*) Ver nota 26 às Demonstrações Financeiras que detalha a composição da rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa'

[Valores expressos em milhares de Euros]

	Total dos Capitais Próprios	Capital social	Prémios de emissão	Reserva legal	Reservas e resultados acumulados	Diferenças cambiais	Acções próprias	Capital Próprio atribuível accionistas da EDP	Interesses minoritários
Saldos em 1 de Janeiro de 2004	3.864.682	3.000.000	-	326.391	264.625	-	-49.020	3.541.996	322.686
Constituição de reserva legal	-	-	-	19.055	-19.055	-	-	-	-
Dividendos pagos	-268.008	-	-	-	-268.008	-	-	-268.008	-
Compra e venda de acções próprias	17.358	-	-	-	-	-	17.358	17.358	-
Alterações no perímetro de consolidação	352.903	-	-	-	-	-	-	-	352.903
Outras variações de interesses minoritários	59.238	-	-	-	-	-	-	-	59.238
Aumento de capital com a emissão de 656.537.715 novas acções em Dez 2004	1.208.029	656.538	551.491	-	-	-	-	1.208.029	-
Encargos com aumento de capital	-78.536	-	-78.536	-	-	-	-	-78.536	-
Diferença cambial de consolidação	6.153	-	-	-	-	936	-	936	5.217
Reserva de justo valor (ativos disponíveis para venda) líquida de imposto	2.586	-	-	-	1.779	-	-	1.779	807
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquida de imposto	-466	-	-	-	-466	-	-	-466	-
Perdas actuariais líquidas de imposto	-418.393	-	-	-	-418.203	-	-	-418.203	-190
Outras reservas de consolidação	-9.842	-	-	-	-9.842	-	-	-9.842	-
Resultado do exercício	46.091	-	-	-	42.815	-	-	42.815	3.276
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	4.781.795	3.656.538	472.955	345.446	-406.355	936	-31.662	4.037.858	743.937
Constituição de reserva legal	-	-	-	22.008	-22.008	-	-	-	-
Dividendos pagos	-335.968	-	-	-	-335.968	-	-	-335.968	-
Compra e venda de acções próprias	-6.457	-	-	-	-	-	-6.457	-6.457	-
Variações de interesses minoritários resultantes de reestruturações societárias	437.008	-	-	-	-	-	-	-	437.008
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquida de imposto	-12.135	-	-	-	-12.135	-	-	-12.135	-
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda) líquida de imposto	-55.480	-	-	-	-54.673	-	-	-54.673	-807
Reconhecimento de benefícios fiscais com aumento capital	29.037	-	29.037	-	-	-	-	29.037	-
Perdas actuariais líquidas de imposto	-22.450	-	-	-	-17.203	-	-	-17.203	-5.247
Diferença cambial de consolidação	185.040	-	-	-	-	113.027	-	113.027	72.013
Outras reservas de consolidação	-1.188	-	-	-	-1.188	-	-	-1.188	-
Resultado do exercício	1.111.961	-	-	-	1.071.102	-	-	1.071.102	40.859
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	6.111.163	3.656.538	501.992	367.454	221.572	113.963	-38.119	4.823.400	1.287.763

[Valores expressos em milhares de Euros]

	Total dos Capitais Próprios	Capital social	Prémios de emissão	Reserva legal	Reservas e resultados acumulados	Ações próprias
Saldos em 1 de Janeiro de 2004	5.207.482	3.000.000	-	326.391	1.930.111	-49.020
Constituição de reserva legal	-	-	-	19.055	-19.055	-
Dividendos pagos	-268.008	-	-	-	-268.008	-
Compra e venda de acções próprias	17.358	-	-	-	-	17.358
Aumento de capital com a emissão de 656.537.715 novas acções em Dez 2004	1.208.029	656.538	551.491	-	-	-
Encargos com aumento de capital	-78.536	-	-78.536	-	-	-
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquida de imposto	-643	-	-	-	-643	-
Perdas actuariais líquidas de imposto	1.877	-	-	-	1.877	-
Outras reservas	-398	-	-	-	-398	-
Resultado do exercício	157.673	-	-	-	157.673	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	6.244.834	3.656.538	472.955	345.446	1.801.557	-31.662
Constituição de reserva legal	-	-	-	22.008	-22.008	-
Dividendos pagos	-335.968	-	-	-	-335.968	-
Compra e venda de acções próprias	-6.457	-	-	-	-	-6.457
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquida de imposto	-12.135	-	-	-	-12.135	-
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquida de imposto	-65.983	-	-	-	-65.983	-
Reconhecimento de benefícios fiscais aumento capital	29.037	-	29.037	-	-	-
Reserva de fusão EDP Produção	25.465	-	-	-	25.465	-
Resultado do exercício	509.835	-	-	-	509.835	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	6.388.628	3.656.538	501.992	367.454	1.900.763	-38.119

1. Actividade económica do Grupo EDP

A empresa-mãe do Grupo, EDP - Energias de Portugal, S.A., (adiante designada por EDP, S.A.), foi constituída em 1976 na sequência da nacionalização e consequente fusão das principais empresas do sector eléctrico de Portugal Continental. A sua sede social é em Lisboa, na Praça Marquês de Pombal, 12, 6º. Em 1994, conforme definido pelos Decretos-Lei nº 7/91 e 131/94, constituiu-se o Grupo EDP (adiante designado por Grupo EDP ou Grupo) após a cisão da EDP, S.A., de que resultou um conjunto de empresas participadas a 100% pela própria EDP, S.A., directa ou indirectamente.

As actividades do Grupo estão actualmente centradas nas áreas de produção, distribuição e comercialização de energia eléctrica, distribuição e comercialização de gás e telecomunicações, mas abrangem também outras áreas complementares e relacionadas, como as de água, engenharia, ensaios laboratoriais, formação profissional e gestão do património imobiliário.

O Grupo EDP opera essencialmente nos mercados Ibérico e Brasileiro, nos sectores da energia e telecomunicações.

Actividade no Sector Energético da Península Ibérica

Em Portugal, o Sistema Eléctrico Nacional (SEN) assenta na coexistência de um Sistema Eléctrico de Serviço Público (SEP) e de um Sistema Eléctrico Independente (SEI), sendo este último composto pelo Sistema Eléctrico Não Vinculado (SENV) e pelos Produtores em Regime Especial (PRE).

O SEP é constituído pela Rede Nacional de Transporte (RNT), pelos Produtores Vinculados, pelos Distribuidores Vinculados e pelos Clientes Vinculados. A RNT, concessionada à REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A., compete assegurar o transporte de energia eléctrica e a gestão técnica global do SEP. Os Produtores Vinculados encontram-se ligados à RNT por contratos de longo prazo de fornecimento exclusivo (CAE's - Contratos de Aquisição de Energia). Os Distribuidores Vinculados assumem a obrigatoriedade de fornecimento aos seus Clientes, segundo as tarifas e condições fixadas, nos termos da lei, pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE). Os Clientes Vinculados correspondem aos consumidores de energia eléctrica que não podem optar por um fornecedor do SENV (actualmente os consumidores alimentados em baixa tensão) ou que, podendo, optaram por adquirir a energia eléctrica ao respectivo distribuidor vinculado nas condições determinadas pela ERSE.

O SENV é composto essencialmente pelos Produtores Não Vinculados e pelos Clientes Não Vinculados, tendo estes últimos o direito de utilizar as redes do SEP através de tarifas fixadas, nos termos da lei, pela ERSE. Os Produtores em Regime Especial operam na área das energias renováveis e da cogeração, efectuando entregas de energia eléctrica às redes do SEP ao abrigo de legislação específica. De acordo com a lei, compete à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) o exercício da função de regulação do sector, através da preparação, emissão e aplicação de regulamentos, bem como a definição das tarifas respeitantes quer à utilização das infra-estruturas quer ao fornecimento da energia eléctrica a clientes do SEP. O Grupo EDP, através das suas Empresas de Produção e Distribuição de energia eléctrica, desempenha um papel fundamental em todo o SEN detendo uma posição relevante no seio do SEP e detendo também empresas de produção que actuam no SEI, quer ao nível do SENV, quer ao nível dos PRE.

Em Espanha, o Grupo EDP reforçou em Dezembro de 2004 a sua participação financeira na Hidroeléctrica del Cantábrico S.A. (adiante designada por Hidrocantábrico), passando a dispor de 95,7% do capital da empresa e por conseguinte do seu controlo exclusivo. A Hidrocantábrico é a empresa-mãe de um Grupo empresarial que desenvolve actividades nos sectores eléctrico, gás e telecomunicações. No sector eléctrico, desenvolve a sua actividade nas áreas da produção, transporte e distribuição, e comercialização de energia eléctrica. O parque produtor está assente, fundamentalmente, em Centrais Térmicas Clássicas a carvão, e em menor percentagem na hidroelectricidade e no nuclear. O transporte e distribuição de electricidade é uma actividade regulada bem como o fornecimento de energia a clientes sujeitos à tarifa, contrariamente ao que sucede na actividade de comercialização em que os preços são estabelecidos livremente pelo funcionamento do mercado.

A Hidrocantábrico reforçou a sua posição no sector da distribuição e comercialização do gás natural após a aquisição da Naturcorp no terceiro trimestre de 2003 e a integração nesta empresa de todos os activos gasistas de que dispunha anteriormente. A actividade de distribuição de gás natural está sujeita a regulação. No sector das telecomunicações, a Hidrocantábrico tem uma participação significativa nas concessões de comunicações por cabo na região das Astúrias e de Castilla-Leon (transmissão em banda larga de telefonia, tv por cabo e Internet).

Actividade no Sector Energético do Brasil

No Brasil, o Grupo EDP actua no sector eléctrico, nomeadamente na produção, distribuição e comercialização.

Durante o mês de Abril de 2005, a EDP - Energias do Brasil, S.A. celebrou um acordo relativo à reorganização das suas participadas Bandeirante Energia, S.A., Iven, S.A., Espírito Santo Centrais Eléctricas, S.A., Magistra Participações, S.A. e Empresa Energética de Mato Grosso do Sul, S.A. tendo em vista a concentração da totalidade do capital destas empresas na Energias do Brasil. Deste modo, os accionistas minoritários daquelas empresas passaram a deter participações sociais no capital da EDP - Energias do Brasil, S.A.

No sector da produção de energia eléctrica, o Grupo EDP detém participações na Usina Hidroeléctrica (UHE) Lajeado (27,65%) e em parceria com o Grupo Rede do Brasil, venceu em 2001 as licitações para a concessão de construção e exploração das UHE de Peixe Angical e de Couto Magalhães.

Na comercialização, para além da actividade exercida pelas empresas de distribuição, o Grupo EDP opera no mercado de 'trading' de energia eléctrica através da Enertrade.

Actividade no Sector das Telecomunicações

No sector das telecomunicações, o Grupo EDP detém 56,607% do capital social da ONI SGPS, sendo o restante capital detido pelo Banco Comercial Português, Galp Energia e Brisa. O Grupo ONI actua nas telecomunicações fixas, presta serviços de voz e de dados, estando presente nos mercados português (nos segmentos empresarial e residencial) e espanhol (no segmento empresarial) até Setembro de 2005.

Regime de Preços da Energia Eléctrica

De acordo com a lei, em Portugal compete à ERSE o exercício da função de regulação do sector, através da preparação, emissão e aplicação de regulamentos, bem como a definição das tarifas respeitantes quer à utilização das infra-estruturas quer ao fornecimento da energia eléctrica aos clientes do SEP. No Brasil estas funções são igualmente assumidas por uma entidade reguladora - Agência Nacional de Energia Eléctrica (ANEEL). Em Espanha, os preços da energia eléctrica são fixados pelo Governo, ouvida ou sob proposta da entidade reguladora, a 'Comissão Nacional de Energia'.

Regime de Concessão da Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão

De acordo com o estabelecido em legislação específica (Decreto-Lei n.º 344-B/82), o direito de distribuir energia eléctrica em baixa tensão em Portugal está atribuído aos municípios. No entanto, foi prevista a possibilidade desta actividade ser exercida pelo Grupo EDP, por concessão, através da celebração do respectivo contrato de concessão, por períodos que vigoram de um modo geral pelo prazo de 20 anos, podendo ser revogados com aviso prévio de 2 anos. No processo de cisão ocorrido em 1994 esta possibilidade foi mantida em relação às quatro Empresas de Distribuição de Electricidade então criadas, posteriormente objecto de fusão no ano de 2000 na EDP Distribuição, S.A. Estas concessões têm como contrapartida o pagamento de uma renda aos municípios concedentes.

Bens de Domínio Público

Em Portugal, alguns immobilizados afectos à Produção e Distribuição de energia eléctrica no SEP estão sujeitos ao regime de domínio público. Estes immobilizados estão afectos à actividade do Grupo que os pode administrar livremente, nesse âmbito, mas não dispor dos mesmos, no domínio do comércio jurídico privado, enquanto se mantiver a sua afectação. No Brasil, os immobilizados utilizados na distribuição e comercialização de energia eléctrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da entidade reguladora. A ANEEL já regulamentou a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Eléctrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens sem utilidade para a concessão, quando destinados à alienação, determinando ainda que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

2. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

Até 31 de Dezembro de 2004, inclusivé, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP ("Grupo") devem ser preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") a partir do exercício de 2005. Nessa base, com efeito a 1 de Janeiro de 2005 estas demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em conformidade com os IFRS, tal como adoptados na União Europeia.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC"), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 e foram preparadas de acordo com os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2005.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente activos fixos tangíveis, instrumentos financeiros derivados, activos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3 às demonstrações financeiras (Principais estimativas e julgamentos utilizados na preparação das demonstrações financeiras).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 7 de Março de 2006.

Transição para os IFRS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas reportadas a 31 de Dezembro de 2005 e na determinação dos ajustamentos de transição, o Grupo decidiu adoptar certas regras de transição estabelecidas no IFRS 1 — Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, nomeadamente no que se refere à aplicação retrospectiva dos IFRS.

O IFRS 1 permite certas isenções à aplicação retrospectiva dos IFRS. De entre as isenções permitidas, o Grupo elegeu adoptar as seguintes:

(i) Concentrações de actividades empresariais

O Grupo decidiu não aplicar retrospectivamente o IFRS 3 — Concentrações de Actividades Empresariais. Assim, as concentrações de actividades empresariais do Grupo anteriores a 1 de Janeiro de 2004, mantêm-se contabilizadas de acordo com as anteriores regras contabilísticas aplicadas pelo Grupo. Nesta base, mantêm-se o valor do goodwill registado na rubrica de activos intangíveis em relação às aquisições efectuadas até 1 de Janeiro de 2004.

(ii) Valorização dos activos fixos tangíveis

Conforme a opção permitida pelo IFRS 1, o Grupo decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis, na data da transição (1 de Janeiro de 2004), o seu valor reavaliado, determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual é equiparável em termos gerais ao custo mensurado ajustado de acordo com os IFRS por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços.

(iii) Diferenças cambiais cumulativas decorrentes da transposição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

O Grupo decidiu anular, na data da transição (1 de Janeiro de 2004), a reserva decorrente das flutuações cambiais originadas pela transposição das demonstrações financeiras de subsidiárias e associadas em moeda estrangeira.

(iv) Reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais cumulativos

De acordo com a opção permitida pelo IFRS 1, o Grupo EDP decidiu reconhecer na data da transição, 1 de Janeiro de 2004, a totalidade dos ganhos e perdas actuariais diferidas por contrapartida de reservas.

Com excepção das situações acima referidas, o Grupo adoptou retrospectivamente os restantes IFRS.

Uma análise dos impactos da transição para os IFRS na situação financeira do Grupo e nos resultados das suas operações é apresentada na Nota 44.

b) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos e resultados da EDP, S.A. e das suas subsidiárias ("Grupo" ou "Grupo EDP"), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente, desde o momento em que o Grupo assume o controlo, sobre as suas actividades, até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível ao Grupo e registado na demonstração de resultados na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

Associadas

São classificadas como associadas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. No entanto, mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, o Grupo poderá exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são consolidados pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Entidades conjuntamente controladas

Uma entidade conjuntamente controlada é um empreendimento conjunto em que cada empreendedor tenha um interesse e que através de um acordo contratual entre os empreendedores se estabelece o controlo conjunto sobre a actividade económica da entidade. Os interesses em entidades conjuntamente controladas são consolidados proporcionalmente.

Contabilização, em base individual, das participações financeiras em subsidiárias e associadas

Em base individual, os investimentos em entidades subsidiárias e associadas que não estejam classificados como detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como detido para venda são reconhecidos ao custo de aquisição e são sujeitos a testes de imparidade periódicos.

Goodwill

O Grupo regista as aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2004 pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos, instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

O *goodwill* positivo é registado no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 — Concentrações de Actividades Empresariais. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do goodwill registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Transposição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional do Grupo EDP.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transpostas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- (ii) Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transacções;
- (iii) As diferenças cambiais são registadas em capitais próprios. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre companhias do grupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

c) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

d) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date") pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, em resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou na sua ausência é determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa ("discounted cash flows") e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

A contabilidade de cobertura é utilizada sempre que exista uma relação entre o elemento coberto e o instrumento de cobertura, que verifique as seguintes condições:

- (i) À data de início da relação de cobertura a mesma encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade prospectiva da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção (prospectivamente) e ao longo da vida da operação (retrospectivamente);
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

Cobertura de justo valor ("Fair value hedge")

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo ("fair value hedge"), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva, caso seja um instrumento de rendimento variável, o ajustamento de revalorização permanece em balanço até que o activo ou passivo seja alienado.

Cobertura de fluxos de caixa ("Cash flow hedge")

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade ("cash flow hedge"), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas de justo valor, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados do período.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. No caso de a cobertura estar associada a uma operação futura, se for previsível que a operação futura coberta não se efectuará, os montantes registados em reservas de justo valor são imediatamente reconhecidos em resultados do período.

e) Outros activos financeiros

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros detidos para negociação adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, ou (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar os activos.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas de justo valor, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de justo valor é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são igualmente reconhecidas em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, bem como os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os activos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

De acordo com as exigências do IAS 39, o Grupo não procede à transferência de instrumentos financeiros de e para a categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou uma redução de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas de justo valor, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Relativamente a instrumentos de dívida, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade. No que se refere a instrumentos de capital a reversão da imparidade é reconhecida em reservas de justo valor.

f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

g) Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As acções preferenciais emitidas pelo Grupo são consideradas como instrumentos de capital se não contiverem uma obrigação de reembolso e os dividendos só forem pagos se e quando declarados pelo Grupo. As acções preferenciais emitidas por subsidiárias, classificadas como instrumento de capital e deitadas por terceiros são registadas como interesses minoritários.

h) Activos tangíveis

Os activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Conforme referido na Nota 2 a), na data da transição para os IFRS, o Grupo decidiu considerar como custo o valor reavaliado dos seus activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era semelhante ao custo depreciado mensurado de acordo com os IFRS ajustado por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos como activos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	8 a 50
Equipamento básico:	
Produção Hidroeléctrica	32 a 60
Produção Termoeléctrica	25 a 30
Produção Renováveis	30
Distribuição de electricidade	10 a 30
Outro equipamento básico	5 a 10
Equipamento de transporte	4 a 25
Equipamento administrativo e utensílios	4 a 10
Outros activos fixos tangíveis	10 a 25

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados do período.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Activos tangíveis afectos às concessões da EDP Distribuição

Nos termos do Decreto-Lei nº 344-B/82, a concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão não envolve a alienação dos patrimónios dos Municípios concedentes, os quais se conservam na propriedade formal destes, sem prejuízo da sua afectação à exploração pelo Grupo. Em conformidade com o precedente, os imobilizados afectos à concessão são evidenciados como activos tangíveis, com contrapartida no passivo a médio e longo prazo na rubrica de Credores e outros passivos (Conta de Regularização do DL 344-B/82).

Os activos tangíveis afectos às concessões estão registados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. A amortização destes activos é calculada na mesma base e com as mesmas taxas de amortização utilizadas para os activos tangíveis propriedade do Grupo, utilizando o método das quotas constantes. O custo desta amortização é compensado na rubrica de amortizações, Nota 11, pela redução, em igual montante, da responsabilidade para com os Municípios registada no passivo.

A manutenção e a reparação destes activos tangíveis são responsabilidade do Grupo durante o período de vigência do contrato de concessão. Os custos de manutenção e reparação são registados em resultados no período em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização do exercício.

i) Activos intangíveis

Aquisição e desenvolvimento de Software

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de software efectuados pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados directamente afectos aos projectos.

Os custos com desenvolvimento de software informático, reconhecidos como activos são amortizados de forma linear ao longo da respectiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Direitos de concessão na distribuição de electricidade no Brasil

Os direitos de concessão na distribuição de electricidade no Brasil, nomeadamente os relativos aos investimentos na Bandeirante, Escelsa e Enersul, são registados como activos incorpóreos e amortizados pelo método das quotas constantes pelo período de vida útil da concessão, não excedendo os 30 anos.

Direitos de operações e licenciamento eólico

Os direitos de operações e licenciamento eólico em Espanha, nomeadamente os relativos aos investimentos na Nuon Espanha, adquiridos no decurso do mês de Dezembro de 2005, foram registados como activos incorpóreos.

Outros activos intangíveis

Os restantes activos intangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. As amortizações dos outros activos intangíveis são calculadas com base no método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil:

	Número de anos
Propriedade industrial e outros direitos	6
Direitos de utilização (telecomunicações)	10

j) Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

k) Propriedades de investimento

O Grupo classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos com o objectivo de valorização do capital ou obtenção de rendas ou ambas.

Uma propriedade de investimento é mensurada inicialmente pelo seu custo, incluindo os custos de transacção que lhe sejam directamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao custo menos as amortizações e perdas por imparidade acumuladas, de acordo com o modelo do custo conforme definido pelo IAS 16.

Os custos subsequentes com as propriedades de investimentos só serão reconhecidos se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

l) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu valor de custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários deve incluir todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizados ao custo médio ponderado.

m) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado deduzido das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

n) Benefícios aos empregados

Pensões

Algumas empresas do Grupo EDP, atribuem benefícios pós-reforma aos seus colaboradores sobre a forma de planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, nomeadamente, planos de pensões que pagam pensões complementares de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada.

Planos de benefícios definidos

Em Portugal, o plano de benefícios definido é financiado através de um Fundo de pensões fechado complementado por provisão específica. Neste fundo encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de reforma, bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas.

No Brasil, a Bandeirante dispõe de dois planos de benefícios definidos geridos pela fundação CESP, entidade fechada de previdência complementar, com patrimónios próprios e segregados dos patrimónios dos patrocinadores. A Escelsa e a Enersul, dispõem de um plano de benefícios definido que garante um complemento de pensões de reforma por idade, invalidez e sobrevivência. A Escelsa dispõe ainda de um plano especial complementar de pensões de reforma de ex-combatentes.

Estes planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

De acordo com o IFRS 1, o Grupo optou, na data da transição de 1 de Janeiro de 2004, por reconhecer por contrapartida de reservas a totalidade das perdas actuariais diferidas existentes a essa data.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de "rating" elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos em reservas, de acordo com o método alternativo que é permitido pelo IAS 19, revisto em 16 de Dezembro de 2004.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido em resultados quando incorrido.

Anualmente, o Grupo reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, e (iv) o efeito das reformas antecipadas.

Planos de contribuição definida

Em Espanha e no Brasil, as empresas Hidroantábrico, Bandeirante, Escelsa e Enersul, dispõem de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos sistemas de previdência social do tipo contribuição definida, efectuando deste modo em cada ano uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada plano.

Outros benefícios

Planos de cuidados médicos

Em Portugal e no Brasil (Escelsa) algumas empresas do Grupo EDP concedem benefícios relativos a cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos dos sistemas de segurança social. Estes planos de cuidados médicos são classificados como de benefícios definidos sendo as responsabilidades cobertas por provisões que cobrem as obrigações assumidas. A mensuração e reconhecimento das responsabilidades com os planos de cuidados médicos são idênticos ao referido anteriormente para os planos de pensões de benefício definido.

Remunerações variáveis aos empregados

De acordo com as disposições estatutárias de algumas sociedades do Grupo, os accionistas destas sociedades aprovam anualmente em Assembleia-Geral a remuneração variável a ser distribuída aos membros dos órgãos de Administração e demais colaboradores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração. As remunerações variáveis são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

o) Provisões

São reconhecidas provisões quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

p) Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abates e descontos depois da eliminação das vendas intragrupo. A facturação de vendas de electricidade é efectuada numa base mensal. As facturas mensais de electricidade são baseadas em contagens reais de consumo ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor. Em Portugal as tarifas de energia eléctrica do SEP são fixadas pela ERSE.

Os proveitos respeitantes a energia a facturar, por consumos ocorridos e não lidos até à data de balanço, são acrescidos com base na média dos últimos consumos.

As receitas dos serviços de telecomunicações são reconhecidas no período em que ocorrem. A facturação destes serviços é efectuada numa base mensal. Os valores não facturados, desde o último ciclo de facturação até ao final do mês, são registados por estimativa com base no tráfego realmente ocorrido. As diferenças entre estes valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas nos períodos subsequentes.

q) Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos, juros recebidos de aplicações, dividendos recebidos, ganhos e perdas de diferenças de câmbio, ganhos e perdas relativos a instrumentos financeiros e variações de justo valor dos riscos cobertos.

Os juros recebidos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, considerando o método da taxa de juro efectiva. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao recebimento dos dividendos. Os juros relativos a leasings financeiros são reconhecidos considerando o método da taxa de juro efectiva.

r) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

s) Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos accionistas da empresa mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

t) Programa de remuneração com acções

O programa de remuneração com opções sobre acções ("stock options") permite aos colaboradores do Grupo adquirir acções da EDP, S.A. O preço de exercício das opções é igual ao preço de mercado das acções na data de concessão pelo que na referida data não é reconhecida qualquer custo ou obrigação.

O justo valor das opções atribuídas, determinado na data de concessão ("grant date"), é reconhecido em resultados, por contrapartida de capitais próprios, durante o período do direito de subscrição ("vesting period"), tendo por base o seu valor de mercado calculado na data de atribuição.

Caso a opção venha a ser exercida, o Grupo efectuará a aquisição das acções no mercado para proceder à sua atribuição aos colaboradores.

u) Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Activos não correntes ou grupos para alienação (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e de passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda, os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

O Grupo classifica também como activos não correntes detidos para venda aqueles activos não correntes ou grupos para alienação adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda subsequente, que se encontram disponíveis para venda imediata e cuja venda é altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do grupo) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são novamente mensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

v) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

w) Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

x) Desvios tarifários

Nas actividades reguladas, o regulador estabelece critérios de alocação de ganhos ou perdas a anos futuros, através de ajustamento tarifário aplicável a anos futuros. No âmbito dos IFRS não são registados activos ou passivos regulatórios nas demonstrações financeiras. Os referidos valores são registados como proveitos ou custos, nos anos em que a variação tarifária é efectivamente repercutida nos clientes.

3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.

A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Grupo.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Desvios tarifários

A administração estima a recuperação dos desvios regulatórios com base no aumento futuro das tarifas que é determinado anualmente pelo regulador. De acordo com os IFRS, os referidos valores são registados como proveitos ou custos, nos anos em que a variação tarifária é efectivamente repercutida nos clientes. Consequentemente, as alterações das estimativas de crescimento tarifário terão um impacto nos proveitos futuros e nos resultados futuros do Grupo.

Imparidade dos activos de Longo Prazo

O imobilizado corpóreo e incorpóreo é revisto para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

O *Goodwill* é revisto para efeitos de imparidade no final de um ano após a data de aquisição, e posteriormente, se existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável. A análise de imparidade tem em consideração os aspectos regulamentares e contratuais da nossa actividade.

Considerando, as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos corpóreos e incorpóreos pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e conseqüentemente nos resultados do Grupo.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efectuada pela Administração da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas, e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e conseqüentemente diferentes impactos em resultados.

Reconhecimentos de proveitos/rédito

Os proveitos das vendas de electricidade são reconhecidos quando as facturas mensais são emitidas, baseadas em contagens reais de consumo ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor.

Consequentemente, a utilização de diferentes estimativas poderá resultar num nível diferente de proveitos e consequentemente impactos nos resultados do Grupo.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela EDP, S.A., e pelas suas subsidiárias, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração da EDP, S.A. e das suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões e nos planos de cuidados médicos. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

4. Políticas de gestão do risco financeiro

Gestão do risco financeiro

As actividades do Grupo EDP expõem-no a uma variedade de riscos financeiros, incluindo os efeitos de alterações em preços de mercado, taxas de câmbio e taxas de juro. A exposição do Grupo a riscos financeiros reside essencialmente na sua carteira de dívida, resultando em riscos de taxa de juro, de câmbio e de incumprimento da contraparte de cada operação. A imprevisibilidade dos mercados financeiros é analisada continuamente em consonância com a política de gestão de riscos do Grupo. De forma a minimizar potenciais efeitos adversos na sua performance financeira, são utilizados instrumentos derivados para cobertura do risco de taxa de juro e/ou de câmbio.

A gestão de riscos financeiros da EDP, S.A., EDP Finance, B.V. e de outras entidades do Grupo, é efectuada centralmente pelo Gabinete Financeiro da EDP, S.A., de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O Gabinete Financeiro identifica, avalia e propõe à aprovação do Conselho de Administração mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição.

Todas as operações realizadas com instrumentos financeiros derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova os documentos formais descritivos dos objectivos das mesmas.

Gestão do risco de taxa de câmbio

O Grupo opera internacionalmente encontrando-se exposto a risco cambial em várias moedas, nomeadamente: Dólar Americano (USD) e Real Brasileiro (BRL). Actualmente, a exposição ao risco de flutuação cambial USD/EUR resulta da consolidação das empresas brasileiras que têm dívida emitida em USD. A dívida contraída pela EDP, S.A., encontra-se, integralmente, denominada em Euros. As emissões de obrigações emitidas pela EDP Finance, B.V., ao abrigo do programa "Medium Term Notes" em JPY e GBP foram, à data da emissão, cobertas no que respeita ao risco cambial e de taxa de juro.

O Gabinete Financeiro da EDP, S.A., é responsável pelo acompanhamento da evolução cambial das moedas referidas, procurando mitigar o impacto da flutuação cambial nos encargos financeiros das empresas do Grupo e, consequentemente, nos resultados consolidados, recorrendo à realização de operações com instrumentos financeiros derivados cambiais e/ou outras estruturas de cobertura.

As subsidiárias brasileiras expostas à flutuação cambial USD/BRL, através do endividamento em dólares americanos, utilizam contratos a prazo de câmbio e "swaps" de moeda como instrumentos de cobertura deste risco. Adicionalmente, os investimentos nas subsidiárias brasileiras, cujos activos líquidos estão expostos ao risco de conversão cambial, são acompanhados pela análise da evolução do câmbio BRL/EUR. Dada a natureza de longo prazo definida para os investimentos nas subsidiárias brasileiras, o Grupo decidiu não utilizar instrumentos financeiros para cobertura do risco cambial associado ao valor dos investimentos nestas subsidiárias.

A política seguida pelo Grupo EDP consiste em efectuar operações com derivados apenas com o fim de cobertura de risco e com características semelhantes às do passivo coberto. As operações são reavaliadas e acompanhadas durante a sua vida útil e, periodicamente, é avaliada a sua eficácia na prossecução do objectivo de controlo e cobertura de risco que lhe deu origem.

Gestão do risco de taxa de juro

Os fluxos de caixa operacionais e financeiros do grupo são substancialmente independentes da flutuação dos mercados de taxa de juro. O Grupo não possui activos de volume substancial que rendam juros.

A política de gestão de risco de taxa de juro tem como objectivo a redução dos encargos financeiros e a redução da exposição dos "cashflows" da dívida às flutuações do mercado através da contratação de instrumentos financeiros derivados ("swaps" e estruturas de "collars") para fixação das taxas de juro do endividamento.

No contexto dos financiamentos a taxa variável, o Grupo recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro para cobertura de fluxos de caixa associados a pagamentos futuros de juros, que têm o efeito de converter os empréstimos de taxa de juro variável em empréstimos de taxa de juro fixa. As dívidas de longo prazo contraídas a taxas fixas são, sempre que se justifique, convertidas para taxas variáveis através de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro, com o intuito de reduzir os encargos financeiros e de os ajustar às condições do mercado. A estas operações são, sempre que necessário, adicionadas operações estruturadas de "collars", de modo a mitigar a exposição dos fluxos de caixa da dívida às flutuações das taxas de mercado.

Todas as operações são realizadas sobre passivos existentes na carteira de dívida do Grupo e configuram, na sua maioria, coberturas perfeitas, através da efetividade das variações de "fair value" do investimento de cobertura e das variações de "fair value" do risco de taxa de juro ou/e cambial.

O Grupo detém uma carteira de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro, cujos vencimentos variam entre 1 e 15 anos aproximadamente. O Gabinete Financeiro do Grupo efectua estimativas de sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros a variações nas taxas de juro.

Gestão do risco de crédito de contraparte nas operações financeiras

A política do Grupo EDP, em termos de risco de contraparte das operações financeiras, rege-se pela análise da capacidade técnica, competitividade, notação de crédito e exposição a cada contraparte, evitando-se concentrações significativas de risco de crédito. As contrapartes dos instrumentos financeiros derivados são instituições de crédito de elevada notação de crédito, pelo que não se atribui um risco significativo de incumprimento da contraparte. Neste sentido, não são exigidas garantias ou outros colaterais neste tipo de operações.

O Grupo tem procedido à documentação das operações financeiras realizadas. Neste sentido, a generalidade das operações com instrumentos financeiros derivados são contratadas ao abrigo de ISDA Master Agreements, flexibilizando a transferência dos instrumentos em mercado.

No que respeita às dívidas de terceiros, resultantes da actividade corrente do Grupo, o risco de crédito resulta essencialmente da obrigatoriedade legal da continuidade de fornecimento de electricidade de baixa tensão com atrasos usuais no pagamento. Considera-se que este risco é mitigado pelo elevado número de clientes e a sua diversidade em termos de sector de actividade, assim como pelo grande volume de clientes residenciais.

Gestão do risco de liquidez

O Grupo EDP efectua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem acesso imediato a fundos com flexibilidade. Estas linhas são utilizadas em complemento a programas de emissão de papel comercial nacional e internacional, que permitem diversificar as fontes de financiamento de curto prazo do Grupo.

5. Volume de negócios

A análise do **Volume de negócios**, por sector de actividade, é a seguinte:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Vendas por sector de actividade :				
Electricidade	8.584.375	6.539.384	499.344	-
Vapor e cinzas	24.113	23.961	-	-
Gás	601.164	191.800	-	-
Outros	39.053	33.258	-	-
	9.248.705	6.788.403	499.344	-
Prestação de serviços por actividade :				
Telecomunicações	268.368	307.330	-	-
Associados a vendas de electricidade	48.518	100.844	14.000	-
Tecnologias e sistemas de informação	531	43.602	19	608
Engenharia termo/hidroeléctrica	3.593	5.978	-	-
Consultadoria e serviços	4.989	5.530	-	-
Gás	56.596	-	-	-
Outros	45.725	59.001	47.022	32.543
	428.320	522.285	61.041	33.151
	9.677.025	7.310.688	560.385	33.151
Total de Volume de negócios :				
Electricidade	8.632.893	6.640.228	513.344	-
Gás	657.760	191.800	-	-
Telecomunicações	268.368	307.330	-	-
Vapor e cinzas	24.113	23.961	-	-
Consultadoria e serviços	4.989	5.530	-	-
Engenharia termo/hidroeléctrica	3.593	5.978	-	-
Tecnologias e sistemas de informação	531	43.602	19	608
Outros	84.778	92.259	47.022	32.543
	9.677.025	7.310.688	560.385	33.151

A rubrica de **Vendas** é analisada como segue:

	Dez 2005			Dez 2004		
	Mercado Ibérico	Mercado Brasileiro	Total	Mercado Ibérico	Mercado Brasileiro	Total
Energia Eléctrica:						
À rede Nacional de Transporte	1.404.506	-	1.404.506	1.193.236	-	1.193.236
A Clientes finais:						
- Em muito alta tensão	57.222	-	57.222	51.505	-	51.505
- Em alta tensão	601.230	413.852	1.015.082	444.176	228.800	672.976
- Em média tensão	521.079	267.188	788.267	558.509	334.228	892.737
- Em baixa tensão (>39,6 KVA)	319.609	-	319.609	304.252	-	304.252
- Em baixa tensão	3.047.666	659.431	3.707.097	2.951.132	423.604	3.374.736
Produção Embebida	1.330.002	-	1.330.002	81.550	-	81.550
Descontos e diferença tarifária	-37.410	-	-37.410	-31.608	-	-31.608
	<u>7.243.904</u>	<u>1.340.471</u>	<u>8.584.375</u>	<u>5.552.752</u>	<u>986.632</u>	<u>6.539.384</u>
Outras Vendas:						
- Vapor e cinzas	24.113	-	24.113	21.192	2.769	23.961
- Gás	601.164	-	601.164	191.800	-	191.800
- Outros	39.053	-	39.053	33.258	-	33.258
	<u>664.330</u>	<u>-</u>	<u>664.330</u>	<u>246.250</u>	<u>2.769</u>	<u>249.019</u>
	<u>7.908.234</u>	<u>1.340.471</u>	<u>9.248.705</u>	<u>5.799.002</u>	<u>989.401</u>	<u>6.788.403</u>

A análise da **Margem bruta das vendas** é a seguinte:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Vendas:				
Electricidade	8.584.375	6.539.384	499.344	-
Vapor e cinzas	24.113	23.961	-	-
Gás	601.164	191.800	-	-
Outras vendas	39.053	33.258	-	-
	<u>9.248.705</u>	<u>6.788.403</u>	<u>499.344</u>	<u>-</u>
Custos com electricidade consumida	4.222.003	3.335.803	278.006	-
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis:				
Combustíveis, vapor e cinzas	739.989	399.236	-	-
Gás	363.711	152.356	190.162	-
Trabalhos para a própria empresa	-114.679	-116.485	-	-
Outros custos	602.168	172.596	-	-
	<u>5.813.192</u>	<u>3.943.506</u>	<u>468.168</u>	<u>-</u>
Margem bruta das vendas	<u>3.435.513</u>	<u>2.844.897</u>	<u>31.176</u>	<u>-</u>

O **Volume de negócios**, por mercados geográficos, é analisado como segue:

	Dez 2005			
	Portugal	Espanha	Brasil	Grupo
Electricidade	5.613.744	1.534.446	1.484.703	8.632.893
Gás	48.992	608.768	-	657.760
Telecomunicações	268.368	-	-	268.368
Vapor e cinzas	24.113	-	-	24.113
Engenharia termo/hidroeléctrica	3.593	-	-	3.593
Tecnologias e sistemas de informação	531	-	-	531
Outros	41.432	29.384	18.951	89.767
	<u>6.000.773</u>	<u>2.172.598</u>	<u>1.503.654</u>	<u>9.677.025</u>
	Dez 2004			
	Portugal	Espanha	Brasil	Grupo
Electricidade	5.069.726	503.458	1.067.044	6.640.228
Telecomunicações	307.330	-	-	307.330
Gás	-	191.800	-	191.800
Tecnologias e sistemas de informação	43.602	-	-	43.602
Vapor e cinzas	21.192	-	2.769	23.961
Engenharia termo/hidroeléctrica	5.346	-	632	5.978
Outros	76.886	17.029	3.874	97.789
	<u>5.524.082</u>	<u>712.287</u>	<u>1.074.319</u>	<u>7.310.688</u>

6. Outros proveitos

A rubrica de **Outros proveitos** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Proveitos suplementares	10.763	10.994	1.315	2.963
Ganhos em imobilizações	7.939	5.460	7.326	127
Redução de provisões				
- Cobranças duvidosas	35.661	7.127	545	-
- Devedores e outros activos	8.040	2.834	-	-
- Outras provisões	29.750	887	-	-
Valores em excesso de participações de clientes	8.165	10.306	-	-
Proveitos resultantes das revisões de tarifas	40.272	-	-	-
Proveito por penalidade contratual (Contrato TER)	-	-	21.168	-
Outros proveitos de exploração	65.595	39.113	6.104	9.843
	<u>206.185</u>	<u>76.721</u>	<u>36.458</u>	<u>12.933</u>

7. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de **Fornecimentos e serviços externos** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Subcontratos :				
Subcontratos	147.747	176.885	-	-
Outros subcontratos	9.280	16.648	-	-
Fornecimentos e serviços :				
Água, electricidade e combustíveis	11.559	11.711	900	1.008
Utensílios e material de escritório	5.671	4.942	415	253
Rendas e alugueres	86.904	48.636	4.122	3.084
Comunicações	30.011	27.525	1.615	1.262
Seguros	23.465	22.086	514	389
Transportes, deslocações e estadias	14.170	13.697	1.966	805
Comissões e honorários	23.564	17.895	1.202	1.184
Conservação e reparação	123.269	100.331	1.776	965
Publicidade e propaganda	28.819	19.315	4.495	7.339
Vigilância e Segurança	7.874	8.910	539	539
Trabalhos especializados	254.412	158.766	50.558	45.543
Cedência de Pessoal	413	138	23.745	20.208
Outros fornecimentos e serviços	49.623	33.409	5.341	2.763
	<u>816.781</u>	<u>660.894</u>	<u>97.188</u>	<u>85.342</u>

8. Custos com o pessoal e benefícios aos empregados

A rubrica de **Custos com o pessoal** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Remuneração dos órgãos sociais	7.715	12.450	3.391	3.399
Remuneração dos colaboradores	437.198	404.212	153	97
Encargos sobre remunerações	98.059	102.659	155	143
Custos com racionalização de recursos humanos	7.080	7.192	201	-
Outros custos	87.593	91.029	2.429	865
Trabalhos para a própria empresa	-91.658	-89.847	-	-
	<u>545.987</u>	<u>527.695</u>	<u>6.329</u>	<u>4.504</u>

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de Dezembro de 2005 e 31 de Dezembro de 2004 por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005	Dez 2004	Dez 2005	Dez 2004
Directores/Chefias superiores	475	475	15	12
Quadros superiores	2.087	2.248	-	1
Quadros médios	759	1.174	-	-
Chefias intermédias	612	477	-	-
Profissionais altamente qualificados e qualificados	7.229	8.919	2	3
Profissionais semi-qualificados	2.802	2.406	-	-
Profissionais não qualificados	37	28	-	-
	<u>14.001</u>	<u>15.727</u>	<u>17</u>	<u>16</u>

Em 31 de Dezembro de 2005, o número de trabalhadores no activo, incluindo os contratados a prazo, era de 14.224 (16.243 em 2004). O número de trabalhadores referido inclui a totalidade dos trabalhadores de todas as empresas do perímetro de consolidação (integral e proporcional), independentemente da participação da EDP no respectivo capital e também os respectivos órgãos sociais com 83 e 15 elementos, respectivamente, no Grupo e na EDP - Energias de Portugal, S.A. (74 e 11 elementos, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2004).

A rubrica de **Benefícios aos empregados** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005	Dez 2004	Dez 2005	Dez 2004
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Custos com plano de pensões	151.402	381.890	678	404
Custos com plano médico e outros benefícios	44.187	42.829	133	626
Outros	4.702	15.364	71	109
	200.291	440.083	882	1.139

9. Outros custos

A rubrica de **Outros custos** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005	Dez 2004	Dez 2005	Dez 2004
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Rendas de concessões pagas às autarquias	201.461	186.111	-	-
Rendas de centros electroprodutores	7.587	4.083	-	-
Impostos directos	1.757	1.175	694	736
Impostos indirectos	31.232	15.564	536	782
Imparidade para créditos de cobrança duvidosa	24.863	21.739	223	2.025
Imparidade para devedores e outros activos	43.811	320.625	1.213	315.590
Dívidas incobráveis	33.606	13.142	-	-
Perdas em imobilizações	10.382	65.331	93.796	10.003
Custos de funcionamento da regulação	3.406	-	-	-
Indemnizações de exploração	2.166	1.838	-	-
Donativos	20.004	2.218	19.717	1.310
Acordos Clientes Autarquias	10.575	-	-	-
Outras perdas relacionadas com actividade de gestão de energia	-	-	87.703	-
Outros custos e perdas operacionais	62.816	52.536	16.511	2.570
	453.666	684.362	220.393	333.016

Os detalhes das Imparidades para Goodwill, créditos de cobrança duvidosa, devedores e outros activos, encontram-se detalhados nas notas 16, 22 e 23, às demonstrações financeiras, respectivamente.

10. Provisões do exercício

A rubrica de **Provisões do exercício** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005	Dez 2004	Dez 2005	Dez 2004
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Dotação de provisões para outros riscos e encargos	12.474	64.289	3.850	10.300
	12.474	64.289	3.850	10.300

11. Amortizações e compensação de amortizações

A rubrica de **Amortizações** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Activos fixos tangíveis:				
Activos fixos tangíveis do regime do DL 344-B/82	1.791	2.604	-	-
Edifícios e outras construções	9.620	9.466	588	1.230
Equipamento básico:				
Produção Hidroeléctrica	128.659	126.246	8	-
Produção Termoeléctrica	175.470	124.632	-	-
Distribuição de Electricidade	422.192	381.920	-	-
Outro equipamento básico	108.285	85.202	15	-
Equipamento de transporte	8.339	9.570	514	348
Equipamento administrativo e utensílios	41.596	27.996	2.836	2.448
Outros activos fixos tangíveis	3.233	3.724	1.405	1.354
	<u>899.185</u>	<u>771.360</u>	<u>5.366</u>	<u>5.380</u>
Activos intangíveis:				
Amortização de propriedade industrial e outros direitos	29.722	19.914	8	8
Amortização de direitos de concessão	31.087	30.489	-	-
Amortização de direitos de utilização (telecomunicações)	6.545	8.817	-	-
Imparidade de direitos de utilização	30.000	-	-	-
Imparidade do 'Goodwill' Edinfor	-	4.651	-	-
	<u>97.354</u>	<u>63.871</u>	<u>8</u>	<u>8</u>
	<u>996.539</u>	<u>835.231</u>	<u>5.374</u>	<u>5.388</u>
Compensação de amortizações :				
Activos fixos tangíveis participados	-97.626	-85.872	-475	-534
Outras regularizações	26	-19	-201	-
	<u>-97.600</u>	<u>-85.891</u>	<u>-676</u>	<u>-534</u>
	<u>898.939</u>	<u>749.340</u>	<u>4.698</u>	<u>4.854</u>

Durante o ano de 2005 foi identificada uma perda de imparidade nos direitos de utilização de fibras ópticas do negócio das telecomunicações no montante de 30 milhões de euros.

Os activos fixos tangíveis participados por terceiros são amortizados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes activos fixos tangíveis do grupo, sendo o respectivo custo compensado em Proveitos e ganhos operacionais, pela amortização das participações (registadas em Credores e outros passivos) efectuada na mesma base e às mesmas taxas dos respectivos activos fixos tangíveis participados.

12. Ganhos / perdas na alienação de activos financeiros

A rubrica de **Ganhos / perdas na alienação de activos financeiros** é analisada como segue:

	Dez 2005		Dez 2004	
	Alienação %	Valor Euro'000	Alienação %	Valor Euro'000
BCP	2,0%	12.653	-	-
REE	3,0%	19.340	-	-
Galp	14,3%	397.484	-	-
Efacec	4,9%	3.123	-	-
Outros		8.130		9.962
		<u>440.730</u>		<u>9.962</u>

Os Ganhos na alienação de activos financeiros em 2005 incluem a mais valia de 397,5 milhões de euros gerada na venda da participação representativa de 14,268% do capital social da GALP Energia, SGPS. O contrato de venda foi celebrado com o Grupo Américo Amorim no dia 7 de Dezembro de 2005 pelo preço de 720,5 milhões de euros. As condições de pagamento acordadas foram de 20% do valor na data de celebração do contrato de venda e o remanescente do preço pago até 30 de Janeiro de 2006. O referido pagamento foi recebido pela EDP em 27 de Janeiro de 2006.

13. Outros proveitos e custos financeiros

A rubrica de **Outros proveitos e custos financeiros** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Outros proveitos financeiros:				
Juros obtidos	218.107	227.394	270.981	320.580
Rendimentos de participações de capital	36.069	30.478	909.473	418.318
Diferenças de câmbio favoráveis	117.416	61.787	48.415	37.188
Instrumentos financeiros derivados	88.663	63.670	210.202	64.796
Outros ganhos financeiros	67.639	8.502	117.589	21.769
	<u>527.894</u>	<u>391.831</u>	<u>1.556.660</u>	<u>862.651</u>

	Grupo		Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Outros custos financeiros:				
Juros suportados	534.677	503.125	332.853	358.777
Serviços bancários	8.138	15.644	2.390	5.540
Diferenças de câmbio desfavoráveis	48.695	47.897	27.007	39.175
Instrumentos financeiros derivados	243.022	55.806	319.269	24.900
Outras perdas financeiras	92.639	37.846	190.420	5.377
	<u>927.171</u>	<u>660.318</u>	<u>871.939</u>	<u>433.769</u>
Resultados financeiros	<u>-399.277</u>	<u>-268.487</u>	<u>684.721</u>	<u>428.882</u>

14. Provisão para impostos sobre lucros

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante períodos subsequentes. Em Portugal esse período é de 4 anos, tendo o último ano considerado como definitivamente liquidado pela administração fiscal sido o de 2000.

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, sujeitos também a inspecção e ajustamento, podem ser deduzidos aos lucros fiscais em anos seguintes. As empresas do Grupo EDP são tributadas, sempre que possível, pelos regimes consolidados permitidos pela legislação fiscal dos respectivos países.

A análise da **Provisão para impostos sobre lucros** é a seguinte:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Imposto corrente				
Relativo ao exercício	-100.898	-236.343	51.581	55.133
Relativo ao exercício anterior	-10.163	-23.317	-8.301	-3.362
	<u>-111.061</u>	<u>-259.660</u>	<u>43.280</u>	<u>51.771</u>
Imposto diferido				
Diferenças temporárias e reversões	6.636	239.557	-13.501	70.091
Variações da taxa de imposto	1.419	3.732	-	-
Prejuízos fiscais	-49.183	-	-	-
	<u>-41.128</u>	<u>243.289</u>	<u>-13.501</u>	<u>70.091</u>
	<u>-152.189</u>	<u>-16.371</u>	<u>29.779</u>	<u>121.862</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC, no **Grupo**, em 2005, é analisada como segue:

	Dez 2005		
	Taxa %	Base Fiscal Euro'000	Imposto Euro'000
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	27,5%	1.218.628	335.123
Provisões sem consequência fiscal	1,4%	63.873	17.565
Prejuízos fiscais para os quais não foi reconhecido imposto diferido activo	1,7%	76.741	21.104
Dividendos não tributados	-0,9%	-38.168	-10.496
Benefícios fiscais	-0,7%	-32.374	-8.903
Justo valor de instrumentos financeiros	0,4%	17.689	4.864
Diferença entre mais e menos-valias fiscais e contabilísticas	-22,4%	-994.523	-273.494
Investimentos financeiros em associadas e subsidiárias	-0,6%	-27.330	-7.516
Tributação autónoma e benefícios fiscais dedutíveis à colecta	-0,6%	-26.160	-7.194
Alterações de estimativas	7,3%	323.471	88.955
Diferencial de taxa, variações de taxa e outros ajustamentos	-0,6%	-28.433	-7.819
Taxa e imposto efectivo sobre os lucros	<u>12,5%</u>		<u>152.189</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC, em **base individual**, em 2005, é analisada como segue:

	Dez 2005		
	Taxa %	Base Fiscal Euro '000	Imposto Euro '000
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	27,5%	480.056	132.015
Provisões para perdas em subsidiárias	5,9%	103.104	28.354
Benefícios fiscais	-0,2%	-4.183	-1.150
Dividendos não tributados	-51,7%	-903.120	-248.358
Justo valor de instrumentos financeiros	1,0%	17.689	4.864
Diferença entre mais e menos-valias fiscais e contabilísticas	2,1%	36.997	10.174
Alterações de estimativas	8,8%	152.788	42.017
Outros ajustamentos à matéria colectável	0,5%	8.382	2.305
Taxa e imposto efectivo sobre os lucros	<u>-6,1%</u>		<u>-29.779</u>

15. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Valor bruto:				
Activos fixos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82	223.420	240.607	-	-
Terrenos e recursos naturais	134.145	119.763	47.654	55.709
Edifícios e outras construções	411.234	398.574	27.420	57.959
Equipamento básico:				
Produção Hidroeléctrica	7.211.603	6.969.800	254	-
Produção Termoeléctrica	5.511.392	5.189.655	-	-
Produção Renováveis	747.563	455.538	-	-
Distribuição de electricidade	12.981.777	11.773.115	-	-
Distribuição de gás	782.548	613.650	-	-
Outro equipamento básico	510.015	574.510	148	-
Equipamento de transporte	80.037	75.158	2.986	2.311
Equipamento administrativo e utensílios	394.370	385.305	70.576	64.364
Outros activos fixos tangíveis	31.981	17.148	14.142	13.539
Activos fixos tangíveis em curso	1.555.744	1.193.642	12.087	10.678
	<u>30.575.829</u>	<u>28.006.465</u>	<u>175.267</u>	<u>204.560</u>
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:				
Amortizações do exercício	-899.185	-746.754	-5.366	-5.380
Amortizações acumuladas de exercícios anteriores	-15.778.661	-14.700.357	-74.365	-80.322
Perdas de imparidade	-6.605	-2.253	-	-
	<u>-16.684.451</u>	<u>-15.449.364</u>	<u>-79.731</u>	<u>-85.702</u>
Valor líquido contabilístico	<u>13.891.378</u>	<u>12.557.101</u>	<u>95.536</u>	<u>118.858</u>

Os activos fixos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82 correspondem aos patrimónios afectos à distribuição de energia eléctrica em baixa tensão transferidos das Autarquias Locais em regime de concessão. Estes patrimónios, embora explorados pelo Grupo, continuam propriedade das Autarquias, relevando contabilisticamente os seguintes valores:

	Grupo	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Activos fixos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82	223.420	240.607
Amortizações acumuladas	-219.831	-234.132
Valor líquido	<u>3.589</u>	<u>6.475</u>

Parte destes patrimónios poderão vir a ser transferidos para a propriedade do Grupo para liquidação, por encontro de contas, das dívidas dos respectivos Municípios (ver Nota 22), ainda a aguardar regularização.

Os movimentos da rubrica de **Activos fixos tangíveis** durante o ano de 2005, **para o Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transfer. Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:							
Activos fixos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82	240.607	-	-	-	-	-17.187	223.420
Terrenos e recurso naturais	119.763	9.579	-11.537	475	10.828	5.037	134.145
Edifícios e outras construções	398.574	689	-52.431	11.293	44.289	8.820	411.234
Equipamento básico	25.576.268	92.842	-27.093	961.995	583.257	557.629	27.744.898
Equipamento de transporte	75.158	6.030	-8.279	1.827	6.112	-811	80.037
Equipamento administrativo e utensílios	385.305	6.079	-3.185	17.970	5.220	-17.019	394.370
Outros activos fixos tangíveis	17.148	12.904	-533	7.839	-	-5.377	31.981
Activos fixos tangíveis em curso	1.193.642	1.377.122	-11.575	-1.001.399	134.457	-136.503	1.555.744
	<u>28.006.465</u>	<u>1.505.245</u>	<u>-114.633</u>	<u>-</u>	<u>784.163</u>	<u>394.589</u>	<u>30.575.829</u>

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Perdas/ Reversões de imparidade Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e imparidade:							
Activos fixos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82	234.132	1.791	-	-	-	-16.092	219.831
Edifícios e outras construções	171.188	9.620	-	-13.094	18.982	5.277	191.973
Equipamento básico	14.751.502	834.606	-	-11.291	289.874	79.830	15.944.521
Equipamento de transporte	55.422	8.339	-	-8.170	5.394	425	61.410
Equipamento administrativo e utensílios	223.153	41.596	-	-2.609	4.553	-17.987	248.706
Outros activos fixos tangíveis	11.714	3.233	-	-468	-	-3.074	11.405
Activos fixos tangíveis em curso	2.253	-	4.352	-	-	-	6.605
	<u>15.449.364</u>	<u>899.185</u>	<u>4.352</u>	<u>-35.632</u>	<u>318.803</u>	<u>48.379</u>	<u>16.684.451</u>

À data de 31 de Dezembro de 2005, para o Grupo, o valor bruto do activo corpóreo financiado por contratos de locação financeira ascende a 7.882 milhares de Euros (2004: 7.985 milhares de euros) (amortização acumulada de 1.717 milhares de euros (2004: 1.918 milhares de euros), e as respectivas rendas vincendas ascendem a 5.598 milhares de euros (2004: 5.157 milhares de euros).

	Dez 2005			Dez 2004		
	Capital em dívida Euro'000	Juros em dívida Euro'000	Rendas Vincendas Euro'000	Capital em dívida Euro'000	Juros em dívida Euro'000	Rendas Vincendas Euro'000
Menos de um ano	67	-	67	95	2	97
Entre um e cinco anos	5.220	311	5.531	4.788	272	5.060
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
	<u>5.287</u>	<u>311</u>	<u>5.598</u>	<u>4.883</u>	<u>274</u>	<u>5.157</u>

Os movimentos da rubrica de **Activos fixos tangíveis** durante o ano de 2005, **em base individual**, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transfer. Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	55.709	482	-8.584	47	-	47.654
Edifícios e outras construções	57.959	-	-40.197	9.658	-	27.420
Equipamento básico	-	402	-	-	-	402
Equipamento de transporte	2.311	982	-513	-	206	2.986
Equipamento administrativo e utensílios	64.364	977	-614	9.385	-3.536	70.576
Outros activos fixos tangíveis	13.539	10	-	81	512	14.142
Activos fixos tangíveis em curso	10.678	14.822	-3.295	-19.171	9.053	12.087
	<u>204.560</u>	<u>17.675</u>	<u>-53.203</u>	<u>-</u>	<u>6.235</u>	<u>175.267</u>

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Perdas/ Reversões de Imparidade Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transfer. Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e imparidade:							
Edifícios e outras construções	27.957	588	-	-10.920	-	-	17.625
Equipamento básico	-	23	-	-	-	7	30
Equipamento de transporte	904	514	-	-767	-	467	1.118
Equipamento administrativo e utensílios	55.324	2.836	-	-215	-	70	58.015
Outros activos fixos tangíveis	1.517	1.405	-	-	-	21	2.943
	<u>85.702</u>	<u>5.366</u>	<u>-</u>	<u>-11.902</u>	<u>-</u>	<u>565</u>	<u>79.731</u>

À data de 31 de Dezembro de 2005, em base Individual, o valor bruto dos activos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira ascende a 2.267 milhares de euros (2004: 1.610 milhares de euros) (amortização acumulada de 584 milhares de euros (2004: 352 milhares de euros) e as respectivas rendas vincendas ascendem a 1.445 milhares de euros (2004: 1.064 milhares de euros). O detalhe dos activos financiados por contratos de locação financeira é apresentado de seguida.

	Dez 2005			Dez 2004		
	Capital em dívida Euro'000	Juros em dívida Euro'000	Rendas Vincendas Euro'000	Capital em dívida Euro'000	Juros em dívida Euro'000	Rendas Vincendas Euro'000
Menos de um ano	-	-	-	-	-	-
Entre um e cinco anos	1.377	69	1.446	1.013	51	1.064
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
	<u>1.377</u>	<u>69</u>	<u>1.446</u>	<u>1.013</u>	<u>51</u>	<u>1.064</u>

No decorrer do exercício de 2005 o valor dos custos incorridos com estes activos foi de 90 milhares de euros (2004: 37 milhares de euros), estando registados na rubrica Conservação e reparação da demonstração de resultados (nota 7).

16. Activos Intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Valor bruto:				
Propriedade industrial e outros direitos	131.286	264.676	349	50
Licenças de CO2	99.381	-	-	-
Activos intangíveis em curso e outros activos intangíveis	145.318	5.982	-	-
Direitos de utilização (telecomunicações)	32.890	73.169	-	-
Direitos de concessão no Brasil	930.925	846.633	-	-
Direitos de operações e licenciamento eólico	482.438	-	-	-
'Goodwill'	2.046.824	2.070.909	-	-
	<u>3.869.062</u>	<u>3.261.369</u>	<u>349</u>	<u>50</u>
Amortizações acumuladas e perdas de imparidade:				
Amortizações do exercício de direitos de concessão e de utilização	-37.632	-39.306	-	-
Amortizações do exercício dos activos intangíveis	-29.722	-20.013	-8	-8
Amortizações acumuladas de exercícios anteriores	-262.881	-237.746	-19	-11
Perdas de imparidade	-30.000	-	-	-
	<u>-360.235</u>	<u>-297.065</u>	<u>-27</u>	<u>-19</u>
Valor Líquido	<u>3.508.827</u>	<u>2.964.304</u>	<u>322</u>	<u>31</u>

Em Dezembro 2005 a NEO - Novas Energias do Ocidente, S.A. - empresa do Grupo EDP para o desenvolvimento de projectos na área das energias renováveis na Península Ibérica e Europa - adquiriu à Nuon International Renewables Projects BV a totalidade do capital social da Nuon Espanha, pelo valor de 478 milhões de euros. A dívida financeira líquida da referida sociedade ascendeu no final de 2005 a aproximadamente 223 milhões de euros, que inclui, o montante de 83 milhões de euros de suprimentos que foram também adquiridos ao seu valor nominal pela NEO.

A Nuon Espanha é uma empresa que actua exclusivamente no sector das energias renováveis no mercado espanhol e que detém uma carteira de projectos eólicos com uma potência total de 1.407 MW, dos quais 221 MW já se encontram em operação e 1.186 MW em diferentes fases de desenvolvimento. Os parques eólicos situam-se nas regiões da Galiza, Aragão, Andaluzia e Ilhas Canárias, e compreendem activos de elevada qualidade com um número médio de horas de vento que ascende a 2.650 horas/ano, consideravelmente superior à média do sector, em Espanha, que se situa nas 2.350 horas/ano.

A diferença entre o custo global de aquisição e o respectivo património eólico adquirido ascendeu a 482 milhões de euros, equiparado na data de aquisição a "Direitos de Operações e Licenciamento Eólico".

Os movimentos da rubrica de **Activos Intangíveis** durante o ano de 2005, **para o Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Transfer. Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:							
Propriedade industrial e outros direitos	264.676	153	-920	-	8.387	-141.010	131.286
Licenças de CO2	-	99.381	-	-	-	-	99.381
Activos intangíveis em curso e outros							
Activos intangíveis	5.982	21.873	-2.741	-	7.896	112.308	145.318
Direitos de utilização (telecomunicações)	73.169	-	-	-	-	-40.279	32.890
Direitos de concessão no Brasil	846.633	72.187	-	-	10.844	1.261	930.925
Direitos de operações e licenciamento eólico	-	482.438	-	-	-	-	482.438
	<u>1.190.460</u>	<u>676.032</u>	<u>-3.661</u>	<u>-</u>	<u>27.127</u>	<u>-67.720</u>	<u>1.822.238</u>

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Perdas/ Reversões de imparidade Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Transfer. Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e perdas de imparidade:								
Propriedade industrial e outros direitos	95.400	29.722	30.000	1.973	-	2.783	-15.352	144.526
Direitos de utilização (telecomunicações)	33.721	6.545	-	-	-	-	-24.012	16.254
Direitos de concessão no Brasil	167.944	31.087	-	-	-	367	57	199.455
Direitos de operações e licenciamento eólico	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>297.065</u>	<u>67.354</u>	<u>30.000</u>	<u>1.973</u>	<u>-</u>	<u>3.150</u>	<u>-39.307</u>	<u>360.235</u>

Os movimentos da rubrica de **Activos Intangíveis** durante o ano de 2005, **em base Individual**, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Abates Euro'000	Transfer. Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:						
Propriedade industrial e outros direitos	50	2	-	-	297	349
	<u>50</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>297</u>	<u>349</u>

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Perdas/ Reversões de imparidade Euro'000	Abates Euro'000	Transfer. Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e perdas de imparidade:							
Propriedade industrial e outros direitos	19	8	-	-	-	-	27
	<u>19</u>	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27</u>

No Grupo, a rubrica de Direitos de concessão no Brasil, resultante da diferença entre o valor de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial da empresa à data da aquisição é analisada como segue:

	Dez 2005			Dez 2004		
	Direitos brutos Euro'000	Amortizações acumuladas Euro'000	Valor líquido Euro'000	Direitos brutos Euro'000	Amortizações acumuladas Euro'000	Valor líquido Euro'000
Actividade Eléctrica - Brasil:						
Consolidado - Grupo:						
EDP Brasil - Distribuição de Energia	930.925	-199.455	731.470	846.633	-167.944	678.689
Amortizações do exercício		<u>-31.087</u>			<u>-30.489</u>	

Os Direitos de concessão sobre as redes de distribuição de energia eléctrica, nomeadamente do Estado de São Paulo, do Estado do Espírito Santo e do Estado do Mato Grosso do Sul, são amortizados pelo método das quotas constantes pelo período total da concessão, respectivamente até 2025, 2030 e 2030.

Incluído nos Direitos de Concessão no Brasil, no final de Dezembro de 2005, a filial da EDP Energias do Brasil, nomeadamente a EDP Lajeado Energia, conjuntamente com os restantes parceiros accionistas na Investco, S.A. (empresa detentora da concessão de exploração do aproveitamento hidroeléctrico da central Luiz Eduardo Magalhães "central do Lajeado", com uma capacidade instalada de 902,5 MW no Estado brasileiro de Tocantins) chegaram a um acordo com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. para a aquisição das acções preferenciais "resgatáveis" emitidas pela Investco e actualmente detidas pela Eletrobrás ("Acções PN-R"), pelo seu valor actualizado que ascendeu a 389 milhões de euros.

A compra pela EDP Lajeado e restantes parceiros accionistas foi efectuada por aumento de capital das mesmas em espécie subscrito pela Eletrobrás com as referidas Acções PN-R. A EDP Lajeado era controlada em 99,99% pela Energias do Brasil, e foi responsável pela compra na sua quota parte accionista na Investco de 27,65% do total das Acções PN-R detidas pela Eletrobrás, cujo valor ascendeu a 108 milhões de euros. Na data de aquisição, o valor patrimonial contabilístico associado às Acções PN-R adquiridas ascendeu a 28 milhões de euros, tendo gerado um ágio/Direito sobre a Concessão de exploração no valor de 80 milhões de euros que será amortizado pelo prazo remanescente da concessão até 2032 (27 anos).

Diferenças de consolidação activas 'Goodwill'

No Grupo, a rubrica de **Diferenças de consolidação activas 'Goodwill'**, resultante da diferença entre o valor de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida das empresas à data da aquisição, é analisada como segue:

	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Actividade Eléctrica:		
Grupo Hidrocontábrico	1.191.889	1.194.821
EDP Brasil - Produção de Energia	64.511	62.054
	<u>1.256.400</u>	<u>1.256.875</u>
Actividade de Distribuição de Gás:		
Naturcorp (Grupo Hidrocontábrico)	591.993	591.993
Portgás	107.014	107.080
	<u>699.007</u>	<u>699.073</u>
Actividade Telecomunicações:		
Comunitel Global, S.A.	-	73.247
Outros	-	5.652
	<u>-</u>	<u>78.899</u>
Outras Actividades:		
Affinis, S.A.	5.736	5.736
Turbogás, S.A.	61.336	17.266
Portugen, S.A.	4.585	-
Dómus, Lda.	2.728	2.728
Safra, S.A.	4.147	-
Ortiga, S.A.	1.347	-
Companhia Electricidade Macau	10.264	9.058
Outras	1.274	1.274
	<u>91.417</u>	<u>36.062</u>
	<u>2.046.824</u>	<u>2.070.909</u>

No decorrer do ano de 2005, a movimentação ocorrida no 'Goodwill', por segmento de negócio, foi a seguinte:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Abates Euro'000	Variação cambial Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor Bruto do Goodwill						
Actividade Eléctrica	1.256.875	3.241	-	-	-3.716	1.256.400
Actividade de Distribuição de Gás	699.073	-	-	-	-66	699.007
Actividade Telecomunicações	78.898	-	-	-	-78.898	-
Outras Actividades	36.063	54.150	-	1.005	199	91.417
	<u>2.070.909</u>	<u>57.391</u>	<u>-</u>	<u>1.005</u>	<u>-82.481</u>	<u>2.046.824</u>

Nos termos definidos pelo IFRS 3, o 'goodwill' resultante de concentrações de actividade empresarial está sujeito a testes de imparidade, com periodicidade anual ou sempre que existam sinais de imparidade.

A variação do ano de 2005 nesta rubrica é justificada pelo aumento de 49 milhões de euros resultante da aquisição de 20% da Turbogás, S.A. e de 26,667% da Portugen, S.A., e pela diminuição de 78 milhões de euros relativa à alienação da participação da totalidade do capital social da Comunitel e outras participadas.

17. Investimentos financeiros em filiais (contas individuais)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Partes de capital em empresas filiais	9.197.717	9.028.533
Perdas de imparidade em partes de capital em empresas filiais	-1.846.128	-1.758.798
	<u>7.351.589</u>	<u>7.269.735</u>

O detalhe dos **Investimentos financeiros em filiais** é analisado como segue:

	Individual			
	Dez 2005		Dez 2004	
	Valor Bruto Euro'000	Imparidade Euro'000	Valor Bruto Euro'000	Imparidade Euro'000
Partes de capital em empresas filiais:				
EDP Distribuição de Energia, S.A.	2.044.047	- 452 902	2.044.047	-452.902
EDP Comercialização de Energia, S.A.	42.761	- 3 059	42.761	-3.059
Edinfor - Sistemas Informáticos, S.A.	-	-	151.706	-14.279
EDP Gestão de Produção de Energia, S.A. (ex-CPPE)	2.067.565	-	-	-
EDP-Participações, SGPS, S.A.	789.308	- 446 513	1.117.230	-446.513
Enernova, S.A.	31.258	-	31.258	-
EDP Produção Bioelétrica, S.A.	13.200	-	13.200	-
EDP Internacional, S.A.	1.211.125	- 226 792	1.211.125	-226.792
Enercorp - Serviços Corporativos, Lda.	-	-	22.259	-
EDP Valor - Gestão Integrada de Serviços, S.A.	6.550	-	6.550	-
Edalpro - Imobiliária, Lda.	748	-	748	-
Labelec - Est. Desenv. Activ. Laboratoriais, S.A.	3.465	-	3.465	-
EDP Brasil, S.A.	474.681	- 263 273	537.899	-310.168
EDP Investimento, Gestão de Participações e Assistência Técnica, Lda.	5	-	5	-
Hidroelétrica del Cantábrico, S.A.	1.981.798	-	1.975.953	-
EDP Finance Company, Ltd.	1.000	-	1.000	-
ONI, SGPS,S.A.	452.853	- 452 853	302.395	-302.395
Sávida,S.A.	2.552	-	-	-
NQF,S.A.	62.761	-	62.761	-
EDP Imobiliária, S.A.	4.458	-	-	-
Balwerk, S.A.	1.686	-	-	-
Patrimonial de la Ribera del Ebro, S.L.	4.000	-	-	-
EDP Gestão de Produção de Energia, S.A.	-	-	1.500.000	-
Outras	1.896	- 736	4.171	-2.690
	<u>9.197.717</u>	<u>-1.846.128</u>	<u>9.028.533</u>	<u>-1.758.798</u>

Em 2005, a empresa EDP Gestão de Produção de Energia, S.A. foi fundida na EDP, S.A. que por essa via passou a deter a CPPE, tendo esta empresa alterado a sua denominação para EDP Gestão de Produção de Energia, S.A.

O movimento da **Imparidade de Investimentos financeiros em filiais** durante o ano de 2005, nas contas individuais, é analisado como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Utilização Euro'000	Transferências Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Imparidade para Partes de capital em empresas filiais:					
EDP Distribuição de Energia, S.A.	-452.902	-	-	-	-452.902
EDP Comercialização Energia, S.A.	-3.059	-	-	-	-3.059
Edinfor-Sistemas Informáticos, S.A.	-14.279	-	-	14.279	-
EDP-Participações, SGPS, S.A.	-446.513	-	-	-	-446.513
EDP Internacional, S.A.	-226.792	-	-	-	-226.792
EDP Brasil, S.A.	-310.168	-	46.896	-	-263.272
ONI, SGPS,S.A.	-302.395	-150.458	-	-	-452.853
Central E - Informação e Comércio Electrónico, SA	-2.640	-	2.640	-	-
EDP Estudos e Consultoria, S.A.	-50	-	-	-	-50
Outras	-	-	-	-687	-687
	<u>-1.758.798</u>	<u>- 150 458</u>	<u>49 536</u>	<u>13 592</u>	<u>-1.846.128</u>

As **Empresas Subsidiárias** incluídas na consolidação pelo **método integral**, à data de 31 de Dezembro de 2005, eram as seguintes:

Empresas Subsidiárias	Sede	Capital Social / Moeda	Capitais			Total		Resultados	
			Activos 31-Dez-05 Euro'000	Passivos 31-Dez-05 Euro'000	Próprios 31-Dez-05 Euro'000	Proveitos 31-Dez-05 Euro'000	Líquidos 31-Dez-05 Euro'000	% Grupo	% Individual
Empresa-Mãe do Grupo e Actividades Conexas - Portugal:									
EDP - Energias de Portugal, S.A.	Lisboa	3.656.537.715 EUR	13.912.925	7.904.382	6.008.543	1.635.758	735	-	-
Balwerk - Consultadoria Económica e Participações, Sociedade Unipessoal, Lda.	Lisboa	5.000 EUR	285.514	281.479	4.035	4.998	3.564	100,00%	100,00%
Edalpro - Imobiliária, Lda.	Lisboa	748.197 EUR	780	62	718	11	-346	100,00%	100,00%
EDP Estudos e Consultoria, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	3.274	2.766	508	13.621	616	100,00%	100,00%
EDP Finance BV	Amesterdão	20.000 EUR	4.573.674	4.570.442	3.232	135.561	3.211	100,00%	100,00%
EDP Finance Company Ltd.	Dublin	1.000.001 EUR	960	352	608	-	-44	100,00%	100,00%
EDP Imobiliária, S.A.	Lisboa	5.000.000 EUR	7.265	3.551	3.714	12.631	-744	100,00%	100,00%
EDP Internacional S.G.P.S., S.A.	Lisboa	37.500.000 EUR	476.682	2.418	474.264	236.901	166.463	100,00%	100,00%
EDP Investimento, Gestão de Participações e Assistência Técnica, Lda.	Macau	200.000 MOP	744.423	165.455	578.968	96.741	91.480	100,00%	100,00%
EDP Investments and Services, S.L.	Madrid	3.006 EUR	314.718	284.057	30.061	8.525	7.472	100,00%	-
EDP Participações S.G.P.S., S.A.	Lisboa	125.000.000 EUR	1.282.403	225.475	1.056.928	463.351	417.032	100,00%	100,00%
EDP Trader Internacional - Comércio, Consultoria e Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda.	Funchal	5.000 EUR	5	-	5	-	-	100,00%	100,00%
EDP Valor - Gestão Integrada de Serviços, S.A.	Lisboa	4.550.000 EUR	41.756	32.764	8.992	51.693	1.127	100,00%	100,00%
Heralds Securitles Inc.	Bahamas	1 USD	17.315	-	17.315	6.287	-3.153	100,00%	-
Infernel - Serviços Consultoria Internacional, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	3.251	3.005	246	988	82	100,00%	-
MRH - Mudança e Recursos Humanos, S.A.	Lisboa	750.000 EUR	1.072	2.477	-1.405	301	-497	100,00%	-
Sávida - Medicina Apoiada, S.A.	Lisboa	450.000 EUR	16.234	14.085	2.149	36.368	-403	100,00%	100,00%
SCS - Serviços Complementares de Saúde, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	225	1.480	-1.255	108	-412	100,00%	-
Actividade Eléctrica - Portugal:									
Produção de Electricidade:									
EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.	Lisboa	1.234.000.000 EUR	5.050.028	2.544.294	2.505.734	1.537.175	383.131	100,00%	100,00%
Domus Eólia - Produção de Energia Renováveis, Lda.	Vila Real	5.000 EUR	1.453	1.451	2	-	-	100,00%	-
EDP Produção Bioeléctrica, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	33.420	25.983	7.437	4.125	-1.938	100,00%	100,00%
EDP Produção EM - Engenharia e Manutenção, S.A.	Porto	2.250.000 EUR	33.533	24.811	8.722	32.741	736	100,00%	-
Enerfin - Sociedade de Eficiência Energética, S.A.	Porto	50.000 EUR	200	1	199	156	139	74,88%	74,88%
Energim, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	41.021	42.340	-1.319	30.295	1.912	65,00%	-
Energova - Novas Energias, S.A.	Lisboa	7.500.000 EUR	257.869	219.266	38.603	32.884	5.715	100,00%	100,00%
Eólica da Serra das Alturas, S.A.	Boficos - Porto	50.000 EUR	50	-	50	-	-	70,00%	-
Hidrobaso, Lda.	Cabeceiras	100.000 EUR	106	2	104	2	-	60,00%	-
O&M Serviços - Operação e Manutenção Industrial, S.A.	Mortágua	500.000 EUR	4.134	3.205	929	11.562	194	60,00%	-
Orluga - Energia Eólica, S.A.	Leiria	200.000 EUR	14.407	14.432	-25	-	-	100,00%	-
Safra - Energia Eólica, S.A.	Leiria	50.000 EUR	22.726	-89	-	-	-	100,00%	-
Soporgen, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	46.077	42.177	3.900	39.321	3.811	82,00%	-
Tergen - Operação e Manutenção de Centrais Termoelectricas, S.A.	Carregado	250.000 EUR	1.882	1.531	351	1.537	89	80,00%	-
Distribuição e Comercialização de Electricidade:									
EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.	Lisboa	50.100.200 EUR	241.587	238.428	3.159	103.399	-59.792	100,00%	60,00%
EDP Distribuição de Energia, S.A.	Lisboa	1.024.500.000 EUR	6.277.514	4.751.737	1.525.777	4.208.296	64.800	100,00%	100,00%
EDP Powerline, Infraestruturas de Comunicação, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	2.547	2.454	93	211	43	100,00%	100,00%
EDP Serviner - Serviços de Energia, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	3.026	2.099	927	5.531	621	100,00%	100,00%
EDP Soluções Comerciais, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	76.403	67.051	9.352	144.619	9.302	100,00%	100,00%
Distribuição de Gás:									
ENAGÁS - S.G.P.S., S.A.	Lisboa	299.400 EUR	13.501	11.846	1.655	1.686	1.396	30,60%	-
NQF-Energia, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	5.500.000 EUR	68.352	4.609	63.743	35.431	35.334	100,00%	-
NQF-Gás, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	5.000.000 EUR	65.161	18.854	46.307	5.310	3.011	51,00%	-
NQF- Projectos de Telecomunicações e Energia, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	5.489.000 EUR	32.095	4.238	27.857	17	5	100,00%	100,00%
Empresa-Mãe e Actividades Conexas - Espanha:									
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	Oviedo	425.721.430 EUR	3.960.990	2.174.703	1.786.287	988.183	142.804	95,95%	95,95%
Gas Capital, S.A.U.	Oviedo	60.110 EUR	306	14.611	-14.305	833	-	95,95%	-
Hidrocarbónico Gestión de la Energía S.A.	Oviedo	300.500 EUR	2.897	1.102	1.795	3.395	617	95,95%	-
Hidrocarbónico Servicios S.A.	Oviedo	60.150 EUR	9.269	7.476	1.793	18.490	1.297	95,95%	-
Keranoulter, SAS	Carhaix	37.000 EUR	613	599	14	14	1	95,95%	-
Le Golloit, S.A.S.	Carhaix	37.000 EUR	700	686	14	16	3	95,95%	-
Nuevas Energias de Occidente	Madrid	3.100 EUR	571.993	572.724	-731	97	-734	95,95%	-
NUON España, S.L.U.	Sevilla	30.003.006 EUR	309.685	284.527	25.158	-	-97	95,95%	-

Empresas Subsidiárias	Sede	Capital Social / Moeda	Ativos		Passivos		Capitais		Total		Resultados	
			31-Dez-05 Euro'000	% Grupo	% Individual							
Actividade Eléctrica - Espanha:												
Produção de Electricidade:												
Ambitec Laboratorio Medioambiental IITSEMAPI, S.A.	Madrid	1.021.700 EUR	1.205	338	867	1.003	-204	76,75%	-			
Asociación Central Producción Térmica S.A.	Cuenca	390.658 EUR	852	846	6	-	-	46,06%	-			
Biogas y Energía, S.A.	Madrid	3.125.200 EUR	10.297	6.722	3.575	125	-19	76,76%	-			
Ceprastur AIE	Oviedo	360.607 EUR	411	3	408	5	4	45,87%	-			
Cerámica Técnica de Illescas Cogeneración, S.A.	Madrid	62.247 EUR	1.766	1.717	49	1.547	-	69,09%	-			
Cogeneración del Esla, S.A.	Madrid	1.081.800 EUR	3.578	2.046	1.532	2.120	33	69,08%	-			
Desarrollos Energeticos Bahia Cadiz, S.A.	Cádiz	60.102 EUR	102	683	-581	32	-638	86,36%	-			
Eléctrica de la Ribera del Ebro S.A.	Pamplona	5.000.000 EUR	241.509	190.270	51.239	151.474	29.149	86,74%	-			
Energía e Indústria de Toledo, S.A.	Madrid	2.139.603 EUR	9.172	6.874	2.298	4.592	-661	69,09%	-			
Eneroliva S.A.	Sevilla	300.500 EUR	306	7	299	-	-	76,76%	-			
Éolica Arlanzón, S.A.	Madrid	4.508.980 EUR	35.262	28.459	6.803	5.694	1.391	59,49%	-			
Éolica Campollano S.A.	Madrid	6.559.994 EUR	131.854	121.256	10.598	18.563	1.772	57,57%	-			
Éolica Mare Nostrum, S.A.	Valencia	60.120 EUR	15	56	-41	-	-100	46,06%	-			
Éolica Sierra de la Peña S.A.	Madrid	3.294.000 EUR	81.768	77.768	4.000	1.619	-	65,17%	-			
Éolica Sierra de la Peña S.L.	Albacete	1.141.900 EUR	25.852	24.482	1.370	194	-	57,57%	-			
Genesa I S.L.	Madrid	10.000.000 EUR	254.844	176.860	77.984	131.389	-2.613	76,76%	-			
HDC Explotacion Centrales, S.A.	Oviedo	60.150 EUR	420	332	88	1.386	26	95,95%	-			
Hidroeléctrica del Rumberal, S.L.	Madrid	276.460 EUR	1.000	610	390	207	58	61,41%	-			
Hidroeléctrica Fuentesrosas, S.L.	Oviedo	77.036 EUR	360	199	161	101	53	69,05%	-			
Hidroeléctrica Gormaz S.A.	Salamanca	60.701 EUR	490	459	31	52	-11	57,57%	-			
Industrias Medioambientales Río Carrión, S.A.	Madrid	60.200 EUR	51	602	-551	-	-509	69,09%	-			
Iniciativas Tecnológicas de Valorización Energética de Residuos S.A.	Madrid	2.996.022 EUR	12.770	10.746	2.024	4.501	-644	76,38%	-			
Investigación y Desarrollo de Energías Renovables, S. L.	León	8.686.145 EUR	8.805	483	8.322	44	-109	61,09%	-			
Mazarrón Cogeneración, S.A.	Madrid	70.000 EUR	4.135	4.658	-523	2.551	-565	69,09%	-			
Parque Eólico Belchite S.L.	Zaragoza	3.600.000 EUR	49.096	44.776	4.320	460	-	76,76%	-			
Parque Eólico la Solonera, S.L.	Zaragoza	2.000.000 EUR	26.448	23.626	2.822	2.579	823	49,78%	-			
Parques Eólicos del Cantábrico S.A.	Oviedo	9.079.680 EUR	67.201	51.193	16.008	13.856	2.146	76,76%	-			
Patrimonial de la Ribera del Ebro, S.L.	Pamplona	3.264.000 EUR	3.247	3	3.244	-	-3	97,17%	30,00%			
Rasacal Cogeneración S.A.	Madrid	60.200 EUR	7	423	-416	-7	-476	46,06%	-			
Renovables Castilla la Mancha, S.A.	Albacete	60.102 EUR	1.105	1.045	60	-	-	39,15%	-			
Renovamed S.A.	Madrid	60.200 EUR	1.217	1.312	-95	756	-129	57,57%	-			
Sevares Cogeneración, S.A.	Madrid	475.002 EUR	3.982	3.503	479	946	-69	76,76%	-			
Sidergas Energía S.A.U.	Oviedo	2.606.000 EUR	28.018	23.909	4.109	16.573	1.391	76,76%	-			
Sesa Renovables Canarias, S.L.	Gran Canaria	3.006 EUR	3	-	3	-	-	76,76%	-			
Sinag Inversiones Eólicas S.A.	Madrid	6.010.000 EUR	88.370	80.150	8.220	2.173	1.008	76,76%	-			
Sinova Medioambiental, S.A.	Soria	2.687.364 EUR	16.985	13.753	3.232	5.227	-554	64,48%	-			
Sofromat, S.A.	Soria	450.800 EUR	367	196	171	-	-	69,08%	-			
Tratamientos Ambientales Sierra de la Tercia, S.A.	Madrid	3.731.202 EUR	17.098	11.131	5.967	10.901	1.585	67,17%	-			
Tratamientos Medioambientales del Norte, S.A.	Madrid	60.200 EUR	63	1	62	2	1	61,41%	-			
Tratamientos Medioambientales Río Solón, S.A.	Madrid	60.200 EUR	74	12	62	2	1	76,76%	-			
Uniner S.A.	Madrid	940.500 EUR	7.567	7.088	479	414	-612	76,76%	-			
Distribuição e Comercialização de Electricidade:												
Hidrocarbónico Distribucion Eléctrica, S.A.U.	Oviedo	44.002.000 EUR	715.599	493.609	221.990	669.555	-7.934	95,95%	-			
Hidrocarbónico Energia Verde, S.A.U.	Oviedo	60.300 EUR	56	1	55	-	-	95,95%	-			
Hidrocarbónico Energia, S.A.U.	Oviedo	60.110 EUR	218.295	377.471	-159.176	378.143	-136.712	95,95%	-			
Hidrocarbónico Explotación Redes, S.A.	Oviedo	70.000 EUR	203	123	80	398	11	95,95%	-			
Distribuição de Gás:												
EDP Energia Ibérica, S.A.	Madrid	60.200 EUR	53.245	65.048	-11.803	471.517	-10.471	100,00%	-			
Gas de Euskadi Transporte de Gas, S.A.U.	Bilbao	12.880.200 EUR	74.489	22.934	51.555	610.95	2.436	53,91%	-			
Gas Hermani, S.A.	Hermani	60.200 EUR	2.280	2.035	245	1.662	11	29,65%	-			
Gas Pasaja, S.A.	Pasajes	60.101 EUR	1.505	1.416	89	914	6	29,65%	-			
Naturcorp Participaciones, S.L.	Bilbao	13.467.000 EUR	14.025	-998	15.023	297	1.310	53,91%	-			
Naturcorp Transporte de Gas, S.A.U.	Bilbao	5.000.000 EUR	5.018	68	4.950	31	-24	53,91%	-			
Naturgas Comercializadora, S.A.	Bilbao	3.185.300 EUR	70.291	63.359	6.932	293.783	3.673	53,91%	-			
Naturgas Energia Distribución, S.A.U.	Bilbao	100.000.000 EUR	1.111.872	113.713	998.159	222.027	37.651	53,91%	-			
Naturgas Energia Grupo, S.A.	Bilbao	316.516.400 EUR	1.131.142	147.467	983.675	324.211	10.445	53,91%	-			
Naturgas Energia Servicios, S.A.	Bilbao	60.200 EUR	60	-	60	-	-	53,91%	-			
Naturgas Participaciones, S.A.U.	Bilbao	300.500 EUR	383	58	325	64	39	53,91%	-			
Septentrional de Gas, S.A.	León	510.500 EUR	33.748	28.515	5.233	1.372	182	37,73%	-			
Empresa-Mãe e Actividades Conexas - Brasil:												
EDP Energias do Brasil, S.A.	São Paulo	3.182.715.954 BRL	3.776.661	266.911	3.509.750	725.509	439.406	62,37%	12,20%			
Energest, S.A.	São Paulo	120.480.870 BRL	180.611	98.491	82.120	47.650	16.742	62,37%	-			
Escelsapar	Espirito Santo	2.800.000 BRL	6.587	6.210	377	3.068	-63	62,37%	-			
Actividade Eléctrica - Brasil:												
Produção de Electricidade:												
CESA - Castelo Energética, S.A.	São Paulo	44.500.622 BRL	194.528	135.073	59.455	25.359	10.137	62,37%	-			
Costa Rica Energética, Lda.	Mato Grosso Su	14.318.185 BRL	22.689	4.357	18.332	9.172	6.307	31,81%	-			
EDP Lajeado Energia, S.A.	São Paulo	132.519.841 BRL	473.824	148.893	324.931	192.219	109.434	37,38%	-			
Enercoto, S.A.	São Paulo	1.000 BRL	1.252	1.612	-360	-	-361	62,37%	-			
Enerpeixe, S.A.	São Paulo	646.471.400 BRL	1.627.328	820.006	807.322	-	-	37,42%	-			
PANTANAL	São Paulo	602.100 BRL	27.498	22.732	4.766	10.661	5.463	62,37%	-			
Distribuição e Comercialização de Electricidade:												
Bandeirante Energia, S.A.	São Paulo	254.628.684 BRL	2.379.127	1.693.059	686.068	2.131.898	41.420	62,37%	-			
Energul - Empresa Energética de Mato Grosso do Sul, S.A.	Mato Grosso Su	463.412.296 BRL	1.866.322	1.272.982	593.340	931.376	163.933	62,37%	-			
Enerfrade - Comercializadora de Energia, S.A.	São Paulo	26.284.758 BRL	142.411	112.647	29.764	450.562	47.907	62,37%	-			
Escelsa - Espírito Santo Centrais Eléctricas, S.A.	Espirito Santo	376.021.630 BRL	1.998.408	1.389.906	608.502	1.390.546	155.191	62,37%	-			

Empresas Subsidiárias	Sede	Capital Social / Moeda	Activos	Passivos	Capitais	Total	Resultados	% Grupo	% Individual
			31-Dez-05 Euro'000	31-Dez-05 Euro'000	Próprios 31-Dez-05 Euro'000	Proveitos 31-Dez-05 Euro'000	Líquidos 31-Dez-05 Euro'000		
Actividade Telecomunicações - Portugal:									
Operadora Nacional de Interactivos S.G.P.S., S.A.	Lisboa	100.000.000 EUR	441.962	290.218	151.744	77.220	-176.549	56,61%	56,61%
FCTE - Forum do Comércio, Transacções Electrónicas e Serviços Empresariais On-Line, S.A.	Lisboa	500.000 EUR	49	487	-438	-	-90	45,29%	-
Oni Açores, S.A.	P. Delgada	250.000 EUR	1.097	590	507	2.241	77	33,96%	-
Oni Madeira, S.A.	Funchal	50.000 EUR	491	344	147	948	148	39,62%	-
Oni Multimédia - Serviços Interactivos, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	4.187	86.923	-82.736	76.157	-55.157	56,61%	-
Oni Telecom, S.A.	Lisboa	4.630.000 EUR	381.636	369.558	12.078	160.850	-56.384	56,61%	-
U Call - Atendimento a Clientes e Telemarketing, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	1.816	1.965	-149	4.848	-270	33,96%	-
Actividade Tecnologias de Informação - Portugal:									
Central E - Informação e Comércio Electrónico, SA	Lisboa	5.000.000 EUR	1.029	1.154	-125	1.037	-2.774	52,80%	-
Outros									
Energia RE - Sociedade Cáliva de Resseguro	Luxemburgo	1.239.468 EUR	33.471	32.232	1.239	5.799	-	100,00%	100,00%
Labelec - Estudos, Desenvolvimento e Actividades Laboratoriais, S.A.	Sacavém	2.200.000 EUR	14.879	8.683	6.196	13.772	857	100,00%	100,00%

As Empresas Associadas incluídas na consolidação pelo método proporcional, à data de 31 de Dezembro de 2005, eram as seguintes:

Empresas Associadas	Sede	Capital Social / Moeda	Activos	Passivos	Capitais	Total	Resultados	% Grupo	% Individual
			31-Dez-05 Euro'000	31-Dez-05 Euro'000	Próprios 31-Dez-05 Euro'000	Proveitos 31-Dez-05 Euro'000	Líquidos 31-Dez-05 Euro'000		
PORTGÁS - Soc. de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	Porto	7.909.150 EUR	297.797	257.488	40.309	88.347	14.367	59,55%	-
Bilbogás, S.A.	Bilbao	5.577.373 EUR	27.363	8.451	18.912	22.111	3.274	26,95%	-
Bioastur, AIE	Gijón	60.101 EUR	2.228	1.468	760	3.195	386	47,98%	-
Cogeneracion la Espina, S.L.	Salas	228.380 EUR	896	661	235	887	21	38,38%	-
Cogeneracion y Mantenimiento AIE	Oviedo	1.208.010 EUR	5.362	2.535	2.827	6.194	798	38,38%	-
Desarrollos Energeticos Canarios, S.A.	Las Palmas	60.101 EUR	53	18	35	-	-	38,30%	-
Evolucion 2000, S.L.	Albacele	117.994 EUR	9.395	402	8.993	18	6	37,73%	-
Gas Natural de Álava, S.A.	Vitoria	10.348.780 EUR	36.062	14.053	22.009	27.849	3.938	26,95%	-
Horta Medioambiental S.A.	Madrid	60.200 EUR	133	242	-109	-	-169	38,38%	-
Infraestructuras Gasistas de Navarra, S.L.	Pamplona	1.003.006 EUR	9.173	6.023	3.150	776	36	26,95%	-
Millenium Energy, S.A.	Bilbao	6.500.000 EUR	28.477	21.827	6.650	5.825	849	26,95%	-
Proenercam, S.L.	Ruiloba	240.400 EUR	1.145	627	518	390	25	38,38%	-
Tébar Eólica, S.A.	Cuenca	4.720.400 EUR	59.485	53.532	5.953	4.756	1.233	38,38%	-
Investco, S.A.	São Paulo	756.206.123 BRL	1.486.477	746.000	740.477	200.833	19.725	10,33%	-

As Empresas Associadas incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, à data de 31 de Dezembro de 2005, eram as seguintes:

Empresas Associadas	Sede	Capital Social / Moeda	Activos	Passivos	Capitais	Total	Resultados	% Grupo	% Individual
			31-Dez-05 Euro'000	31-Dez-05 Euro'000	Próprios 31-Dez-05 Euro'000	Proveitos 31-Dez-05 Euro'000	Líquidos 31-Dez-05 Euro'000		
Affinis - Serviços de Assistência e Manutenção Global, S.A.	Lisboa	1.361.100 EUR	-	-	1.280	-	-91	45,00%	-
Carriço Cogeração, S.A.	Vila Rei	50.000 EUR	-	-	998	-	1.102	35,00%	-
CBE - Centro de Biomassa para a Energia	Portugal	641.735 EUR	-	-	748	-	84	23,32%	23,32%
CEM, S.A.	Macau	580.000.000 MOP	-	-	2.497.822	-	423.057	21,19%	-
DECA - Distribuição Eléctrica Centroamericana Dos III, S.A.	Guatemala	2.077.097.000 GTQ	-	-	2.783.052	-	368.310	21,00%	21,00%
Eco gen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A.	Laures	100.000 EUR	-	-	-790	-	-183	34,99%	34,99%
EDEL - Empresa Editorial Electroéctrica, Lda.	Portugal	1.798 EUR	-	-	-74	-	-	47,77%	47,77%
Edinfor - Sistemas Informáticos, SA	Portugal	17.000.000 EUR	-	-	92.695	-	-16.478	40,00%	40,00%
Eólica da Alagoa, S.A.	Arcos	50.000 EUR	-	-	1.822	-	332	40,00%	-
Geolercreira - S. Geo. Terceira, S.A.	Açores	1.000.000 EUR	-	-	996	-	-2	49,90%	-
LBC Tanquapor - Movimentação e Armazenagem de Líquidos, S.A.	Barreiro	1.350.000 EUR	-	-	3.655	-	600	28,89%	-
Portlines - Terminal Multipurpose de Sines, S.A.	Sines	10.000.000 EUR	-	-	19.394	-	756	39,60%	-
Portugen	São Paulo	250.000 EUR	-	-	3.168	-	2.868	26,67%	-
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	Lisboa	534.000.000 EUR	-	-	924.692	-	109.064	30,00%	30,00%
SETGAS - Sociedade de Produção e Distribuição de Turbogás - Produtos Energéticos, S.A.	Charneca da	9.000.000 EUR	-	-	20.453	-	4.090	10,11%	-
Turbogás - Produtos Energéticos, S.A.	Porto	13.308.000 EUR	-	-	37.248	-	30.432	40,00%	-
Biomassas del Pirineo, S.A.	Huesca	454.896 EUR	-	-	407	-	-	28,79%	-
Cultivos Energéticos de Castilla, S.A.	Burgos	300.000 EUR	-	-	287	-	-	28,79%	-
Empresa Provincial de Energia, S.A.	Sevilla	601.000 EUR	-	-	511	-	-	19,19%	-
Enercem, S.L.	Oviedo	210.350 EUR	-	-	638	-	75	19,19%	-
Giroaga, A.I.E.	S. Sebastián	300.510 EUR	-	-	350	-	49	5,39%	-
Hidráulica Rio Lena, S.A.	Oviedo	901.518 EUR	-	-	2.413	-	-	8,29%	-
Hidroastur, S.A.	Oviedo	4.808.000 EUR	-	-	8.704	-	906	23,99%	-
Inkolan, A.I.E.	Bilbao	84.142 EUR	-	-	163	-	-	45,56%	-
Kosorkuntza, A.I.E.	Bilbao	1.502.500 EUR	-	-	3.019	-	1.152	23,99%	-
Parque Eólico Allos del Volloya, S.A.	Madrid	7.813.157 EUR	-	-	12.015	-	2.745	29,75%	-
Parque Eólico de Belmonle, S.A.	Asturias	120.400 EUR	-	-	2.861	-	-	28,69%	-
Parque Eólico Sierra del Madero, S.A.	Soria	7.194.021 EUR	-	-	11.991	-	3.462	40,30%	-
Sociedad Promotora de las Telecomunicaciones en Asturias, S.A.	Oviedo	55.379.523 EUR	-	-	38.280	-	1.042	44,09%	-
Sodecan, S.L.	Sevilla	6.010 EUR	-	-	-3	-	-	47,98%	-
Solar Siglo XXI, S.A.	Ciudad Real	80.000 EUR	-	-	69	-	-	23,99%	-
Tolosa Gasa, S.A.	Tolosa	1.021.700 EUR	-	-	2.010	-	413	38,38%	-
Yedesa Cogeneración, S.A.	Sevilla	234.390 EUR	-	-	44	-	-	9,60%	-

O movimento da **Imparidade de Investimentos financeiros em associadas** durante o ano de 2005, em base **Individual**, é analisado como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Variações perímetro Euro'000	Reversões de Imparidade Euro'000	Transferências Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Imparidade de investimentos financeiros em associadas:						
DECA, S.A.	-13.002	-	-	-	-	-13.002
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	-60.891	-	-	-	-	-60.891
Edinfor, S.A.	-	-	-	-	-14.279	-14.279
Outras	-1	-	-	-	-138	-139
	-73.894	-	-	-	-14.417	-88.311

19. Activos financeiros disponíveis para venda

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	2005 Euro'000	2004 Euro'000	2005 Euro'000	2004 Euro'000
CERJ - Companhia Eléctrica do Estado Rio Janeiro	75.513	85.905	-	-
Galp Energia, SGPS, S.A.	-	328.171	-	-
BCP - Banco Comercial Português, S.A.	196.783	295.939	-	-
OPTEP (Optimus, S.A.)	259.500	336.000	259.500	336.000
Elcogás, S.A.	4.720	4.720	-	-
Tagusparque, S.A.	1.097	1.097	-	-
Tejo Energia, S.A.	11.445	4.988	-	-
ValorSul, S.A.	3.878	3.878	-	-
Efacec, S.A.	-	3.566	-	-
EDA - Eléctrica dos Açores, S.A.	6.891	6.891	-	-
Costa Rica Energética, Lda.	-	2.635	-	-
Red Eléctrica de España S.A.	-	66.959	-	-
Outras	6.619	28.349	894	894
	566.446	1.169.098	260.394	336.894

No dia 7 de Dezembro de 2005 a EDP Participações SGPS (filial 100% detida pela EDP SA) celebrou um contrato de venda com o Grupo Américo Amorim da sua a participação representativa de 14,268% do capital social da GALP Energia, SGPS pelo preço 720,5 milhões de euros. As condições de pagamento acordadas foram o pagamento de 20% do valor da transacção na data de celebração do contrato de venda, tendo os remanescentes 80% do preço total sido pagos em 27 de Janeiro de 2006. Esta operação gerou uma mais valia de 397,5 milhões de euros, sendo a reserva de justo valor no montante de 5,6 milhões de euros transferida para resultados do exercício.

Os activos financeiros disponíveis para venda mais significativos, são analisados como segue:

	Dez 2005				
	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações Euro'000	Mais/(menos) valia Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
BCP - Banco comercial Português, S.A.	295.939	-	-140.501	41.345	196.783
CERJ - Companhia Eléctrica do Estado Rio Janeiro	85.905	-	-	-10.392	75.513
OPTEP (Optimus)	336.000	-	-	-76.500	259.500
Galp Energia, S.G.P.S., S.A.	328.171	-	-328.171	-	-
Red Eléctrica de España	66.959	-	-66.959	-	-
Tejo Energia, S.A.	4.988	1.367	-	5.090	11.445
Outras	51.136	-	-27.931	-	23.205
	1.169.098	1.367	-563.562	-40.457	566.446

Durante o exercício de 2005, o investimento financeiro na Red Eléctrica de España, S.A., registado na rubrica de Activos financeiros disponíveis para venda, foi alienado tendo gerado uma mais valia consolidada de 8,27 milhões de euros.

Em Junho de 2005, foram transferidos para o Fundo de Pensões acções representativas de 2,01% do capital social do BCP, no montante de 153 milhões de euros, tendo sido reconhecido em resultados do exercício 12,7 milhões de euros de mais valia, transferidos da reserva de justo valor.

20. Impostos diferidos activos e passivos

O Grupo EDP regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

	Impostos Diferidos Activos		Impostos Diferidos Passivos		Saldo líquido Impostos Diferidos	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Prejuízos e créditos fiscais	166.026	215.209	-	-	166.026	215.209
Provisões	469.965	414.178	6.860	3.152	463.105	411.026
Activos intangíveis	227.319	261.263	-	-	227.319	261.263
Fundo de comércio	-	-	105.644	102.726	-105.644	-102.726
Activos fixos tangíveis	10.054	-	-	-	10.054	-
Investimentos 'available for sale'	2.734	37.169	9.464	-	-6.730	37.169
Instrumentos financeiros	153.273	48.642	91.849	63.845	61.424	-15.203
Empréstimo obrigacionista	7.874	-	-	-	7.874	-
Reavaliações contabilísticas	49.324	45.661	310.664	312.356	-261.340	-266.695
Mais-Valias reinvestidas	-	-	11.192	10.338	-11.192	-10.338
Activos e passivos regulatórios	131.330	117.985	60.363	52.542	70.967	65.443
Pensões de reforma	-	12.334	-	-	-	12.334
Variações cambiais e outros	-	-	98.932	41.710	-98.932	-41.710
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos	-325.246	-300.260	-325.246	-300.260	-	-
	<u>892.653</u>	<u>852.181</u>	<u>369.722</u>	<u>286.409</u>	<u>522.931</u>	<u>565.772</u>

A EDP, S.A., em base individual, regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

	Impostos Diferidos Activos		Impostos Diferidos Passivos		Saldo líquido Impostos Diferidos	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Provisões	6.317	6.171	-	-	6.317	6.171
Amortizações	7.756	5.509	-	-	7.756	5.509
Pensões de reforma	-	12.334	-	-	-	12.334
Instrumentos financeiros derivados	107.836	53.815	61.621	61.215	46.215	-7.400
Activos financeiros disponíveis para venda	21.369	35.120	17.833	2.922	3.536	32.198
Outros	4.858	6.773	15.365	181	-10.507	6.592
Total EDP, S.A.	<u>148.136</u>	<u>119.722</u>	<u>94.819</u>	<u>64.318</u>	<u>53.317</u>	<u>55.404</u>

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, para o **Grupo** e em base **Individual**, para os exercícios de 2004 e 2005, são os seguintes:

	Impostos Diferidos Grupo		Impostos Diferidos Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Saldo em 1 de Janeiro	565.772	365.167	55.404	-14.687
Dotação a resultados	-41.128	243.289	-13.501	70.091
Dotação a reservas				
Variações no justo valor de instrumentos financeiros	14.577	-6.980	10.609	-
Ganhos e perdas actuariais	7.486	-	-	-
Outros	-	177	-	-
Diferenças cambiais, variações perímetro e reclassificações	-23.776	-35.881	805	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>522.931</u>	<u>565.772</u>	<u>53.317</u>	<u>55.404</u>

A análise do **Imposto reconhecido em reservas** é a seguinte:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Imposto corrente				
Alterações ao justo valor de instrumentos financeiros derivados	3.931	-	3.931	-
Mais-valias geradas na alienação de ações próprias	-693	-	-693	-
	<u>3.238</u>	<u>-</u>	<u>3.238</u>	<u>-</u>
Imposto diferido				
Instrumentos financeiros derivados	10.606	-	10.609	-
Mais-valias geradas	4.058	-	-	-
Outros	8.179	-600	-	-
	<u>22.843</u>	<u>-600</u>	<u>10.609</u>	<u>-</u>
	<u>26.081</u>	<u>-600</u>	<u>13.847</u>	<u>-</u>

O detalhe dos prejuízos fiscais reportáveis no Grupo é analisado como segue:

	Grupo	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Data limite de reporte:		
2006	70.346	70.346
2007	130.188	130.339
2008	289.551	289.596
2009	76.303	76.848
2010	64.606	64.987
2011	164.656	-
2018	309	309
2019	440	440
2020	10.471	-
Sem prazo mas com limite de 30% do lucro tributável do exercício	948.089	1.024.191
	<u>1.754.959</u>	<u>1.657.056</u>

21. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Mercadorias	12.235	1.972	-	-
Adiantamentos por conta de compras	104	312	-	-
Produtos acabados e intermédios	16.719	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	224	2.330	-	-
Subprodutos, Desperdícios, Resíduos e Refugos	5.049	3.994	-	-
Matérias primas, subsidiárias e de consumo:				
Carvão	52.951	28.567	-	-
Fuel	66.664	24.060	-	-
Materiais diversos e outros	65.248	95.571	-	-
	<u>219.194</u>	<u>156.806</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

22. Clientes

A análise da rubrica de **Clientes**, por sector de actividade, é como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Clientes Curto Prazo - Corrente :				
Clientes residentes :				
Estado e organismos oficiais	23.620	39.891	-	-
Autarquias locais	23.664	29.260	-	-
Sector empresarial e particulares	806.337	820.219	70.534	4.262
Clientes fítuos a receber	796	-	-	-
	<u>854.417</u>	<u>889.370</u>	<u>70.534</u>	<u>4.262</u>
Clientes não residentes :				
Sector empresarial e particulares	618.938	272.764	-	-
	<u>1.473.355</u>	<u>1.162.134</u>	<u>70.534</u>	<u>4.262</u>
Clientes de cobrança duvidosa	197.488	188.261	10.952	12.043
Perdas por imparidade	-207.338	-188.551	-10.822	-11.144
	<u>1.463.505</u>	<u>1.161.844</u>	<u>70.664</u>	<u>5.161</u>

	Grupo		Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Clientes Médio / Longo Prazo - Não Corrente :				
Clientes residentes :				
Clientes - Autarquias - Dívida de 31/12/88 (i)	164.127	178.127	-	-
Sector empresarial e particulares	21.595	5.241	-	-
	<u>185.722</u>	<u>183.368</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Perdas por imparidade	-63.730	-88.228	-	-
	<u>121.992</u>	<u>95.140</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.585.497</u>	<u>1.256.984</u>	<u>70.664</u>	<u>5.161</u>

(i) O montante desta rubrica é apresentado líquido da compensação de débitos relacionados com patrimónios em integração a transferir para o Grupo e de rendas devidas pelo Grupo naquela data.

Os movimentos das perdas por **imparidade**, para o **Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Variações no perímetro de consolidação Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reversões Euro'000	Utilizações Euro'000	Transferências Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Sector empresarial e particulares	188.551	-3.495	24.230	-35.661	1.817	31.896	207.338
Clientes - Autarquias - Dívida de 31/12/88 (i)	88.228	-	697	-	-	-25.195	63.730
	<u>276.779</u>	<u>-3.495</u>	<u>24.927</u>	<u>-35.661</u>	<u>1.817</u>	<u>6.701</u>	<u>271.068</u>

Os movimentos das perdas por **imparidade**, em base **individual**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reversões Euro'000	Transferências Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Sector empresarial e particulares	11.144	223	-545	-	10.822
	<u>11.144</u>	<u>223</u>	<u>-545</u>	<u>-</u>	<u>10.822</u>

23. Devedores e outros activos

 A rubrica de **Devedores e outros activos** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Devedores de Curto Prazo - Corrente:				
Empréstimos a empresas do grupo	-	-	91.299	97.959
Dividendos atribuídos	-	-	495.000	-
Outras empresas relacionadas	6.090	15.516	1.620	1.560
Adiantamentos a fornecedores	663	2.149	-	-
Outros devedores:				
- Conta corrente com o Fundo de Pensões	1.656	12.120	1.656	12.120
- Dívidas referentes a pessoal	2.263	2.195	12	6
- Valores a receber na actividade das telecomunicações	65.786	90.045	-	-
- Valores a receber por encargos de tarifa no Brasil	-	2.894	-	-
- Valores a receber por encargos de tarifa - Espanha	74.775	-	-	-
- Créditos sobre o Estado e concedentes	8.020	5.948	6.748	5.832
- Devedores por outros bens e serviços	63.271	55.326	50.030	19.548
- Valor a receber de Piratininga	-	11.547	-	-
- Valores a receber pela venda da Retecal	-	28.887	-	-
- Valores a receber pela venda parcial da Enerpeixe	-	11.923	-	-
- Valor a receber pela alienação da participação na GALP	576.400	-	-	-
- Valor a receber pela alienação de 60% da Edinfor	6.233	-	6.233	-
- Valor a receber pela alienação de acções da EDP Brasil	16.626	-	16.626	-
- Valores a receber pela venda da Fafen	-	19.919	-	-
- Instrumentos financeiros derivados	226.819	363.709	218.728	334.490
- Empresas do Grupo	-	-	347.539	232.606
- Adiantamentos a pensionistas por conta de Inst. Previdência Social	5.376	6.242	37	-
- Adiantamentos a pensionistas por conta do Fundo de Pensões	11.017	9	-	-
- Valores a receber relacionados com a actividade de gestão de energia	14.792	84	14.792	-
- Valores a receber pela actividade de seguro e resseguro	14.766	6.771	-	-
- Impostos a regularizar relacionados com a conta certa	8.456	7.129	-	-
- Encargos com concessões	8.223	10.653	-	-
- Rendas	1.540	689	314	3
- Seguros	3.961	3.467	3.631	3.305
- Outros custos especializados	117.433	28.658	6.507	860
- Adiantamentos por conta de investimentos	35.796	16.961	-	-
- Licenças de CO2 - SENV	98.073	-	-	-
- Outros devedores e operações diversas	148.211	149.000	96.601	133.891
	<u>1.516.246</u>	<u>851.841</u>	<u>1.357.373</u>	<u>842.180</u>
Imparidade para Devedores Curto Prazo - Corrente	<u>-80.461</u>	<u>-12.947</u>	<u>-1.213</u>	<u>-</u>
	<u>1.435.785</u>	<u>838.894</u>	<u>1.356.160</u>	<u>842.180</u>
Devedores de Médio / Longo Prazo - Não Corrente:				
Outras empresas relacionadas	38.355	37.446	11.351	27.930
Empréstimos a empresas do Grupo	-	-	3.481.868	3.804.819
Empréstimos a empresas participadas	11.360	30.536	-	-
Programa de eficiência energética - Escelsa	-	2.372	-	-
Outros devedores:				
- Outras tributações a receber	3.612	6.866	-	-
- Valores a receber de entidades estatais	9.356	8.200	-	-
- Activos fixos tangíveis em integração compensados (i)	2.894	9.270	-	-
- Valores a receber por encargos de tarifa - Espanha	213.000	-	-	-
- Cauções e depósitos vinculados	67.858	60.298	977	2
- Outros devedores e operações diversas	30.716	20.526	-	1
	<u>377.151</u>	<u>175.514</u>	<u>3.494.196</u>	<u>3.832.752</u>
Imparidade para Devedores M/L Prazo - Não Corrente	<u>-2.550</u>	<u>-21.821</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>374.601</u>	<u>153.693</u>	<u>3.494.196</u>	<u>3.832.752</u>
	<u>1.810.386</u>	<u>992.587</u>	<u>4.850.356</u>	<u>4.674.932</u>

(i) Os activos fixos tangíveis em integração compensados representam os valores líquidos, à data da integração, das dívidas das Autarquias Locais até 31 de Dezembro de 1988 compensadas com os respectivos patrimónios em integração (Activos fixos tangíveis do regime do DL 344-B/82). A transferência destes valores para activos fixos tangíveis está pendente de formalização dos contratos de concessão ou de protocolos de regularização das dívidas a celebrar entre a EDP e as autarquias.

A rubrica de Devedores e Outros activos inclui em 31 de Dezembro de 2005 o valor remanescente de 576,4 milhões de euros relativo a 80% do preço de venda da GALP Energia, S.G.P.S., recebido no dia 27 de Janeiro de 2006. Ver notas 12 e 19.

Encontra-se incluído na rubrica de outros devedores da subsidiária Hidroantábrico, um valor a receber (Deficit tarifário) do sistema eléctrico espanhol, no montante de 213 milhões de euros. Durante o mês de Dezembro, foi publicado o Decreto Real que definiu a forma de recuperação deste deficit através do aumento das tarifas em anos futuros.

Os movimentos da **Imparidade para Devedores de Curto Prazo - Corrente**, para o **Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Variações no perímetro de consolidação Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reduções Euro'000	Transferências Euro'000	Utilizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Outros devedores	12 947	- 158	78 153	- 8 040	5 037	- 7 478	80 461
	<u>12 947</u>	<u>- 158</u>	<u>78 153</u>	<u>- 8 040</u>	<u>5 037</u>	<u>- 7 478</u>	<u>80 461</u>

Os movimentos da **Imparidade para Devedores de Curto Prazo - Corrente**, em base **individual**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reduções Euro'000	Transferências Euro'000	Utilizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Outros devedores	-	1 213	-	-	-	1 213
	<u>-</u>	<u>1 213</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 213</u>

Os movimentos da **Imparidade para Devedores de Médio e Longo Prazo - Não Corrente**, para o **Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Variações no perímetro de consolidação Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reduções Euro'000	Transferências Euro'000	Utilizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Outros devedores	21 821	- 14 334	-	-	- 4 937	-	2 550
	<u>21 821</u>	<u>- 14 334</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>- 4 937</u>	<u>-</u>	<u>2 550</u>

24. Impostos a receber

A rubrica de **Impostos a receber** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Estado e outros entes públicos:				
- Imposto sobre o rendimento (IRC)	25.139	2.036	103.633	160.624
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	255.810	164.893	36.958	19.976
- Outras tributações	65.226	15.925	-	-
	<u>346.175</u>	<u>182.854</u>	<u>140.591</u>	<u>180.600</u>

25. Activos financeiros detidos para negociação

A rubrica de **Activos financeiros detidos para negociação** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Títulos de rendimento fixo:				
Obrigações e Títulos de Participação	10.040	-	-	-
Outros títulos	53.459	56.249	-	-
	<u>63.499</u>	<u>56.249</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Títulos de rendimento variável:				
Acções	211.698	-	204.955	-
Outros títulos	421	-	421	-
	<u>212.119</u>	<u>-</u>	<u>205.376</u>	<u>-</u>
	<u>275.618</u>	<u>56.249</u>	<u>205.376</u>	<u>-</u>

26. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de **Caixa e equivalentes de caixa** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Numerário :				
- Caixa	33	57	-	-
Depósitos bancários :				
- Depósitos à ordem	270.301	183.855	62.220	94
- Depósitos a prazo	58.114	8.744	2.320	2.320
- Outros depósitos	84	-	-	-
	<u>328.499</u>	<u>192.599</u>	<u>64.540</u>	<u>2.414</u>
Outras aplicações de tesouraria:				
- Em bancos nacionais	123.500	8.701	118.499	8.700
- Em bancos estrangeiros	133.467	29.343	295	6.588
	<u>256.967</u>	<u>38.044</u>	<u>118.794</u>	<u>15.288</u>
	<u>585.499</u>	<u>230.700</u>	<u>183.334</u>	<u>17.702</u>
Equivalentes a caixa :				
- 'Overdrafts' (ver nota 32)	-318.141	-533.728	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	<u>267.358</u>	<u>-303.028</u>	<u>183.334</u>	<u>17.702</u>

27. Capital e Prémios de emissão de acções

A EDP, que começou por ser uma empresa pública, viu o seu estatuto ser transformado sucessivamente em Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos e, seguidamente, Sociedade Anónima de capitais maioritariamente públicos. Actualmente é uma Sociedade Anónima em cujo capital o Estado e outros entes públicos detêm uma participação minoritária. O processo de privatização iniciou-se em 1997, tendo sido concretizadas as segunda e terceira fases de privatização em 1998 e a quarta fase em 2000, após o qual o Estado passou a deter cerca de 30% do capital, directa e indirectamente.

O Capital Social de 3.656.537.715 euros, representado por 3.656.537.715 acções ordinárias de valor nominal de 1 euro, encontra-se integralmente realizado.

As rubricas de capital social e prémios de emissão são analisadas como segue:

	Grupo e Individual	
	Capital Social Euro'000	Prémios Emissão Euro'000
Saldo em 31 de Dezembro de 2003	3.000.000	-
Emissão de 656.537.715 acções em Dezembro de 2004	656.538	551.491
Encargos com aumento capital	-	-78.536
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	<u>3.656.538</u>	<u>472.955</u>
Reconhecimento de benefícios fiscais com aumento de capital	-	29.037
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	<u>3.656.538</u>	<u>501.992</u>

Na sequência da Assembleia Geral de 7 de Outubro de 2004, o Conselho de Administração da EDP deliberou a realização de um aumento de capital social no montante de 656.537.715 euros, através de uma oferta pública de subscrição, reservada a accionistas por exercício de direito de preferência, de 656.537.715 novas acções ordinárias, escriturais e nominativas com o valor nominal de 1 euro cada. As acções foram oferecidas à subscrição ao preço unitário de 1,84 euros, por acção, tendo a operação sido concluída em 2 de Dezembro de 2004.

O aumento de capital referido destinou-se ao financiamento da operação de aquisição de uma participação adicional correspondente a 56,2% no Grupo Hidrocarbónico, permitindo aumentar a participação neste grupo para 95,7%. O aumento da participação permite ainda o controlo indirecto da Naturcorp, empresa de gás a actuar no mercado espanhol.

Os resultados por acção (EPS) atribuíveis aos accionistas da EDP, são analisados como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005	Dez 2004	Dez 2005	Dez 2004
Resultado Líquido em euros	1.071.102.496	42.815.266	509.834.599	157.672.876
Resultado Líquido das operações em continuação em euros	1.030.487.000	42.586.000		
Nº médio de acções durante o ano	3.639.274.980	3.040.423.819	3.639.274.980	3.040.423.819
Resultado por Acção (Básico e Diluído) em euros	0,29	0,01	0,14	0,05
Resultado por Acção das operações em continuação (Básico e Diluído) em euros	0,28	0,01		

O Grupo EDP calcula o seu resultado básico e diluído por acção usando a média ponderada das acções em circulação emitidas durante o período de relato.

O número médio de acções, é analisado como segue:

	Grupo e Individual	
	Dez 2005	Dez 2004
Acções emitidas no início do período	3.656.537.715	3.000.000.000
Efeito de emissão de acções durante o período	-	54.711.476
Número médio de acções realizadas	3.656.537.715	3.054.711.476
Efeito de acções próprias emitidas	-17.262.735	-14.287.657
Nº médio de acções durante o ano	3.639.274.980	3.040.423.819

28. Acções próprias

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo e Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Valor de balanço das acções da EDP, S.A.	38.119	31.662
Número de acções	17.262.735	14.287.657
Cotação das acções da EDP, S.A.	2,60 euros	2,23 euros
Valor de mercado das acções da EDP, S.A.	44.883	31.861

As acções próprias detidas pela EDP, S.A. encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos Estatutos da Sociedade e pelo Código das Sociedades Comerciais. Estas acções encontram-se contabilizadas ao custo de aquisição.

29. Reservas

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Reserva legal	367.454	345.446	367.454	345.446
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	-16.709	-643	-16.709	-643
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	-49.735	19.515	-13.197	63.303
Diferença cambial de consolidação	113.963	936	-	-
Outras reservas de consolidação	-2.203.920	-2.049.266	-	-
Outras reservas	123.214	71.164	123.214	71.164
	-1.665.733	-1.612.848	460.762	479.270

Reserva Legal

Em conformidade com o Art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da EDP, a Reserva Legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital da sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)

Esta reserva inclui a variação de justo valor dos instrumentos de cobertura na parte em que a cobertura dos fluxos de caixa é considerada efectiva. O movimento ocorrido nesta rubrica relativo aos derivados de cobertura enquadrados no modelo de cobertura dos fluxos de caixa encontra-se analisado na nota 38.

Reserva de justo valor (investimentos financeiros disponíveis para venda)

As variações acumuladas de justo valor existentes à data de balanço referentes a activos financeiros disponíveis para venda encontram-se registadas em reservas de justo valor. O movimento do ano ocorrido nesta rubrica relativo aos activos financeiros disponíveis para venda no **Grupo**, é analisado como segue:

	Grupo	
	Variações Positivas Euro'000	Variações Negativas Euro'000
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	47.948	-37.191
Variações de justo valor	44.438	-35.680
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	92.386	-72.871
Variações de justo valor	59.088	-86.893
Transferência para resultados do exercício	-	-41.445
Saldo em 31 Dezembro de 2005	151.474	-201.209
Saldo em 31 de Dezembro de 2005		<u>-49.735</u>

As variações positivas de justo valor relativas ao exercício de 2005 incluem 12,7 milhões de euros relativos a mais valias associadas à alienação das acções do BCP. As referidas mais valias foram transferidas para resultados do exercício.

À data de 31 de Dezembro de 2005, o montante de dividendos proposto antes da aprovação das contas mas ainda não reconhecidos como uma distribuição aos accionistas durante o período ascende a 365,7 milhões de euros sendo o respectivo valor por acção de 0,1 euros.

Na rubrica **Diferença cambial de consolidação** está relevado o montante resultante da variação em moeda nacional dos capitais próprios das empresas filiais e associadas expressos em moeda estrangeira decorrente de alteração do câmbio respectivo. As taxas de câmbio utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras são analisadas como segue:

Moeda		Taxas em Dez 2005		Taxas em Dez 2004	
		Câmbio Fecho	Câmbio Médio	Câmbio Fecho	Câmbio Médio
		Dolar	USD	1,180	1,243
Real Brasileiro	BRL	2,744	3,024	3,615	3,630
Pataca Macau	MOP	9,422	9,960	10,905	9,956

30. Interesses minoritários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Interesses minoritários de resultados	40.859	3.276
Interesses minoritários de reservas	1.246.904	740.661
	<u>1.287.763</u>	<u>743.937</u>

O detalhe por empresa da rubrica de **Interesses minoritários** é analisado como segue:

	Grupo	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Grupo ONI	-	-
Grupo Edinfor	-	6.989
Grupo Brasil	702.296	200.211
Grupo Hidrocontábrico	585.137	535.386
Outros	330	1.351
	<u>1.287.763</u>	<u>743.937</u>

Durante o ano de 2005 o Grupo EDP gerou resultados atribuíveis aos interesses minoritários no montante de 40.859 milhares de euros (2004: 3.276 milhares de euros).

O aumento verificado nos interesses minoritários do Grupo Brasil, no âmbito da reestruturação societária ocorrida durante o exercício de 2005, resultou essencialmente da concentração da totalidade do capital das participadas Bandeirante, Escelsa e Enersul na EDP - Energias do Brasil, S.A., com o consequente "roll-up" dos respectivos accionistas minoritários que passaram assim a deter, após as várias fases do processo, participações sociais representativas de 37,63% no capital da EDP - Energias do Brasil, S.A.

No âmbito da reorganização referida, foi efectuado um aumento do capital da EDP - Energias do Brasil, S.A., atribuível aos referidos minoritários no montante de 1.170.661 milhares de reais (aproximadamente 427 milhões de euros).

Adicionalmente, os interesses minoritários próprios da EDP - Energias do Brasil, S.A. incluem o efeito do aumento de capital na EDP Lageado Energia subscrito integralmente pela Electrobás através da entrega de acções PN-R emitidas pela Investco. Este aumento de capital ascendeu a 295,1 milhões de reais (aproximadamente 108 milhões de euros).

31. Conta de hidraulicidade

Os movimentos da **Conta de hidraulicidade** são analisados como segue:

	Grupo e Individual	
	Dez 2005	Dez 2004
	Euro'000	Euro'000
Saldo no início do período	364.197	387.506
Pagamentos do exercício	-200.219	-32.617
Encargos financeiros	5.989	9.308
Saldo no fim do período	169.967	364.197

A conta de hidraulicidade foi estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 338/91 e constitui um mecanismo legal de compensação dos custos variáveis da produção de energia. Em 1994, durante o período em que o actual Grupo EDP, era detido pelo Estado, a conta de hidraulicidade foi constituída nas contas da EDP por contrapartida de resultados. Em 2000, a REN foi constituída por separação da EDP, tendo nessa altura sido emitida nova regulamentação (através do Decreto-Lei n.º 98/2000) que reforçou e estabeleceu a manutenção da conta de hidraulicidade no Balanço da EDP.

Conforme mencionado, até ao ano 2000 a REN fazia parte do Grupo EDP, pelo que os movimentos ocorridos nesta conta eram efectuados dentro do Grupo. Desde a separação da REN, em Junho de 2000, a EDP, S.A., (holding do Grupo) efectua pagamentos ou recebimentos à REN, que são registados por contrapartida da conta de hidraulicidade. Os pagamentos efectuados são utilizados pela REN para compensar os operadores do SEP, correspondendo os recebimentos da REN a compensações obtidas dos mesmos operadores, de acordo com os objectivos da conta de hidraulicidade acima descritos. A REN constitui, assim, uma entidade veículo para efeitos da conta de hidraulicidade.

Durante o exercício de 2004 foi publicado o Decreto-Lei n.º 240/2004, com o objectivo de regulamentar a cessação antecipada dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE's), constituindo um passo no sentido de permitir a liberalização do mercado ibérico de electricidade (MIBEL). Este Decreto-Lei refere que, no contexto de um mercado de electricidade livre, o Governo é obrigado a publicar regulamentação específica aplicável à conta de correcção de hidraulicidade, bem como relativamente aos mecanismos de compensação dos produtores decorrentes da extinção dos CAE's. Em virtude desta regulamentação e como resultado deste anúncio, o Conselho de Administração do Grupo EDP considera que é altamente provável a extinção do mecanismo de correcção de hidraulicidade. Na data da extinção a responsabilidade registada, incluindo o saldo da rubrica relativo à actividade anterior a 1994, será pagável a uma terceira entidade a designar pelo Regulador.

Os recebimentos ou pagamentos efectuados à REN são registados por contrapartida do saldo da conta de hidraulicidade, registado como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo EDP.

32. Empréstimos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005	Dez 2004	Dez 2005	Dez 2004
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Empréstimos de curto prazo - Corrente				
Descobertos bancários 'Overdrafts':				
- Grupo ONI	315.712	533.720	-	-
- Outros	2.429	8	-	-
	<u>318.141</u>	<u>533.728</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Empréstimos bancários:				
- EDP, S.A.	141.098	336.628	141.098	336.628
- Grupo ONI	-	88.818	-	-
- Grupo Produção	4.718	-	-	-
- Grupo Brasil	332.736	211.624	-	-
- Grupo Hidrocontábrico	111.646	54.574	-	-
- Outros	10.754	26.555	-	-
	<u>600.952</u>	<u>718.199</u>	<u>141.098</u>	<u>336.628</u>
Empréstimos por obrigações - Não convertíveis:				
- EDP, S.A.	106.542	9.951	106.542	9.951
- EDP Finance B.V.	27.882	-	-	-
- Grupo Brasil	3.332	2.738	-	-
	<u>137.756</u>	<u>12.689</u>	<u>106.542</u>	<u>9.951</u>
Papel comercial:				
- EDP, S.A.	636.000	470.000	3.081.400	1.905.407
- Grupo Hidrocontábrico	123.030	105.460	-	-
	<u>759.030</u>	<u>575.460</u>	<u>3.081.400</u>	<u>1.905.407</u>
Outros empréstimos:				
- Outros	3.173	3.486	-	-
	<u>3.173</u>	<u>3.486</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Juros a pagar				
	<u>164.527</u>	<u>117.218</u>	<u>57.398</u>	<u>67.384</u>
	<u>1.983.579</u>	<u>1.960.780</u>	<u>3.386.438</u>	<u>2.319.370</u>
Empréstimos de médio/longo prazo - Não corrente				
Empréstimos bancários:				
- EDP, S.A.	530.338	571.436	530.338	571.436
- Grupo Produção	23.588	-	-	-
- Grupo Brasil	580.882	419.196	-	-
- Grupo Hidrocontábrico	482.982	1.487.195	-	-
- EDP Finance B.V.	2.605.000	635.000	-	-
- Outros	57.439	2.559	-	-
	<u>4.280.229</u>	<u>3.115.386</u>	<u>530.338</u>	<u>571.436</u>
Empréstimos por obrigações - Não convertíveis:				
- EDP, S.A.	2.107.003	2.466.299	2.107.003	2.466.299
- EDP Finance B.V.	1.590.836	963.694	-	-
- Grupo Brasil	87.751	75.435	-	-
	<u>3.785.590</u>	<u>3.505.428</u>	<u>2.107.003</u>	<u>2.466.299</u>
Papel comercial:				
- EDP, S.A.	100.000	100.000	100.000	100.000
	<u>100.000</u>	<u>100.000</u>	<u>100.000</u>	<u>100.000</u>
Outros empréstimos:				
- Acções preferenciais da Investco	-	22.439	-	-
- Outros	25.930	15.295	-	-
	<u>25.930</u>	<u>37.734</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>8.191.749</u>	<u>6.758.548</u>	<u>2.737.341</u>	<u>3.137.735</u>
Outras responsabilidades:				
- Reconhecimento de responsabilidades na venda OPTeP em 2002	315.000	315.000	315.000	315.000
- Justo valor do risco coberto da dívida emitida	93.972	107.557	119.558	146.520
	<u>408.972</u>	<u>422.557</u>	<u>434.558</u>	<u>461.520</u>
	<u>8.600.721</u>	<u>7.181.105</u>	<u>3.171.899</u>	<u>3.599.255</u>
	<u>10.584.300</u>	<u>9.141.885</u>	<u>6.558.337</u>	<u>5.918.625</u>

Conforme referida na nota 16 (Direitos de Concessão no Brasil), e na sequência da aquisição pela EDP Lageado Energia à Electrobrás das Acções PN-R emitidas pela Investco no final de Dezembro de 2005 na respectiva quota parte accionista (27,65%), passaram a ser activos/passivos inter-grupo em 2005 pelo que foram anulados em consolidação.

A rubrica Outras responsabilidades inclui, no Grupo e em base Individual, a responsabilidade pela alienação de 100% da OPTEP/Optimus em 2002, no montante de 315 milhões de euros em resultado da existência de um 'mecanismo de ajustamento de preço de venda da OPTEP/Optimus'. De acordo com as políticas contabilísticas do Grupo, a participação alienada em 2002 reconhece-se no activo, e a respectiva responsabilidade no passivo do Grupo, sendo as flutuações de preço do activo reconhecidas como se se tratasse de um activo financeiro disponível para venda enquanto se mantiver em vigor a referida cláusula.

O Grupo detém, ao nível da EDP S.A., facilidades de crédito de curto prazo no montante de 197 milhões de euros indexados à taxa Euribor do período de utilização acordado com condições de margem previamente acordadas, dos quais 177 milhões com compromisso de tomada firme, bem como de uma linha de 350 milhões de euros de Papel Comercial com garantia de colocação. Quanto a facilidades de crédito de médio prazo, a EDP S.A. dispõe de 1.300 milhões de euros com compromisso de tomada firme igualmente em condições previamente acordadas indexada à taxa Euribor. Em 31 de Dezembro de 2005, não se encontram utilizados quaisquer montantes do total das facilidades de crédito.

Os empréstimos bancários em Euros encontram-se associados à taxa variável indexada à Euribor a três ou seis meses. Aos empréstimos bancários no Brasil encontram-se associadas taxas de juro variáveis do Real que são maioritariamente indexadas à taxa CDI.

O detalhe das emissões de **Empréstimos obrigacionistas**, à data de 31 de Dezembro de 2005, é analisado como segue:

Emitente/Emissor	Data Emissão	Taxa Juro	Tipo de Cobertura	Condições/ Reembolso	Grupo Euro'000	Individual Euro'000		
Emissões EDP S.A.								
EDP, S.A.	22º Emissão	30-Mai-96		Euribor 6 meses - 0,10%	(i)	6.582	6.582	
EDP, S.A.	23º Emissão	20-Dez-96		Euribor 6 meses - 0,125%	(ii)	10.332	10.332	
EDP, S.A.	25º Emissão	23-Nov-98		Euribor 6 meses + 0,225%	(iii)	299.279	299.279	
EDP, S.A.	26º Emissão	26-Mar-03		Euribor 6 meses + 0,5%	26-Mar-13	150.000	150.000	
						<u>466.193</u>	<u>466.193</u>	
Emissões EDP ao abrigo do Programa 'Euro Medium Term Notes'								
EDP, S.A.	1º Emissão	29-Out-99		Taxa fixa EUR 6,40%	Fair Value	29-Out-09	1.000.000	1.000.000
EDP, S.A.	2º Emissão	28-Mar-01		Taxa fixa EUR 5,875%	Fair Value	28-Mar-11	747.352	747.352
EDP Finance BV	4º Emissão	26-Nov-01		Cupão Zero		27-Nov-09	22.455	-
EDP Finance BV	5º Emissão (*)	28-Nov-01		Taxa fixa JPY 0,70%	Fair Value	28-Nov-06	27.882	-
EDP Finance BV	6º Emissão (*)	9-Ago-02		Taxa fixa GBP 6,625%	Fair Value	9-Ago-17	320.000	-
EDP Finance BV	7º Emissão	16-Dez-02		Taxa fixa EUR 5,00%		20-Mar-08	355.024	-
EDP Finance BV	8º Emissão	23-Dez-02		Taxa fixa EUR 2,661%		23-Dez-22	93.357	-
EDP Finance BV	9º Emissão	22-Jun-05		Taxa fixa EUR 3,75%		22-Jun-15	500.000	-
EDP Finance BV	10º Emissão	29-Jun-05		Taxa fixa EUR 4,125%		29-Jun-20	300.000	-
							<u>3.366.070</u>	<u>1.747.352</u>
Emissões Escelsa (Brasil) no Mercado Internacional								
Escelsa USD 133 Milhões (**)		28-Jul-97		Taxa fixa USD 10,0%	Fair Value	15-Jul-07	45.826	-
EDP Energias do Brasil		7-Jul-05		Taxa fixa USD 10,0%	Fair Value	15-Jul-07	16.550	-
Emissões Investco (Brasil) no Mercado Doméstico Brasileiro								
Investco	1º Emissão	1-Nov-01		IGPM + 12,80%		1-Nov-11	19.616	-
Investco	(FINAM)	14-Nov-03		TJLP + 4%		14-Nov-11	9.091	-
							<u>3.923.346</u>	<u>2.213.545</u>

(i) 4 anuidades a partir de 02-Jun-2003. Mediante solicitação dos obrigacionistas, pode ser reembolsada antecipadamente.

(ii) 4 anuidades a partir de 20-Dez-2008. A partir de 20-Dez-2006, pode ser parcial, ou totalmente reembolsada por opção da EDP ou dos obrigacionistas.

(iii) 6 semestralidades a partir de 23-Mai-2006.

(*) Estas emissões da EDP Finance BV têm associados 'swaps' de divisa e da taxa de juro.

(**) O Grupo EDP detém em carteira inter-grupo 52,52% do valor global desta emissão, em resultado da OPA internacional lançada em 2002.

Em conformidade com a política de gestão da carteira de dívida do Grupo, a EDP procedeu à troca de obrigações emitidas pela EDP - Energias de Portugal, S.A. com vencimento em 2011 (2ª Emissão Internacional) e pela EDP Finance BV com vencimento em 2008 (8ª Emissão Internacional) nos montantes de 252,6 e 145 milhões de euros, respectivamente. No âmbito desta troca, a EDP Finance BV emitiu obrigações no montante de 500 milhões de euros (9ª Emissão Internacional) com vencimento em 2015, o que representa um aumento da dívida consolidada no montante de 102,4 milhões de euros.

A análise da rubrica de **Empréstimos**, por maturidade, é a seguinte:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Empréstimos bancários e 'overdrafts' :				
Até 1 ano	1.086.793	1.272.631	141.098	304.012
De 1 ano a 5 anos	3.857.469	3.122.157	798.270	1.069.077
A mais de 5 anos	857.662	553.520	224.024	63.879
	<u>5.801.924</u>	<u>4.948.308</u>	<u>1.163.392</u>	<u>1.436.968</u>
Empréstimos obrigacionistas :				
Até 1 ano	137.756	12.689	106.542	9.951
De 1 ano a 5 anos	1.668.800	1.916.851	1.207.268	1.466.299
A mais de 5 anos	2.116.790	1.588.577	899.735	1.000.000
	<u>3.923.346</u>	<u>3.518.117</u>	<u>2.213.545</u>	<u>2.476.250</u>
Papel comercial:				
Até 1 ano	759.030	575.460	3.081.400	1.905.407
De 1 ano a 5 anos	100.000	100.000	100.000	100.000
	<u>859.030</u>	<u>675.460</u>	<u>3.181.400</u>	<u>2.005.407</u>
	<u>10.584.300</u>	<u>9.141.885</u>	<u>6.558.337</u>	<u>5.918.625</u>

O 'fair-value' da dívida do Grupo EDP, ou seja, o valor de mercado da dívida, é analisado como segue:

	Dez 2005		Dez 2004	
	Valor de Balanço Euro'000	Valor de Mercado Euro'000	Valor de Balanço Euro'000	Valor de Mercado Euro'000
Empréstimos de curto prazo - Corrente	1.983.579	1.983.579	1.960.780	1.960.780
Empréstimos de médio / longo prazo - Não Corrente	8.600.721	8.935.348	7.181.105	7.492.570
	<u>10.584.300</u>	<u>10.918.927</u>	<u>9.141.885</u>	<u>9.453.350</u>

Em conformidade com a política contabilística descrita na nota 2 e), os riscos dos passivos financeiros que se encontram cobertos por instrumentos financeiros e cujo reconhecimento cumpre com os requisitos definidos pela IAS 39, no âmbito da adopção da contabilidade de cobertura são registadas ao seu justo valor. No entanto, os restantes passivos financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

O valor de mercado dos empréstimos de médio/longo prazo é calculado com base nos fluxos de caixa descontados às taxas em vigor às datas de balanço. Na dívida de curto prazo corrente, o valor de mercado é equivalente ao valor de balanço.

À data de 31 de Dezembro de 2005, os pagamentos futuros da dívida e compromissos a ocorrer, são analisados como segue:

	Total Euro'000	2006 Euro'000	2007 Euro'000	2008 Euro'000	2009 Euro'000	2010 Euro'000	Anos seguintes Euro'000
Dívida de médio e longo prazo	8.600.721	-	2.979.825	986.402	1.230.493	558.433	2.845.568
Dívida de curto prazo	1.983.579	1.983.579	-	-	-	-	-
	<u>10.584.300</u>	<u>1.983.579</u>	<u>2.979.825</u>	<u>986.402</u>	<u>1.230.493</u>	<u>558.433</u>	<u>2.845.568</u>

O valor das garantias encontra-se desagregado na nota 39 às demonstrações financeiras.

33. Benefícios aos empregados

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o número de participantes abrangidos pelo plano de pensões de reforma era o seguinte:

	Actividade em Portugal	
	2005	2004
Número de participantes		
Reformados e Pensionistas	18.185	18.283
Pessoal no Activo	8.118	8.373
	<u>26.303</u>	<u>26.656</u>

A rubrica de **Benefícios aos empregados** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Provisões para responsabilidades e benefícios sociais	1.099.604	1.259.655	10.693	10.659
Provisões para responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios	743.642	725.575	6.394	6.261
	<u>1.843.246</u>	<u>1.985.230</u>	<u>17.087</u>	<u>16.920</u>

A rubrica de Provisões para responsabilidades e benefícios sociais inclui, em 31 de Dezembro de 2005, os valores de 50,8 milhões de euros (2004: 50,8 milhões de euros) e 24,3 milhões de euros (2004: 14,5 milhões de euros), relativos à actualização salarial das pensões dos trabalhadores do Grupo Hidrocarbónico e aos encargos estimados com a prestação de serviços por terceiros no âmbito do programa de racionalização de recursos humanos, respectivamente.

O movimento da **Provisão para responsabilidades e benefícios sociais** é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Saldo no início do período	1.259.655	660.789	10.659	86.686
Variações de perímetro de consolidação	-	50.842	-	-
Dotação do exercício	68.618	24.553	509	26
Pré-reformas	34.855	286.396	-	-
Perdas actuariais	58.224	390.115	-	1.877
Utilizações de provisões	-327.049	-152.989	-475	-70.227
Transferências e reclassificações	5.301	-51	-	-7.703
Saldo no fim do período	1.099.604	1.259.655	10.693	10.659

A rubrica Perdas actuariais, no montante de 58 milhões de euros (2004: 390 milhões de euros), foi registada por contrapartida de reservas, conforme política contabilística apresentada na nota 2 n).

O movimento da **Provisão para responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios** é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Saldo no início do período	725.575	680.520	6.261	6.226
Variações de perímetro de consolidação	-	-2.789	-	-
Dotação do exercício	45.350	42.990	139	634
(Ganhos) / Perdas actuariais	-23.184	19.274	-	-
Redução de provisões	-	-	-6	-8
Utilizações de provisões	-22.349	-14.168	-	-591
Transferências e reclassificações	18.250	-252	-	-
Saldo no fim do período	743.642	725.575	6.394	6.261

A rubrica (Ganhos) / Perdas actuariais, inclui um ganho no montante de 23 milhões de euros (2004: uma perda de 19 milhões de euros), que foi registado por contrapartida de reservas, conforme política contabilística apresentada na nota 2 n).

Algumas empresas do Grupo EDP atribuem aos seus colaboradores, quer sob a forma de planos de benefícios definidos, quer sob a forma de planos de contribuição definida, alguns benefícios pós-reforma, nomeadamente, planos de pensões que pagam pensões complementares de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada, sendo também concedidos nalguns casos cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos do Serviço Nacional de Saúde.

Apresentam-se de seguida os planos existentes, com uma breve descrição das suas características e das empresas por eles abrangidos, bem como os seus dados económico-financeiros:

I. Planos de Pensões - Tipo Benefício Definido

Em Portugal, as empresas do Grupo EDP resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994 dispõem de um plano de benefícios sociais financiado através de um Fundo de Pensões fechado e complementado por provisão específica.

Neste Fundo de Pensões encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de pensões de reforma (idade, invalidez e sobrevivência) bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas.

No Brasil, a Bandeirante dispõe de dois planos de benefícios definidos geridos pela Fundação CESP, entidade fechada de previdência complementar, com patrimónios próprios, segregados dos patrimónios das Patrocinadoras (Bandeirante e outras empresas eléctricas brasileiras) sem solidariedade contributiva:

- Plano BD vigente até 31 de Março de 1998, que é um Plano de Benefício Saldado que concede Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de Março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até à referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências actuariais desse Plano é da Empresa.

- Plano BD vigente após 31 de Março de 1998, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de Março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de actividade. No caso de morte ou invalidez originada por acidente de trabalho, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de Março de 1998) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de Março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências actuariais deste Plano é partilhada entre a Empresa e os participantes.

A Escelsa e a Enersul dispõem de um Plano de Benefício Definido que garante um complemento de pensões de reforma por idade, invalidez e sobrevivência. A Escelsa dispõe ainda de um Plano especial complementar de pensões de reforma de ex-combatentes.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, as responsabilidades consolidadas por serviços passados associadas a estes planos de pensões eram as seguintes:

	Dez 2005			Dez 2004		
	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
Evolução das Responsabilidades						
Responsabilidades início período	2.015.930	107.403	2.123.333	1.412.541	64.750	1.477.291
Custo dos serviços correntes	12.828	380	13.208	8.869	899	9.768
Custo dos juros	96.455	13.621	110.076	69.553	9.789	79.342
Benefícios pagos	-145.859	-6.544	-152.403	-142.207	-4.914	-147.121
'Curtailments'/'Settlements'	34.855	-	34.855	271.908	-	271.908
Perdas e ganhos actuariais	39.101	27.450	66.551	39.526	5.773	401.039
Varição cambial	-	34.841	34.841	-	906	906
Outras variações	-	1.137	1.137	-	30.200	30.200
Responsabilidades no fim do período	2.053.310	178.288	2.231.598	2.015.930	107.403	2.123.333

Em 2004, a rubrica de Outras variações, no Brasil, incorpora o saldo inicial de 2004 das responsabilidades actuariais reconhecidas em 2004 no Plano de Benefício Definido na Escelsa e na Enersul no valor de 16,8 e 13,4 milhões de euros, respectivamente.

No apuramento das responsabilidades, associadas a estes planos de pensões no Grupo EDP, foram utilizados os seguintes pressupostos financeiros e actuariais:

	Dez 2005			
	Portugal	Brasil		
		Bandeirante	Escelsa	Enersul
Pressupostos				
Taxa de rendimento dos Fundos	6,40%	12,20%	12,45%	12,00%
Taxa de desconto	4,60%	10,75%	10,75%	10,75%
Taxa de crescimento dos salários	3,50%	7,12%	5,55%	5,55%
Taxa de crescimento das pensões	3,00%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de revalorização dos salários da Segurança Social	2,20%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de inflação	2,40%	4,50%	4,50%	4,50%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	GAM-83	GAM-83	GAM-83
Tábua de invalidez	50% EKV 80	TASA 27	TASA 27	TASA 27
% expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	(a)	não aplicável	não aplicável	não aplicável

(a) 40% da população elegível (colaboradores que estejam em condições de passagem à reforma antecipada de acordo com o Acordo Colectivo de Trabalho: 36 anos de serviço com pelo menos 60 anos de idade ou 40 anos de serviço e qualquer idade).

	Dez 2004			
	Portugal	Brasil		
		Bandeirante	Escelsa	Enersul
Pressupostos				
Taxa de rendimento dos Fundos	6,40%	10,76%	12,98%	12,98%
Taxa de desconto	5,00%	10,76%	10,76%	10,76%
Taxa de crescimento dos salários	3,50%	7,12%	6,08%	6,08%
Taxa de crescimento das pensões	3,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de revalorização dos salários da Segurança Social	2,20%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de inflação	2,40%	4,00%	4,00%	4,00%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	GAM-83	GAM-83	AT-2000
Tábua de invalidez	50% EKV 80	Light-Média	Light-Média	Light-Média
% expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	(a)	não aplicável	não aplicável	não aplicável

(a) 40% da população elegível (colaboradores que estejam em condições de passagem à reforma antecipada de acordo com o Acordo Colectivo de Trabalho: 36 anos de serviço com pelo menos 60 anos de idade ou 40 anos de serviço e qualquer idade).

A alteração ao nível da taxa de desconto ocorrida no exercício de 2005, para o plano de pensões da actividade em Portugal, implicou um acréscimo de responsabilidades para o Grupo de 80 milhões de euros.

As perdas actuariais líquidas do exercício de 2005, na actividade em Portugal, no montante de 13 milhões de euros são relativas à diferença entre os pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades e os valores efectivamente verificados e incluem os seguintes efeitos:

- i) perdas actuariais de 39 milhões de euros, na actividade em Portugal, decorrentes essencialmente da alteração da taxa de desconto referida acima, atenuada por taxas de crescimento real das pensões e dos salários inferiores às taxas consideradas no cálculo actuarial;
- ii) ganhos actuariais resultantes do facto do rendimento do fundo ter sido superior ao estimado em 26 milhões de euros.

De acordo com a política contabilística descrita na nota 2 n), as responsabilidades do Grupo com pensões de reforma e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, são analisadas como segue:

	Dez 2005			Dez 2004		
	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
Provisão para Planos de Pensões						
Responsabilidades no fim do período	2.053.310	178.288	2.231.598	2.015.930	107.403	2.123.333
Activos dos Fundos fim do período	-1.070.656	-136.465	-1.207.121	-839.669	-89.339	-929.008
Responsabilidades não cobertas	982.654	41.823	1.024.477	1.176.261	18.064	1.194.325
Valor da provisão no fim do período	982.654	41.823	1.024.477	1.176.261	18.064	1.194.325

Os componentes do custo líquido consolidado reconhecido no período com estes planos são os seguintes:

	Dez 2005			Dez 2004		
	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
Custo do Período						
Custo do serviço	12.828	380	13.208	8.869	899	9.768
Custo de juro	96.455	13.621	110.076	69.553	9.789	79.342
Retorno dos activos dos Fundos	-51.980	-12.477	-64.457	-42.877	-8.171	-51.048
Contribuições dos trabalhadores	-	-1.031	-1.031	-	-473	-473
Custo líquido do período	57.303	494	57.797	35.545	2.044	37.589

A evolução dos activos consolidados dos Fundos de Pensões foi a seguinte:

	Dez 2005			Dez 2004		
	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
Fundos de Pensões						
Valor dos activos início período	839.669	89.339	929.008	785.147	31.355	816.502
Contribuições do Grupo	196.135	5.752	201.887	57.930	4.082	62.012
Contribuições dos trabalhadores	-	1.031	1.031	-	462	462
Pensões pagas no período	-42.981	-6.544	-49.525	-51.230	-4.914	-56.144
Rendimento dos Fundos	51.980	12.477	64.457	42.877	8.171	51.048
Ganhos / (Perdas) actuariais	25.853	4.764	30.617	4.945	19.488	24.433
Variacão cambial	-	29.646	29.646	-	495	495
Outras variações	-	-	-	-	30.200	30.200
Valor dos activos fim do período	1.070.656	136.465	1.207.121	839.669	89.339	929.008

Em 2004, a rubrica Outras variações, no Brasil, incorpora o saldo inicial de 2004 dos fundos de pensões.

A rubrica Ganhos / (Perdas) actuariais, no montante de 31 milhões de euros (2004: 11 milhões de euros), foi registada por contrapartida de reservas, conforme política contabilística apresentada na nota 2 n).

Os activos do Fundo de Pensões em Portugal são geridos por três sociedades gestoras de fundos de pensões independentes. Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a composição verificada na carteira do fundo é analisada como segue:

	Alocação de activos por natureza					
	Caixa EUR'000	Obrigações EUR'000	Ações EUR'000	Imóveis EUR'000	Outros EUR'000	Total EUR'000
31 de Dezembro de 2005	24.142	591.489	350.065	229.353	12.072	1.207.121
31 de Dezembro de 2004	41.805	431.989	236.897	218.317	-	929.008

	Alocação de activos por natureza					
	Caixa %	Obrigações %	Ações %	Imóveis %	Outros %	Total %
31 de Dezembro de 2005	2,00%	49,00%	29,00%	19,00%	1,00%	100,00%
31 de Dezembro de 2004	4,50%	46,50%	25,50%	23,50%	0%	100,00%

À data de 31 de Dezembro de 2005, a desagregação do valor expectável de **Pagamento de benefícios futuros**, relativo à actividade em Portugal, é analisada de seguida:

	Expectativa de pagamentos			
	Pensões	Plano Médico	Outros Benefícios	Total
2006	167.824	22.361	5.162	195.347
2007	164.184	23.045	5.348	192.577
2008	159.617	23.748	5.716	189.081
2009	155.615	24.355	5.950	185.920
2010	152.259	24.958	6.149	183.366
2011	147.638	25.577	6.462	179.677
2012	143.600	26.220	7.115	176.935
2013	139.081	26.997	7.705	173.783
2014	135.575	27.764	8.390	171.729
2015	131.032	28.669	9.319	169.020
2016	126.724	29.605	9.866	166.195

A análise das contribuições efectuadas aos Fundos de pensões pelas empresas do Grupo é apresentada como segue:

	2005	2004
	Euros '000	Euros '000
Acções	153.154	-
Dinheiro	48.733	62.012
	<u>201.887</u>	<u>62.012</u>

Em 2005, a rubrica de Acções incorpora a transferência de acções do BCP equivalentes a 2,01% do capital social detido pela EDP para o Fundo de Pensões.

Em 31 de Dezembro de 2005, o valor das pensões pagas pelos Fundos ascendeu a 50 milhões de euros (2004: 56 milhões de euros). Em 2006 o Grupo estima efectuar contribuições para os Fundos de pensões no montante de 72 milhões de euros.

II. Planos de Pensões - Tipo Contribuição Definida

A Hidroantábrico em Espanha, a Bandeirante, a Escelsa e a Enersul no Brasil, dispõem de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos Sistemas de Previdência Social aos colaboradores das Empresas, do tipo Contribuição Definida, efectuando, deste modo, em cada ano, uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada um dos casos.

III. Planos para responsabilidades por cuidados médicos e outros benefícios - Tipo Benefício Definido

Em Portugal, as empresas do Grupo resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994 dispõem de um Plano de Cuidados Médicos do tipo benefício definido, suportado através de uma provisão contabilística, onde se encontram incluídas a totalidade destas responsabilidades.

No Brasil, a Escelsa dispõe também de um Plano de Assistência Médica para os os reformados, suportado através uma provisão contabilística, onde se encontra incluída a totalidade destas responsabilidades.

A evolução das responsabilidades consolidadas por serviços passados associadas ao plano de cuidados médicos do Grupo EDP evoluiu da seguinte forma:

	Dez 2005			Dez 2004		
	Portugal	Brasil	Grupo	Portugal	Brasil	Grupo
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Evolução das Responsabilidades						
Responsabilidades no início do período	721.765	3.810	725.575	660.255	-	660.255
Custo dos serviços correntes	7.961	182	8.143	7.904	140	8.044
Custo dos juros	35.375	1.832	37.207	33.646	1.300	34.946
Benefícios pagos	-22.324	-25	-22.349	-23.397	-724	-24.121
'Curtailments'/'Settlements'	1.999	-	1.999	15.793	-	15.793
(Ganhos) / Perdas actuariais	-17.671	-5.513	-23.184	27.564	1.392	28.956
Variação cambial	-	6.742	6.742	-	3	3
Outras variações	-	9.510	9.510	-	1.699	1.699
Responsabilidades no fim do período	<u>727.105</u>	<u>16.537</u>	<u>743.642</u>	<u>721.765</u>	<u>3.810</u>	<u>725.575</u>

A rubrica (Ganhos) / Perdas actuariais, inclui um ganho no montante de 23 milhões de euros (2004: uma perda de 29 milhões de euros), que foi registada por contrapartida de reservas, conforme política contabilística apresentada na nota 2 n).

	Dez 2005		Dez 2004	
	Portugal	Brasil	Portugal	Brasil
Pressupostos				
Taxa de desconto	4,60%	10,75%	5,00%	10,76%
Taxa anual de crescimento dos custos com serviços médicos	4,5% (a)	8,16%	4,5% (a)	8,16%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	GAM-83	TV 88/90	GAM-83
Tábua de invalidez	50% EKV 80	Light-Média	50% EKV 80	Light-Média
% expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	b)	não aplicável	b)	não aplicável

(a) 4,5% nos primeiros 10 anos e 4,0% nos restantes anos

(b) 40% da população elegível (colaboradores que estejam em condições de passagem à reforma antecipada de acordo com o Acordo Colectivo de Trabalho: 36 anos de serviço com pelo menos 60 anos de idade ou 40 anos de serviço e qualquer idade).

Tal como atrás referido, as responsabilidades com o Plano de Cuidados Médicos estão reconhecidas nas contas do Grupo através de uma provisão que se apresenta de seguida:

	Dez 2005			Dez 2004		
	Portugal	Brasil	Grupo	Portugal	Brasil	Grupo
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Provisão para Plano de Cuidados Médicos						
Responsabilidades no fim do período	727.105	16.537	743.642	721.765	3.810	725.575
Valor da provisão no fim do período	<u>727.105</u>	<u>16.537</u>	<u>743.642</u>	<u>721.765</u>	<u>3.810</u>	<u>725.575</u>

Os componentes do custo líquido consolidado reconhecido no período com este plano são os seguintes:

	Dez 2005			Dez 2004		
	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
Custo do Período						
Custo do serviço	7.961	182	8.143	7.904	140	8.044
Custo de juro	35.375	1.832	37.207	33.646	1.300	34.946
Custo líquido do período	43.336	2.014	45.350	41.550	1.440	42.990

A alteração ao nível da taxa de desconto ocorrida no exercício de 2005, para o plano de cuidados médicos e outros benefícios da actividade em Portugal, implicou um acréscimo de responsabilidades para o Grupo de 43 milhões de euros.

34. Provisões para riscos e encargos

A rubrica de **Provisões para riscos e encargos** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Provisão para processos legais, laborais e outras contingências	88.004	132.020	-	-
Provisão para garantias a clientes no âmbito da actividade corrente	26.821	35.059	-	-
Provisão para outros riscos e encargos	154.424	126.153	14.754	39.386
	269.249	293.232	14.754	39.386

O movimento da **Provisão para processos legais, laborais e outras contingências** é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Saldo no início do período	132.020	36.805	-	-
Variações de perímetro de consolidação	-32.447	-	-	-
Dotação do exercício	3.214	2.440	-	-
Redução de provisões	-788	-222	-	-
Utilizações da provisão	-15.565	220	-	-
Transferências e diferenças cambiais	1.570	92.777	-	-
Saldo no final do período	88.004	132.020	-	-

O movimento da **Provisão para garantias a clientes no âmbito da actividade corrente** é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Saldo no início do período	35.059	-	-	-
Variações de perímetro de consolidação	-13.246	-	-	-
Dotação do exercício	95.638	-	-	-
Utilizações da provisão	-74.402	-	-	-
Transferências e diferenças cambiais	-16.228	35.059	-	-
Saldo no final do período	26.821	35.059	-	-

O movimento da **Provisão para outros riscos e encargos** é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Saldo no início do período	126.153	198.215	39.386	285.646
Variações do perímetro de consolidação	41.621	21.312	604	-
Dotação do exercício	225.639	91.532	4.454	10.300
Redução de provisões	-135.608	-7.762	-604	-
Utilização da provisão	-168.494	-79.383	-	-285.646
Transferências e diferenças cambiais	65.113	-97.761	-29.086	29.086
Saldo no final do período	154.424	126.153	14.754	39.386

35. Credores e outros passivos

A rubrica de **Credores e outros passivos** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Credores de curto prazo - Corrente:				
Fornecedores	951.464	819.081	65.503	21.861
Fornecedores de imobilizado	306.302	217.617	3.768	3.328
Outros accionistas de empresas do grupo	20.757	33.767	-	-
Adiantamentos a clientes	11.851	5.908	54	60
Credores - empresas do Grupo	-	-	6.926	-
Outros credores				
- Colaboradores	12.976	12.575	-	-
- Fornecimento de outros bens e serviços	2.489	1.912	10.987	5.864
- Rendas de concessão	6.108	2.200	-	-
- Credores por cobranças	21.362	16.721	-	-
- Créditos por liquidações relacionados com a OMEL	73.466	6.893	-	-
- Valores a receber relacionados com a tarifa (Bandeirante)	-	5.915	-	-
- Adiantamento de Furnas para aumento de capital na Enerpeixe	-	8.299	-	-
- Valor a pagar pela aquisição da Portgás	-	84.997	-	84.997
Créditos a empresas relacionadas	33.974	-	100.781	159.770
Férias, subsídios férias e outros encargos	53.200	57.867	681	554
Instrumentos financeiros derivados	221.926	262.993	148.817	141.195
Subsídios e participações investimento imobilizado	1.760.513	1.587.908	2.082	5.059
Custos especializados relacionados com a actividade de trading	51.117	16.357	47.222	-
EDP Distribuição - especialização de proveitos	177.530	149.681	-	-
Proveitos diferidos	274.054	122.276	28.693	144
Outros credores e operações diversas	392.754	157.181	-5.461	14.164
	4.371.843	3.570.148	410.053	436.996
Credores de médio/longo prazo - Não corrente:				
Conta de Regularização - (Reg. DL 344-B/82)	3.589	6.475	-	-
Cauções recebidas de clientes e outros devedores	43.929	47.284	4	-
Créditos a empresas relacionadas	31.913	7.880	-	-
Fornecedores de imobilizado	44.270	50.764	1.511	1.084
Credores por operações financeiras (Bandeirante)	-	12.409	-	-
Reembolso acções preferenciais Investco	-	28.632	-	-
Créditos por benefícios de aposentação (Escelsa)	-	9.357	-	-
Outros créditos por conta de participadas	-	10.946	-	-
Outros credores e operações diversas	14.044	25.227	1	-
	137.745	198.974	1.516	1.084

36. Impostos a pagar

A rubrica de **Impostos a pagar** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Estado e outros entes públicos:				
- Imposto sobre o rendimento (IRC)	25.608	84.830	5.622	5.652
- Retenções na fonte	7.476	8.052	132	213
- Contribuições para a Segurança Social	8.421	11.620	18	19
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	10.744	13.272	-	-
- Outras tributações	123.491	92.605	-	4.082
	175.740	210.379	5.772	9.966

A rubrica outras tributações, para o Grupo, em Dezembro de 2005, inclui tributações externas, nomeadamente do Brasil - Grupo EDP Brasil: 93.701 milhares de euros (2004: 43.487 milhares de euros) e Espanha - Grupo Hidrocontábrico: 26.098 milhares de euros.

37. Activos e Passivos detidos para venda e operações descontinuadas

Os critérios para classificação dos activos e passivos detidos para venda e operações descontinuadas, bem como a sua forma de apresentação nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP, encontram-se descritos na política contabilística, alínea u).

Operações descontinuadas - Edinfor e ComuniteI
Edinfor

Em Abril de 2005 o Grupo EDP alienou 60% do capital social da Edinfor - Sistemas Informáticos, S.A. (Edinfor), empresa que opera no sector das tecnologias de informação. A aplicação retroactiva do IFRS 5, com referência a 1 de Janeiro de 2004, implicou que os activos e passivos da Edinfor, consolidados pelo método da consolidação integral até 31 de Dezembro de 2004, passem a ser apresentados no balanço consolidado em linhas distintas pelo total de activos e passivos adquiridos.

O valor da transacção, no montante de 81 milhões de euros, foi apurado tendo por base um 'enterprise value' de 135 milhões de euros e inclui o valor das acções e dos créditos accionistas. Esta operação gerou uma mais valia, em base consolidada, no montante de 15 milhões de euros.

Com referência a 31 de Dezembro de 2004, os activos e passivos da Edinfor incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP, ascendiam a 165 milhões de euros e a 69 milhões de euros, respectivamente.

Comunitel

O Grupo EDP celebrou em Julho de 2005 um acordo para a alienação do investimento na Comunitel, detido em 99,93% pelo Grupo Oni. A Comunitel é uma subsidiária do Grupo Oni para as telecomunicações fixas em Espanha, especializada no fornecimento de serviços de voz e dados a pequenas e médias empresas.

Esta operação tem por referência um 'enterprise value' de 257 milhões de euros e um passivo financeiro líquido de 42 milhões de euros. O montante desta alienação ascende a 215 milhões de euros, incluindo a cessão de suprimentos no valor de 100 milhões de euros. Esta operação gerou uma mais valia, em base consolidada, no montante de 31 milhões de euros.

	Dez 2004
	Euro'000
	Edinfor
Activos detidos para venda	
Activos fixos tangíveis	68.663
Activos intangíveis	23.207
Investimentos financeiros em associadas	565
Outros investimentos financeiros	72
Impostos diferidos activos	15.177
Clientes	-
Devedores e outros activos	388
Total de Activos Não Correntes:	108.072
Inventários	11.761
Clientes	23.086
Devedores e outros activos	15.831
Impostos a receber	3.158
Activos financeiros detidos para negociação	2
Caixa e equivalentes de caixa	3.427
Total de Activos Correntes:	57.265
	165.337
Passivos detidos para venda	
Empréstimos	4.905
Benefícios aos empregados	10.202
Provisões para riscos e encargos	1.617
Impostos diferidos passivos	-40
Credores e outros passivos	9.365
Total Passivos Não Correntes:	26.049
Empréstimos	14.324
Credores e outros passivos	18.327
Impostos a pagar	10.027
Total Passivos Correntes:	42.678
	68.727

38. Instrumentos financeiros derivados

Nos termos definidos pelo IAS 39, o Grupo classifica os instrumentos financeiros derivados como sendo de cobertura de justo valor de um activo ou passivo reconhecido ('Fair value hedge') e de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa de passivos reconhecidos e transacções futuras altamente prováveis ('Cashflow hedge').

As variações associadas ao justo valor dos instrumentos de cobertura e dos respectivos riscos cobertos, são analisadas como segue:

Tipo cobertura	Instrumento de cobertura	Risco coberto	2005		2004	
			Variações justo valor		Variações justo valor	
			Instrumentos Euro'000	Risco Euro'000	Instrumentos Euro'000	Risco Euro'000
- 'Fair value'	Swap tx juro	Tx juro	-53.634	53.634	53.884	-53.884
- 'Fair value'	Swap tx juro e tx câmbio	Tx juro e tx câmbio	22.731	-22.731	4.677	-4.677
- 'Cashflow hedge'	Swap tx juro	Tx juro	-317	-	-643	-
			-31.220	30.903	57.918	-58.561

Durante o exercício de 2005 e de 2004 verificaram-se os seguintes movimentos em reservas de justo valor, associadas às coberturas de fluxos de caixa:

	Grupo	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Saldo inicial	-643	-
Variação de justo valor	-16.932	1.431
Transferência para resultados	866	-2.074
Saldo final	<u>-16.709</u>	<u>-643</u>

A rubrica Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) inclui, nas variações de justo valor, um montante de 16.615 milhares de euros relativos à cobertura de fluxos de caixa futuros. Este valor é amortizado pelo período em que os referidos fluxos de caixa vão ter impacto em resultados do exercício.

A valorização dos instrumentos financeiros é registada nas rubricas de Devedores e outros activos e Credores e outros passivos consoante a sua natureza.

Os ganhos e perdas na carteira de instrumentos financeiros derivados registados em resultados do exercício de 2005 e de 2004, são analisados como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Carteira de derivados de negociação	-153.493	-42.788	-108.201	-29.778
Cobertura de justo valor ('Fair value hedge')				
- Derivados	-30.903	58.561	-53.634	50.734
- Passivo coberto	30.903	-58.561	53.634	-50.734
Cobertura de fluxos de caixa ('Cash-flow hedge')				
- Derivados	-866	2.074	-866	1.684
	<u>-154.359</u>	<u>-40.714</u>	<u>-109.067</u>	<u>-28.094</u>

A maturidade dos instrumentos financeiros derivados associados a operações de financiamento é analisada como segue:

	Grupo Dez 2005				
	Até 3 meses Euro'000	De 3 meses até 1 ano Euro'000	De 1 ano até 5 anos Euro'000	Mais de 5 anos Euro'000	Total Euro'000
Contratos de taxa de juro:					
'Swaps' de taxa de juro	-	400.000	1.859.344	807.640	3.066.984
Opções compradas e vendidas	-	235.000	1.007.832	37.194	1.280.026
	-	635.000	2.867.176	844.834	4.347.010
Contratos de taxa de juro e taxa de câmbio:					
CIRS (currency interest rate swaps)		35.410	60.634	336.922	432.966
	-	670.410	2.927.810	1.181.756	4.779.976

As taxas de juro efectivas nos diversos instrumentos financeiros derivados associados a operações de financiamento são apresentadas como segue:

	Grupo Dez 2005		
	Moeda	EDP Paga	EDP Recebe
Contratos de taxa de juro:			
'Swaps' de taxa de juro	EUR	[5,15% - 2,26%]	[6,40% 2,10%]
Contratos de taxa de juro e taxa de câmbio:			
CIRS (currency interest rate swaps)	EUR / JPY	2,72%	0,70%
CIRS (currency interest rate swaps)	EUR / GBP	3,54%	6,63%
CIRS (currency interest rate swaps)	USD/BRL	[21,96% - 20,49%]	[8,90% - 3,80%]
	Valor Nominal Euro'000	Grupo Dez 2005	Individual Dez 2005
Contratos de taxa de juro:			
Opções compradas sobre taxa de juro (compra CAP)	1.280.026	[5,25% - 3,50%]	[4,82% - 4,33%]
EDP, S.A. - Opções vendidas sobre taxa de juro (venda CAP)	750.000	[5,30% - 4,75%]	[5,30% - 4,75%]
Opções vendidas sobre taxa de juro (venda FLOOR)	1.280.026	[3,60% - 1,99%]	[3,50% - 3,00%]

39. Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2005, os compromissos financeiros que não figuram no balanço, referentes a garantias prestadas (não existem garantias reais prestadas), são analisados como segue:

Compromissos	Grupo		Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Garantias de carácter financeiro				
Garantias prestadas por entidades do Grupo - Portugal				
A bancos nacionais	61.782	67.527	61.782	67.527
A bancos estrangeiros	194.146	187.664	194.146	157.690
A outras entidades estrangeiras	70.945	71.823	70.945	69.162
Garantias prestadas por entidades do Grupo - Espanha				
A outras entidades estrangeiras	-	79.255	-	-
Garantias prestadas por entidades do Grupo - Brasil				
A bancos estrangeiros	46.383	30.238	-	-
A outras entidades estrangeiras	30.603	22.685	-	-
	<u>403.859</u>	<u>459.192</u>	<u>326.873</u>	<u>294.379</u>
Garantias de carácter operacional				
Garantias prestadas por entidades do Grupo - Portugal				
A outras entidades nacionais	68.467	57.568	32.359	30.658
A bancos estrangeiros	20.044	15.216	20.044	15.216
A outras entidades estrangeiras	73.247	43.000	21.633	8.000
Garantias prestadas por entidades do Grupo - Espanha				
A outras entidades nacionais	4.500			
A outras entidades estrangeiras	317.736	-	-	-
Garantias prestadas por entidades do Grupo - Brasil				
A outras entidades estrangeiras	41.511	-	-	-
	<u>525.505</u>	<u>115.784</u>	<u>74.036</u>	<u>53.874</u>
	<u>929.364</u>	<u>574.976</u>	<u>400.909</u>	<u>348.253</u>
Garantias reais				
Hipotecas	<u>74.293</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Das garantias de carácter operacional, a parte assegurada por instituições financeiras é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2004 Euro'000
Bancos nacionais	59.839	12.827	190	-
Bancos estrangeiros	381.584	35.000	20.500	-
	<u>441.423</u>	<u>47.827</u>	<u>20.690</u>	<u>-</u>

40. Planos de remuneração com acções

O Grupo EDP iniciou um programa de 'stock options', nos termos aprovados pela Assembleia Geral, aplicável a Quadros e Administradores, com vista a incentivar a criação de valor.

O Grupo EDP tem dois planos de opções de compra de acções. No que respeita ao Plano do Conselho de Administração do Grupo aprovado em 1999, podem ser concedidas opções sobre acções ordinárias até ao limite de 2.450.000 acções. No que respeita ao Plano dos Conselhos de Administração e do 'Management' das subsidiárias do Grupo podem ser concedidas opções sobre acções ordinárias até ao limite de 16.250.000 acções.

Em ambos os Planos o preço de exercício de cada opção é calculado com base no preço de mercado da acção na data da atribuição da opção, sendo a maturidade máxima de cada opção é de cinco anos.

As opções são atribuídas pelo Conselho de Administração do Grupo EDP e apenas são exercíveis decorridos que estejam dois anos de serviço.

O movimento dos planos de 'stock options' é analisado como segue:

	Movimentos nas opções	Preço médio de exercício ponderado
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	612.725	2,44
Opções canceladas	-262.391	
Opções atribuídas	1.692.810	
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	2.043.144	2,27

A informação sobre 'stock options' relativas ao exercício de 2005, é analisada como segue:

Opções vivas	Preço médio ponderado do exercício	Vida média contractual em falta	Opções exercíveis	Fair Value das Opções EUR'000
2.043.144	2,27	6,04	603.830	956

41. Partes relacionadas

Os **créditos** detidos sobre empresas coligadas e associadas a 31 de Dezembro de 2005, **em base Individual**, são analisados como segue:

Empresas	Mov. Financeiras	Empréstimos	Outros Créditos	Total
	Intra-Grupo Eur'000	Concedidos Eur'000	Detidos Eur'000	
Balwerk	-	266.078	-	266.078
CPPE	-	1.599.474	31.697	1.631.171
EDP Distribuição	330.993	1.228.125	50.041	1.609.159
EDP Energia Ibérica	-	-	10.197	10.197
EDP Comercial	163.124	-	36.355	199.479
EDP Finance	-	278.109	5.523	283.632
EDP Internacional	875	-	1.039	1.914
EDP Outsourcing	31.600	-	11.663	43.263
EDP Participações	-	1.886	343	2.229
EDP Produção Bioeléctrica	7.953	13.493	51	21.497
EDP Produção EM	-	-	2.866	2.866
EDP Valor	7.205	2.501	3.045	12.751
Erenova	7.068	166.428	2.693	176.189
Labelec	577	-	273	850
NQF, SGPS	-	4.202	1	4.203
ONI Telecom	-	-	2.513	2.513
Outras	6.321	13.111	7.997	27.429
	<u>555.716</u>	<u>3.573.407</u>	<u>166.297</u>	<u>4.295.420</u>

Os **débitos** detidos sobre empresas coligadas e associadas a 31 de Dezembro de 2005, **em base Individual**, são analisados como segue:

Empresas	Mov. Financeiras	Empréstimos	Outros Débitos	Total
	Intra-Grupo Eur'000	Oblidos Eur'000	Detidos Eur'000	
CPPE	106.945	-	325.841	432.786
Edinfor	-	-	22.029	22.029
EDP Comercial	-	-	6.479	6.479
EDP Distribuição	-	-	63.074	63.074
EDP Outsourcing	-	-	673	673
EDP Participações	156.669	-	220.805	377.474
EDP Produção EM	4.847	-	757	5.604
EDP Serviner	1.409	-	-	1.409
EDP Valor	-	-	7.078	7.078
Erenova	-	-	1.233	1.233
Internet	2.127	-	46	2.173
O&M Serviços	1.880	-	-	1.880
Sávida	5.605	-	98	5.703
Outras	1.634	-	9.512	11.146
	<u>281.116</u>	<u>-</u>	<u>657.625</u>	<u>938.741</u>

42. Justo valor de activos e passivos financeiros

	2005			2004		
	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença
Activos financeiros						
Activos financeiros disponíveis para venda	566.446	566.446	-	1.169.098	1.169.098	-
Clientes	1.585.497	1.585.497	-	1.256.984	1.256.984	-
Instrumentos financeiros derivados	226.819	226.819	-	363.709	363.709	-
Activos financeiros detidos para negociação	275.618	275.618	-	56.249	56.249	-
Caixa e equivalentes de caixa	585.499	585.499	-	230.700	230.700	-
	<u>3.239.879</u>	<u>3.239.879</u>	<u>-</u>	<u>3.076.740</u>	<u>3.076.740</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros						
Empréstimos	10.584.300	10.918.927	334.627	9.141.885	9.453.350	311.465
Fornecedores	1.257.766	1.257.766	-	1.036.698	1.036.698	-
Instrumentos financeiros derivados	221.926	221.926	-	262.993	262.993	-
	<u>12.063.992</u>	<u>12.398.619</u>	<u>334.627</u>	<u>10.441.576</u>	<u>10.753.041</u>	<u>311.465</u>

43. Ganhos ou perdas na alienação de operações descontinuadas

Com a aplicação retroactiva do IFRS 5, com referência a 1 de Janeiro de 2004, os activos e passivos da Edinfor, consolidados pelo método da consolidação integral até 31 de Dezembro de 2004, passam a ser apresentados no balanço consolidado em linhas distintas pelo total de activos e passivos adquiridos.

Em Abril de 2005, o Grupo EDP alienou 60% do capital social da Edinfor - Sistemas Informáticos, S.A. (Edinfor), empresa que opera no sector das tecnologias de informação. O valor da transacção, no montante de 81 milhões de euros, foi apurado tendo por base um 'enterprise value' de 135 milhões de euros e inclui o valor das acções e dos créditos accionistas. Esta operação gerou uma mais valia, em base consolidada, no montante de 15 milhões de euros.

Em Setembro de 2005, o Grupo EDP alienou a totalidade do capital social da Comunitel, bem como das suas participadas (Germinus XXI, Intercom e Ola Internet). Estas empresas operavam no mercado espanhol no sector das telecomunicações. O valor da transacção referente à participação de 99,93% na Comunitel tem como referência um 'enterprise value' de 257 milhões de euros e uma dívida financeira líquida de 42 milhões de euros. O montante deste negócio ascende a 215 milhões de euros (incluindo a cessão de suprimentos no valor de 100 milhões de euros). Esta operação gerou uma mais valia, em base consolidada, no montante de 31 milhões de euros.

O detalhe destas operações encontra-se descrito na nota 37 - Activos e Passivos detidos para venda.

44. Ajustamentos de transição para as IFRS

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo EDP passaram a ser preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") a partir do exercício de 2005. Nessa base, com efeito a 1 de Janeiro de 2005 estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são preparadas em conformidade com as IFRS tal como adoptadas pela União Europeia.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As políticas contabilísticas descritas na Nota 2 foram utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, na preparação da informação financeira comparativa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, bem como na preparação do balanço individual e consolidado de abertura de acordo com as IFRS na data de transição (1 de Janeiro de 2004).

Na preparação do balanço consolidado de abertura de acordo com os IFRS, da informação comparativa para o período findo em 31 de Dezembro de 2004, o Grupo ajustou os montantes reportados os quais haviam sido preparados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

As diferenças entre as Normas locais e as IFRS, com impacto nas Demonstrações financeiras consolidadas em 1 de Janeiro e em 31 de Dezembro de 2004, e a reconciliação dos capitais próprios e resultados nas referidas datas, são apresentadas como segue:

	31 de Dezembro de 2004		1 de Janeiro de 2004
	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Capitais Próprios
Normas locais			
Capitais próprios	6.401.714	440.152	5.298.007
Ajustamentos de transição			
Activos tangíveis e intangíveis	(a) -1.021.905	53.963	-1.075.940
Pensões e outros benefícios de reforma	(b) -1.177.702	33.970	-793.469
Distribuição de resultados a colaboradores	(c) -24.626	-24.626	-20.722
Amortização do goodwill	(d) 51.567	51.567	-
Operações de cobertura	(e) -107.944	13.632	-121.576
Ajustamentos relacionados com a actividade regulada	(f) -563.519	-262.057	-299.304
Participação na REN	(g) -114.074	-37.243	-76.831
Interesses minoritários	(h) 58.831	-48.493	-86.201
Subsídios para encargos de concessão	(i) 30.222	3.330	26.899
Impostos diferidos	(j) 514.063	139.275	371.885
Conta de hidráulidade	(k) -	-315.590	315.590
Outros	-8.769	-5.065	3.658
Total dos ajustamentos de transição	-2.363.856	-397.337	-1.756.011
IFRS	4.037.858	42.815	3.541.996

a) Activos tangíveis e intangíveis

Conforme opção permitida pelo IFRS 1, o Grupo decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis, na data da transição (1 de Janeiro de 2004), o valor de balanço, incluindo o efeito das reavaliações até então efectuadas, determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual é equiparável de uma forma geral, ao custo mensurado, ajustado de acordo com os IFRS, por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços.

No entanto, considerando que não cumpriam os critérios para reconhecimento como activos de acordo com as IFRS, os custos gerais e as diferenças de câmbio capitalizados nos activos fixos tangíveis assim como os activos intangíveis do Grupo foram ajustados na transição, o que corresponde à anulação destes activos por contrapartida de reservas, conforme é explicado nos parágrafos seguintes.

De acordo com os PCGA em Portugal, os gastos de natureza geral e administrativa associados aos activos fixos tangíveis no período da sua constituição são capitalizados e amortizados de forma constante pelo período de vida útil dos activos fixos tangíveis a que estão afectos. De acordo com as IFRS, estes gastos não são capitalizáveis sendo considerados como um custo no período em que ocorrem.

Conforme permitido pelos PCGA em Portugal, até 1995, o Grupo EDP capitalizou ganhos e perdas relacionados com diferenças cambiais resultantes de empréstimos contratados em moeda estrangeira com vista a investimento em activos fixos. Nos termos definidos pelas IFRS, essas diferenças cambiais não são capitalizáveis, sendo registadas em resultados no período em que ocorrem.

Igualmente e de acordo com os PCGA em Portugal, as despesas de instalação, as despesas de investigação e desenvolvimento e outros custos diferidos são capitalizados e amortizados pelo seu período de vida útil. As IFRS, consideram que essas despesas são custos do período em que ocorrem, não sendo capitalizáveis, excepto se for expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros e esses benefícios possam ser determinados com fiabilidade. Adicionalmente, os subsídios recebidos relacionados com as despesas de investigação e desenvolvimento e que são diferidos de acordo com os PCGA em Portugal, são reconhecidos como proveitos em IFRS na mesma medida em que as referidas despesas a que estão associados são registadas como custo.

Em 31 de Dezembro e 1 de Janeiro de 2004 o impacto nos capitais próprios consolidados dos ajustamentos IFRS à rubrica de activos fixos tangíveis, é analisado como segue:

	31 de Dezembro de 2004	1 de Janeiro de 2004
	Capitais próprios	Capitais próprios
Custos de estrutura capitalizados em activos fixos tangíveis	-693.969	-702.033
Diferenças cambiais	-249.411	-272.289
Activos intangíveis e outros custos diferidos	-78.525	-101.618
	<u>-1.021.905</u>	<u>-1.075.940</u>

b) Pensões e outros benefícios de reforma

Algumas empresas do Grupo EDP, atribuem benefícios de reforma aos seus colaboradores sobre a forma de planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, nomeadamente, planos de pensões que pagam pensões complementares de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada. Nalguns casos são ainda concedidos benefícios relativos a cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos do Serviço Nacional de Saúde. As responsabilidades e as despesas anuais, com actos médicos e com pensões relativas a planos de benefícios definidos são determinadas numa base actuarial.

Nos termos definidos pelos PCGA em Portugal, os ganhos e perdas actuariais diferidos são amortizados de acordo com o método do "corredor". Este método determina que, até 10% do maior montante entre o valor actual das responsabilidades e o valor dos activos do plano, os ganhos e perdas actuariais não sejam reconhecidos ou amortizados como parte do custo líquido do ano. Os ganhos e perdas actuariais fora do valor do corredor são diferidos pelo número médio remanescente de anos de serviço dos empregados.

Conforme disposto na IFRS 1, o Grupo EDP optou por reconhecer a totalidade das perdas actuariais diferidas existentes, na data da transição (1 de Janeiro de 2004), por contrapartida de reservas.

c) Distribuição de resultados a colaboradores

De acordo com os estatutos da EDP, a Assembleia Geral dos Accionistas pode deliberar distribuir uma parte dos resultados do exercício a colaboradores, competindo ao Conselho de Administração definir os respectivos critérios de distribuição. Estes montantes a pagar correspondem a uma distribuição de resultados com a mesma natureza dos dividendos pagos aos accionistas pois são legalmente uma transferência de direitos, dos accionistas para os colaboradores.

De acordo com os PCGA em Portugal, esta distribuição de resultados era registada em reservas no ano em que era paga após aprovação dos accionistas na Assembleia Geral, sendo fiscalmente dedutível nos resultados do ano a que se referia. De acordo com a IAS 19 as gratificações aos empregados são registadas como custo do próprio exercício em que os serviços foram prestados. Em consequência desta política, os bônus a colaboradores, distribuídos em 2004, foram ajustados por contrapartida de reservas em 1 de Janeiro de 2004.

d) Amortização do goodwill

De acordo com os PCGA em Portugal, o 'goodwill' apurado na aquisição de participações em subsidiárias e empresas associadas, resultante da diferença entre o custo de aquisição e a proporção do justo valor dos activos líquidos adquiridos, é amortizado pela sua vida útil estimada, não excedendo 20 anos.

As IFRS determinam que o 'goodwill', incluindo o 'goodwill' gerado anteriormente à data de transição, não seja amortizado, mas antes sujeito a testes de imparidade, realizados com uma periodicidade mínima anual. Desta forma, as amortizações do 'goodwill' efectuadas durante o exercício de 2004, em conformidade com os PCGA em Portugal, foram revertidas em IFRS. Adicionalmente, o Grupo procede à análise periódica do valor recuperável do 'goodwill' com o objectivo de identificar perdas por imparidade, tendo reconhecido em resultados, durante 2004, perdas por imparidade relacionadas com o negócio das tecnologias de informação.

e) Operações de cobertura

Com referência a 1 de Janeiro de 2003, o Conselho de Administração do Grupo EDP decidiu optar pela adopção da IAS 39 subsidiariamente ao Plano Oficial de Contabilidade. A essa data, os requisitos para a aplicação da IAS 39, relativamente à cobertura do risco da taxa de juro e risco cambial, não se encontravam integralmente cumpridos. Nesse sentido, mesmo considerando que as operações foram contratadas com o objectivo de cobertura, não são aplicáveis os critérios de contabilidade de cobertura.

Considerando que o Grupo EDP é um 'first time adopter' nos termos definidos pelo IFRS 1, apresentando pela primeira vez as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS a partir de 1 de Janeiro de 2005, as regras de transição previstas na IFRS 1 relativamente à aplicação da IAS 39 são aplicáveis ao Grupo.

Nos termos das regras de transição definidas pelo IFRS 1, considerando que foi preparada a documentação necessária, de acordo com os requisitos da IAS 39, e que as operações foram contratadas com o objectivo de cobrir o risco de taxa de juro e o risco cambial, as referidas operações foram consideradas como sendo de cobertura desde a data da transição.

O Grupo EDP adoptou, nos termos definidos pela IAS 39, os modelos de contabilidade de cobertura do justo valor e de cobertura de cash flows, pelo que as alterações do justo valor de passivos cobertos foram reconhecidos em reservas como um ajustamento de transição, de acordo com a IFRS 1, nos casos em que se aplica o modelo da cobertura de justo valor.

f) Ajustamentos relacionados com a actividade regulada

Ajustamento tarifário e outros activos e passivos regulatórios

Nas actividades reguladas, o reconhecimento de ganhos e perdas nos períodos contabilísticos pode ser diferente do que se verifica nas actividades não reguladas. Quando o Regulador estabelece critérios de alocação de ganhos ou perdas a anos futuros, são registados activos ou passivos regulatórios nas demonstrações financeiras, que em caso contrário, seriam registados como ganhos ou perdas do ano.

De acordo com o enquadramento conceptual das IFRS, os activos e passivos regulatórios não são reconhecidos, pelo que, na data de transição, os mesmos são anulados por contrapartida de reservas.

Adicionalmente, os outros activos regulatórios relacionados com custos diferidos, definidos e regulados pelo Regulador e que sejam recuperáveis através de acertos tarifários repercutidos nos clientes em anos futuros, foram para efeitos das IFRS igualmente anulados por contrapartida de reservas.

Custos de reestruturação - PAR

O Grupo EDP estabeleceu, para os exercícios de 2003 e 2004, um plano de reestruturação da sua actividade que implica uma redução do seu número de colaboradores. O referido plano prevê que a redução se concretize na sua maior parte através de acordos de pré-reforma, reforma antecipada ou indemnizações. Os custos associados a este plano de reestruturação foram aceites pela Entidade Reguladora (ERSE) como custos diferidos tendo sido constituído um activo regulatório com um período de amortização de 20 anos, com início em 2005.

De acordo com as IFRS, os outros activos regulatórios não são enquadráveis na estrutura conceptual das normas pelo que, os custos da referida reestruturação, foram reconhecidos em resultados no período em que incorreram.

g) Participação na REN

O valor do investimento detido pelo Grupo na sua associada REN, é afectado por diferenças entre o referencial contabilístico IFRS e os PCGA em Portugal. As principais diferenças encontram-se relacionadas com a capitalização de custos gerais e administrativos, diferimentos de custos, distribuição de resultados a colaboradores e registo dos respectivos impostos diferidos.

h) Interesses minoritários

Em anos anteriores e de acordo com os PCGA em Portugal, as perdas acumuladas atribuíveis aos interesses minoritários, que excedessem a parte do capital atribuível aos interesses minoritários nas subsidiárias, eram registadas no balanço como interesses minoritários negativos. Na demonstração de resultados, as perdas atribuíveis aos interesses minoritários eram registadas nos interesses minoritários na proporção do capital detido.

A partir de 1 de Janeiro de 2004, o Grupo EDP adoptou uma nova política contabilística na qual as perdas acumuladas atribuíveis aos interesses minoritários que excedessem a sua parte do capital nas subsidiárias, resultando em interesses minoritários negativos, eram registadas no capital próprio do Grupo. Em relação à demonstração de resultados, as perdas continuaram a ser atribuídas aos interesses minoritários na proporção do capital detido.

De acordo com as IFRS, quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível ao Grupo na medida em que for incorrido, sendo reconhecido na demonstração de resultados, excepto se os interesses minoritários tiverem assumido uma obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas. No caso de se verificarem ganhos futuros, as perdas são creditadas ao accionista maioritário até ao limite das perdas anteriormente assumidas.

i) Subsídios para encargos de concessão

Os montantes relativos a subsídios registados como proveitos diferidos e decorrentes de imobilizado em concessão no Brasil, não eram amortizados. Para efeitos das IFRS e considerando, que o imobilizado em concessão é amortizado de forma constante pelo período da concessão, os proveitos diferidos referidos são reconhecidos em resultados tendo por base o mesmo período de amortização dos activos subjacentes.

j) Impostos diferidos

De acordo com a política contabilística do Grupo EDP, os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição. Os impostos diferidos são calculados de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera venham a ser aplicadas na data de reversão das diferenças temporárias.

Nesse sentido, o ajustamento relativo a impostos diferidos efectuado no âmbito da transição para as IFRS, respeitam ao impacto dos ajustamentos mencionados anteriormente, sempre que nos termos da IAS 12, existam diferenças temporárias entre os princípios contabilísticos e as regras fiscais que resultem em activos ou passivos por impostos diferidos.

k) Conta de hidraulicidade

A conta de hidraulicidade foi estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 338/91 e constitui um mecanismo legal de compensação dos custos variáveis da produção de energia. Em 1994, durante o período em que o actual Grupo EDP, era detido pelo Estado, a conta de hidraulicidade foi constituída nas contas da EDP por contrapartida de resultados. Em 2000, a REN foi constituída por separação da EDP, tendo nessa altura sido emitida nova regulamentação (através do Decreto-Lei n.º 98/2000) que reforçou e estabeleceu a manutenção da conta de hidraulicidade no Balanço da EDP.

O principal objectivo da conta de hidraulicidade é evitar descompensações no sector eléctrico devido a alterações nos custos variáveis incorridos, quando provocadas por alterações das condições hidrológicas. Nesse sentido, e considerando que a repercussão nas tarifas das referidas alterações dos custos variáveis, não é imediata, esta conta é utilizada para compensar a volatilidade dos custos operacionais de produção de electricidade no Sector de Electricidade Público (SEP). Quando se verificam condições hidrológicas desfavoráveis, a produção térmica aumenta e, consequentemente, os custos com o combustível e importações de electricidade. Nos anos de pluviosidade, verifica-se a situação oposta. É nesse contexto que com vista a evitar distorções significativas nos resultados operacionais por via das condições hidrológicas, que a conta de hidraulicidade é ajustada tendo por base as condições hidrológicas médias estimadas.

Conforme mencionado, até ao ano 2000 a REN fazia parte do Grupo EDP, pelo que os movimentos ocorridos nesta conta eram efectuados dentro do Grupo. Desde a separação da REN, em Junho de 2000, a EDP, S.A. (holding do Grupo) efectua pagamentos ou recebimentos à REN, que são registados por contrapartida da conta de hidraulicidade. Os pagamentos efectuados são utilizados pela REN para compensar os operadores do SEP (dos quais a maioria são subsidiárias do Grupo), correspondendo os recebimentos da REN a compensações obtidas dos mesmos operadores, de acordo com os objectivos da conta de hidraulicidade acima descritos. A REN constitui, assim, uma entidade veículo para efeitos da conta de hidraulicidade.

Os recebimentos ou pagamentos efectuados à REN são registados por contrapartida do saldo da conta de hidraulicidade, registado como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo EDP.

De acordo com as IFRS e para efeitos dos ajustamentos de transição, com referência a 1 de Janeiro de 2004, considerou-se que em termos consolidados ao referido passivo corresponde um activo para o Grupo, decorrente dos benefícios económicos futuros. Desta forma foi constituído um activo (acréscimo de proveitos) por contrapartida de um aumento dos capitais próprios.

Durante o exercício de 2004 foi publicado o Decreto-Lei n.º 240/2004, com o objectivo de regulamentar a cessação antecipada dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE's), constituindo um passo no sentido de permitir a liberalização do mercado ibérico de electricidade (MIBEL). Este Decreto-Lei refere que, no contexto de um mercado de electricidade livre, o que é expectável que se concretize nos próximos doze meses, o Governo é obrigado a publicar regulamentação específica aplicável à conta de correcção de hidraulicidade, bem como relativamente aos mecanismos de compensação dos produtores decorrentes da extinção dos CAE's.

Em virtude desta regulamentação e como resultado deste anúncio, o Conselho de Administração do Grupo EDP considera que é altamente provável a extinção do mecanismo de correcção de hidraulicidade. Na data da extinção a responsabilidade registada, incluindo o saldo da rubrica relativo à actividade anterior a 1994, será pagável a uma terceira entidade a designar pelo Regulador. Considerando que esta regulamentação só pode entrar em vigor em simultâneo com a liberalização do mercado ibérico de electricidade, o Conselho de Administração do Grupo EDP considera que o acréscimo de proveitos registado não se traduzirá em qualquer benefício económico futuro, pelo que deverá ser integralmente regularizado. Assim sendo, no final de 2004, o Grupo registou uma perda por imparidade, nas suas demonstrações financeiras IFRS, por contrapartida do activo entretanto registado no ajustamento de transição, no montante de 315 milhões de euros. Os valores a pagar à entidade designada pelo regulador serão registados por contrapartida do saldo da conta e do passivo registado nas contas do Grupo.

l) Ajustamentos de transição para as IFRS em base individual

As diferenças entre as Normas locais e as IFRS, com impacto nas Demonstrações financeiras individuais em 1 de Janeiro e em 31 de Dezembro de 2004, e a reconciliação dos capitais próprios e resultados nas referidas datas, são apresentadas como segue:

		31 de Dezembro de 2004	
		Capitais Próprios	Resultado Líquido
Normas locais			
Capitais Próprios		6.401.714	440.152
Ajustamentos de transição			
Activos fixos tangíveis e intangíveis	(a)	-1.541	11.650
Pensões e outros benefícios de reforma	(b)	-38.951	-63.771
Distribuição de resultados a colaboradores	(c)	-27	-27
Operações de cobertura	(e)	-146.520	27.334
Impostos diferidos	(j)	58.024	74.901
Conta de hidraulicidade	(k)	-	-315.590
Reversão do método de equivalência patrimonial	(n)	-27.865	-16.976
Total dos ajustamentos de transição		<u>-156.880</u>	<u>-282.479</u>
IFRS		<u>6.244.834</u>	<u>157.673</u>

Com excepção do ajustamento relativo à reversão do método de equivalência patrimonial, descrito na alínea o) abaixo, a tipologia dos ajustamentos efectuados em base individual corresponde à tipologia definida nas alíneas anteriores.

m) Reversão do método de equivalência patrimonial

De acordo com a IAS 27, os investimentos em subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas que não estejam classificados como detidos para venda (ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como detido para venda) de acordo com a IFRS 5 devem ser contabilizados nas demonstrações financeiras individuais pelo custo (líquido de perdas por imparidade) ou de acordo com a IAS 39. Consequentemente, no âmbito da transição para as IFRS, foi revertido o efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial utilizado na valorização dos investimentos financeiros nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com os PCGA em Portugal.

45. Reconciliação dos Balanços e das Demonstrações de resultados estatutários com IFRS com referência a 31 de Dezembro de 2004

Balanço	Grupo Dez 2004			Individual Dez 2004		
	POC	Ajustamentos de Transição	IFRS	POC	Ajustamentos de Transição	IFRS
	(Milhares de Euros)			(Milhares de Euros)		
Activo						
Activos fixos tangíveis	13.559.325	-1.002.224	12.557.101	118.858	-	118.858
Activos intangíveis	2.958.487	5.817	2.964.304	640.103	-640.072	31
Investimentos financeiros em associadas	431.415	-114.640	316.775	327.305	45.386	372.691
Outros investimentos financeiros	1.183.878	-14.780	1.169.098	7.414.124	192.505	7.606.629
Impostos diferidos activos	589.094	263.087	852.181	61.699	-6.295	55.404
Clientes	95.140	-	95.140	-	-	-
Devedores e outros activos	850.283	-696.590	153.693	3.832.752	-	3.832.752
Total de Activos Não Correntes	19.667.622	-1.559.330	18.108.292	12.394.841	-408.476	11.986.365
Inventários	168.567	-11.761	156.806	-	-	-
Clientes	1.202.250	-40.406	1.161.844	5.162	-1	5.161
Devedores e outros activos	460.411	378.483	838.894	366.873	475.307	842.180
Impostos a receber	171.428	11.426	182.854	180.600	-	180.600
Acréscimos e diferimentos activos	641.038	-641.038	-	520.157	-520.157	-
Activos financeiros detidos para negociação	81.922	-25.673	56.249	15.288	-15.288	-
Caixa e equivalentes de caixa	196.083	34.617	230.700	2.414	15.288	17.702
Activos detidos para venda	-	165.337	165.337	-	-	-
Total de Activos Correntes	2.921.699	-129.015	2.792.684	1.090.494	-44.851	1.045.643
	22.589.321	-1.688.345	20.900.976	13.485.335	-453.327	13.032.008
Capitais Próprios						
Capital	3.656.538	-	3.656.538	3.656.538	-	3.656.538
Ações próprias	-31.662	-	-31.662	-31.662	-	-31.662
Prémios de emissão de acções	472.955	-	472.955	472.955	-	472.955
Reservas e resultados acumulados	2.303.883	-2.363.856	-59.973	2.303.883	-156.880	2.147.003
Interesses minoritários	801.018	-57.081	743.937	-	-	-
Total dos Capitais Próprios	7.202.732	-2.420.937	4.781.795	6.401.714	-156.880	6.244.834
Passivo						
Empréstimos	6.741.014	440.091	7.181.105	3.137.735	461.520	3.599.255
Benefícios aos empregados	959.907	1.025.323	1.985.230	22.820	-5.900	16.920
Provisões para riscos e encargos	297.790	-4.558	293.232	411.752	-372.366	39.386
Conta de hidráulidade	364.197	-	364.197	364.197	-	364.197
Impostos diferidos passivos	545.901	-259.492	286.409	64.318	-64.318	-
Credores e outros passivos	588.130	-389.156	198.974	316.085	-315.001	1.084
Total de Passivos Não Correntes	9.496.939	812.208	10.309.147	4.316.907	-296.065	4.020.842
Empréstimos	1.857.830	102.950	1.960.780	2.251.986	67.384	2.319.370
Credores e outros passivos	1.379.048	2.191.100	3.570.148	280.507	156.489	436.996
Impostos a pagar	220.406	-10.027	210.379	9.965	1	9.966
Acréscimos e diferimentos passivos	2.432.366	-2.432.366	-	224.256	-224.256	-
Passivos detidos para venda	-	68.727	68.727	-	-	-
Total dos Passivos Correntes	5.889.650	-79.616	5.810.034	2.766.714	-382	2.766.332
Total do Passivo	15.386.589	732.592	16.119.181	7.083.621	-296.447	6.787.174
	22.589.321	-1.688.345	20.900.976	13.485.335	-453.327	13.032.008

Demonstração de resultados	Grupo Dez 2004			Individual Dez 2004		
	POC	Ajustamentos de Transição	IFRS	POC	Ajustamentos de Transição	IFRS
	(Milhares de Euros)			(Milhares de Euros)		
Vendas	6.699.294	89.109	6.788.403	-	-	-
Custo das vendas	-4.017.270	73.764	-3.943.506	-	-	-
Margem bruta	2.682.024	162.873	2.844.897	-	-	-
Outros proveitos operacionais						
Prestação de serviços	522.396	-111	522.285	33.151	-	33.151
Trabalhos para a própria empresa	258.774	-258.774	-	-	-	-
Outros proveitos de exploração	17.731	58.990	76.721	3.532	9.401	12.933
	798.901	-199.895	599.006	36.683	9.401	46.084
	3.480.925	-37.022	3.443.903	36.683	9.401	46.084
Outros custos operacionais						
Fornecimentos e serviços externos	-649.504	-11.390	-660.894	-85.610	268	-85.342
Custos com o pessoal	-496.492	-31.203	-527.695	-5.380	876	-4.504
Custos com benefícios sociais	-146.127	-293.956	-440.083	-	-1.139	-1.139
Outros custos de exploração	-220.761	-463.601	-684.362	-2.145	-330.871	-333.016
	-1.512.884	-800.150	-2.313.034	-93.135	-330.866	-424.001
	1.968.041	-837.172	1.130.869	-56.452	-321.465	-377.917
Provisões do exercício	-114.078	49.789	-64.289	-2.944	-7.356	-10.300
Amortizações líquidas	-795.517	46.177	-749.340	-8.677	3.823	-4.854
	1.058.446	-741.206	317.240	-68.073	-324.998	-393.071
Proveitos / (custos) financeiros	-239.727	-15.051	-254.778	432.194	-3.312	428.882
Amortizações de investimentos financeiros	-95.525	95.525	-	-13.670	13.670	-
	723.194	-660.732	62.462	350.451	-314.640	35.811
Ganhos / (perdas) extraordinárias	-164.732	164.732	-	42.232	-42.232	-
Resultados Antes de Impostos	558.462	-496.000	62.462	392.683	-356.872	35.811
Provisão para impostos sobre lucros	-159.617	143.246	-16.371	47.469	74.393	121.862
Resultados depois de Impostos e antes de alienação de operações	398.845	-352.754	46.091	440.152	-282.479	157.673
Resultados no período	398.845	-352.754	46.091	440.152	-282.479	157.673
Atribuível a:						
Accionistas da EDP	440.152	-397.337	42.815	-	-	-
Interesses minoritários	-41.307	44.583	3.276	-	-	-
Resultado Líquido	398.845	-352.754	46.091	440.152	-282.479	157.673

46. Eventos relevantes e subsequentes

Aquisição de Participação Qualificada por parte do Banco Espírito Santo

A 5 de Janeiro de 2006, o Banco Espírito Santo, S.A. ("BES"), na sessão da Euronext Lisbon desse mesmo dia, adquiriu 67.204.883 acções representativas de uma participação de 1,84% no capital social da EDP.

Na sequência da transacção, o BES passa a ser titular, directa e indirectamente, de 79.524.691 acções, correspondentes a 2,17% do capital social da EDP. Considerando que a EDP detém, actualmente, 14.265.089 acções próprias, a participação, directa e indirecta, agora detida pelo BES corresponde a 2,18% dos direitos de voto da EDP.

Nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários, passam a ser atribuídos ao BES os seguintes direitos de voto:

Entidade Titular	Acções Detidas	Direitos de Voto
BES, S.A.	76.426.469	2,10%
ESAF — E.S. FIM	1.790.770	0,05%
ESAF — E.S.G	301.945	0,01%
ESAF — E.S.	1.005.507	0,03%
Total	79.524.691	2,18%

Alienação de Participação Qualificada por parte da Brisa Participações, SGPS, S.A.

A 2 de Fevereiro de 2006, a BRISA Participações, SGPS, S.A. ("BRISA") alienou à BALTIC SGPS, S.A., sociedade detida indirectamente a 100% pela José de Mello SGPS, S.A., 73.202.802 acções representativas de uma participação de 2,0020% no capital social da EDP, ao preço de 2,70 euros por acção.

Na sequência da referida transacção, a Brisa deixou de deter qualquer participação no capital social da EDP.

Negociação entre a EDP Lajeado e a Eletrobrás relativamente às Acções Preferenciais "resgatáveis" emitidas pela Investco

A 16 de Fevereiro de 2006, a INVESTCO, S.A. ("Investco") - empresa detentora da concessão de exploração do aproveitamento hidroeléctrico da central Luiz Eduardo Magalhães ("central do Lajeado"), com uma capacidade instalada de 902,5 MW no Estado brasileiro de Tocantins - e os seus accionistas EDP Lajeado Energia, S.A. ("EDP Lajeado"), Rede Lajeado Energia S.A., CEB Lajeado, S.A. e Paulista Lajeado, S.A., chegaram a um acordo com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás ("Eletrobrás"), para a aquisição das acções preferenciais "resgatáveis" emitidas pela Investco e actualmente detidas pela Eletrobrás ("Acções PN-R").

As referidas Acções PN-R, que correspondiam a 37,52% do capital da Investco, seriam resgatáveis em 5 parcelas anuais, vencendo-se a última em 31 de Dezembro de 2007. Estas acções eram actualizadas anualmente em função da variação do índice IGP-M (inflação) acrescido de 12%. A 30 de Novembro de 2005, o seu valor actualizado ascendia a 1.067,3 milhões de reais.

A EDP Lajeado, controlada em 99,99% pela EDP Energias do Brasil, é responsável pela recompra de 27,65% do total das Acções PN-R detidas pela Eletrobrás, cujo valor ascendia a 295,1 milhões de reais a 30 de Novembro de 2005.

Mediante a celebração do presente acordo, a EDP Lajeado adquiriu à Eletrobrás 27,65% das Acções PN-R nas seguintes condições:

- i) atribuição de um crédito à Eletrobrás no montante de 110,5 milhões de reais a serem utilizados na subscrição de 83.234.057 novas acções preferenciais da EDP Lajeado sem direito de voto ou a resgate, correspondendo a 40,07% do capital total da EDP Lajeado e;
- ii) atribuição de um crédito à Eletrobrás no montante de 184,6 milhões de reais a serem utilizados para adquirir títulos representativos de "Partes Beneficiárias" (I) da EDP Lajeado. Estes títulos dão direito a um dividendo igual a 10% do resultado líquido anual e são convertíveis em acções preferenciais, sem direito a voto, no final da concessão da central do Lajeado (2032). A conversão das "Partes Beneficiárias" em acções preferenciais corresponderá, no momento da conversão, a 5,084% do total das acções emitidas pela EDP Lajeado.

47. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são descritas seguidamente.

Actualmente o Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção destas normas, não tendo ainda completado a sua análise.

IFRIC 5 - Direitos a Interesses resultantes de Fundos de Descomissionamento, Restauração e Reabilitação Ambiental

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em 16 de Dezembro de 2004 o IFRIC 5 - Direito a Interesses resultantes de Fundos de Descomissionamento, Restauração e Reabilitação Ambiental, que é aplicável a períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2006.

O IFRIC 5 estabelece o modo como um participante deve contabilizar a sua participação num fundo de descomissionamento em especial no que se refere aos custos de descomissionamento de fábricas (como uma central nuclear) ou de determinado equipamento (como carros) ou levar a cabo a reabilitação ambiental (como rectificar a poluição da água ou restaurar um terreno contaminado).

IFRIC 8 - Âmbito de Aplicação do IFRS 2

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em 12 de Janeiro de 2006 o IFRIC 8 - Âmbito de Aplicação da IFRS 2, que é aplicável a períodos anuais com início em ou após 1 de Maio de 2006.

Esta interpretação clarifica que o IFRS 2 - Pagamento com Base em Acções, se aplica às situações em que a entidade efectua pagamentos com base em acções por um valor aparentemente nulo ou inadequado.

O IFRIC 8 explica que, se o benefício concedido aparenta ser menor que o justo valor do instrumento de capital atribuído ou das responsabilidades assumidas, esta situação indica, normalmente, que outro benefício foi ou irá ser recebido, pelo que se aplica o IFRS 2.

Esta interpretação ainda não foi adoptada pela Comissão Europeia.

IFRIC 4 - Determinar se um Acordo contém uma Locação

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em 2 de Dezembro de 2004, o IFRIC 4 - Determinar se um Acordo contém uma Locação, que é aplicável a períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2006.

O IFRIC 4 estabelece os critérios para determinar se um acordo constitui um contrato de locação ou contém um contrato desse tipo, como por exemplo no caso de certos contratos de compra firme (take-or-pay). A IFRIC 4 clarifica em que circunstâncias estes acordos, que não assumem a forma jurídica de locações, devem, todavia, ser contabilizados de acordo com a IAS 17 - Locações.

IFRS 6 - Exploração e Avaliação de Recursos Minerais

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em 9 de Dezembro de 2004 a IFRS 6 - Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, que estabelece, pela primeira vez os princípios para a contabilização das despesas de exploração e avaliação, incluindo o reconhecimento dos activos de exploração e avaliação e completa a primeira fase do projecto do IASB para uma convergência entre as diversas práticas contabilísticas para actividades extractivas.

O IFRS 6 é aplicável para os períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2006. No entanto, a aplicação antecipada é encorajada e se uma entidade adoptar o IFRS 6 antes de 1 de Janeiro de 2006, existem disposições transitórias para a divulgação de alguma informação comparativa.

Alteração às disposições relativas à contabilidade de cobertura do IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em 14 de Abril de 2005, uma alteração às disposições relativas à contabilidade de cobertura do IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O IASB desenvolveu esta alteração após algumas entidades terem demonstrado a sua preocupação de que a inclusão do risco cambial de uma transacção intragrupo prevista como um item coberto constituiu uma prática corrente de gestão do risco, embora o IAS 39 (de acordo com a revisão efectuada em 2003) não permitisse a contabilidade de cobertura nestes casos, originando uma diferença para com os requisitos de contabilização Norte-Americanos.

No âmbito da publicação de um Exposure Draft e após consulta intensiva a diversas entidades, o IASB decidiu permitir às entidades designarem, em certas circunstâncias, uma transacção intragrupo prevista, denominada numa moeda estrangeira, como um item coberto nas demonstrações financeiras consolidadas. Esta disposição é consistente com as disposições do IAS 21 - Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio.

Emendas à IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, Opção pelo Justo Valor

O International Accounting Standards Board (IASB), publicou em 16 de Junho de 2005 Emendas à IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, Opção pelo Justo Valor que é aplicável a períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2006, sendo encorajada a sua adopção antecipada.

O IASB desenvolveu estas alterações após algumas autoridades de supervisão e as autoridades de regulamentação do mercado de valores mobiliários exprimirem a preocupação de que pudesse ser utilizada indevidamente a opção da contabilização pelo justo valor sem restrições contida no IAS 39, após a revisão de 2003. A opção permitia às entidades identificarem, a título irrevogável e aquando do reconhecimento inicial, qualquer activo ou passivo financeiro como devendo ser mensurado pelo justo valor com os respectivos ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração de resultados (a opção da contabilização integral pelo justo valor). O objectivo desta opção era simplificar a aplicação da norma.

À luz das observações recebidas relativamente ao Exposure Draft publicado em 21 de Abril de 2004 e na sequência dos debates realizados com as partes interessadas, o IASB decidiu rever a Opção pelo Justo Valor através da restrição da sua utilização aos instrumentos financeiros que cumpram determinadas condições.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações e emenda ao IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 18 de Agosto de 2005, o IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações e adenda complementar ao IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras.

O IFRS 7 introduz novos requisitos destinados a melhorar a informação divulgada nas demonstrações financeiras sobre os instrumentos financeiros e substituiu o IAS 30 - Divulgações nas Demonstrações Financeiras de Bancos e de Instituições Financeiras Similares e alguns dos requisitos da IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Divulgação e Apresentação. A emenda ao IAS 1 introduz novos requisitos em matéria de divulgação relativamente à estrutura de capital das entidades.

Emendas ao IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e ao IFRS 4 - Contratos de Seguro

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em 18 de Agosto de 2005 requisitos corrigidos para os contratos garantia financeira, na forma de emendas específicas ao IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e ao IFRS 4 - Contratos de Seguros.

As emendas tiveram como objectivo assegurar que os emitentes de contratos de garantia financeira incluam os passivos daí resultantes no respectivo balanço. Um contrato de garantia financeira consiste num contrato que requer que o emitente efectue pagamentos especificados, a fim de reembolsar o detentor por uma perda que registre devido ao facto e um devedor especificado não efectuar o pagamento na data prevista, de acordo com as condições iniciais ou alteradas de um instrumento de dívida. Estes contratos podem assumir diversas formas legais, incluindo uma garantia, algumas formas de cartas de crédito ou um contrato de seguro de crédito. Os emitentes devem aplicar estas emendas a períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2006.

Emenda ao IAS 21 - Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em 15 de Dezembro de 2005, uma emenda específica ao IAS 21 - Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio. A emenda clarifica os requisitos do IAS 21 relativamente aos investimentos em operações no estrangeiro pelo que deverá contribuir para clarificar os requisitos de apresentação de entidades que investem em negócios que desenvolvem a sua actividade numa moeda diferente da sua.

Esta emenda ainda não foi adoptada pela Comissão Europeia.

48. Relato financeiro por segmentos de negócio

Um segmento de negócio é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operam em ambientes económicos diferentes.

Actividade Grupo EDP por Segmentos de Negócio
Informação por segmentos de negócio - exercício económico Dezembro 2005

(Valores em milhares de Euros)

	Produção				Elasticidade				Comercialização				Gás				Outras Operações	Ajustamentos Contabilísticos	Actividade em Desinvestimento	Grupo EDP
	Espanha		Brasil		Portugal		Espanha		Brasil		Portugal		Espanha		Total					
	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total					
Volume de Negócios	1 641 005	1 049 031	4 719	3 077 229	3 745 959	1 324 281	5 704 439	534 848	3 43 392	141 867	1 000 127	63 415	11 031	-1 281 926	-	8 544 375				
Outros vendidos	24 113	116 593	-	140 706	3 176	37	3 213	3 206	3 206	-	610 034	3 984	3 984	-99 217	2 404	664 330				
Prestações de serviços	19 281	3 577	12 856	38 354	26 821	21 402	85 284	42 238	7 924	506	50 728	51 922	117 9	-304 304	125 568	428 302				
Custe das vendas	2 004 339	1 189 141	59 549	3 253 020	3 795 956	1 345 680	5 792 906	567 166	354 522	162 393	1 064 061	724 941	130 433	-1 535 547	127 972	9 577 025				
Electricidade	248 724	449 399	-5 275	303 398	-2 580 184	-8 67 680	-3 977 459	-581 023	-502 897	-120 390	-1 204 310	-74 923	-1 761	1 139 848	-4 222 003	-				
Combustíveis	-703 596	-377 952	-304	-1 081 548	-14 058	-3 400	-28 483	-5 554	-	-	-23 980	-23 980	-110	99 795	-2 062	-1 103 701				
Materiais diversos	-956 938	-544 469	-5 579	-1 507 016	-2 594 242	-1 880 505	-4 009 942	-581 023	-508 451	-120 390	-1 209 864	-529 142	-3 760	1 441 470	-2 062	-5 813 192				
Margem bruta	1 047 461	644 642	53 270	1 746 073	1 201 714	463 183	1 792 054	-33 857	-153 929	21 983	-345 803	195 794	146 671	-183 777	124 930	3 463 833				
Custos operacionais	-105 996	-16 139	-29 148	-182 485	-252 386	-85 719	-387 012	-14 145	-28 836	-3 105	-41 086	-38 275	-108 773	-124 269	-102 299	-816 781				
Fornecimento e serviços externos	2 413	116 593	-	140 706	3 176	37	3 213	3 206	3 206	-	610 034	3 984	3 984	-99 217	2 404	664 330				
Custos com o pessoal	-135 303	-42 323	-1 084	-178 710	-394 210	-33 139	-512 488	-4 032	-5 864	-924	-10 891	-25 944	-100 559	124 715	-17 244	-746 278				
Outros prováveis / burras custos	-241 299	-102 462	-17 843	-381 395	-645 392	-162 058	-892 700	-38 238	-29 700	-4 039	-51 977	-63 415	-224 628	292 133	-119 568	-1 583 095				
Outros prováveis / burras custos	-4 496	-	-1 601	-6 097	-201 439	-662	-202 101	-23	-	-	-23	-	-87	-124 269	-102 299	-209 048				
Rendimentos de concessão	3 748	28 913	29 148	61 802	58 241	12 840	4 473	-40 852	-572	-163	-41 594	-1 320	557	-51 681	-3 382	-38 433				
Outros prováveis / burras custos	-748	28 913	27 547	53 712	-142 698	-42 039	-197 628	-60 832	-572	-163	-41 617	-1 320	557	-51 681	-3 382	-247 483				
Resultados Operacionais Brutos	805 414	571 093	64 083	1 440 590	410 420	28 271	694 726	-72 897	-184 201	17 781	-239 397	131 002	11 469	106 675	2 965	2 053 293				
Provisões do exercício	1 779	5 41	10	1 248	-5 438	-757	-4 681	-6 403	-4 233	-241	-6 403	-127	4 838	-6 847	-502	-32 474				
Amortizações do exercício	-245 340	-121 233	-4 709	-371 302	-356 881	-71 841	-460 614	-4 423	-4 233	-241	-9 097	-64 324	-72 815	-16 835	-14 846	-996 539				
Compensação de amortizações	14 588	362	-	1 850	78 274	2 014	86 228	-	-	-	1 777	-	366	13 409	-	97 600				
Resultados Operacionais	563 291	449 680	59 384	1 072 356	124 365	18 451	309 459	-84 003	-188 434	17 540	-254 897	66 388	-118 213	133 176	-11 881	1 141 880				
Ganhos / (perdas) na alienação de activos fixos	-42 892	-26 774	-9 267	-79 433	-26 063	-10 241	-39 866	-7 800	-421	5 599	-2 632	19 252	-31 133	133 566	83	469 710				
Ganhos / (perdas) financeiros	520 399	462 907	49 617	995 923	100 302	-12 098	229 593	-91 813	-188 855	23 139	-257 529	87 640	894	266 742	-13 911	1 218 628				
Impostos sobre lucros	-151 080	-150 483	-4 501	-306 064	-26 200	-44 193	-44 193	22 171	66 136	-7 296	81 011	-17 907	-54 046	199 263	4 919	-152 189				
Ganhos / (perdas) na alienação de empresas desinvestidas	349 319	272 424	45 716	666 859	74 102	-7 931	185 400	-69 642	-122 719	15 843	-176 518	67 733	-141 770	200 157	45 572	1 111 961				
Resultado no período	349 319	272 424	45 716	666 859	74 102	-7 931	185 400	-69 642	-122 719	15 843	-176 518	67 733	-141 770	200 157	45 572	1 111 961				
Ativo líquido	349 319	272 424	45 716	666 859	74 102	-7 931	185 400	-69 642	-122 719	15 843	-176 518	67 733	-141 770	200 157	45 572	1 111 961				
Interesses minoritários	349 319	272 424	45 716	666 859	74 102	-7 931	185 400	-69 642	-122 719	15 843	-176 518	67 733	-141 770	200 157	45 572	1 111 961				
Resultado líquido	349 319	272 424	45 716	666 859	74 102	-7 931	185 400	-69 642	-122 719	15 843	-176 518	67 733	-141 770	200 157	45 572	1 111 961				
Outras informações:																				
Activos fixos tangíveis	4 370 535	2 204 036	799 616	7 374 187	4 630 271	957 090	6 134 810	-	-	90 356	90 356	543 586	83 479	-560 233	59 048	13 891 378				
Activos intangíveis	27 492	40 506	82 749	150 747	11 801	54 228	67 169	3 604	3 597	3 604	3 604	53 272	21 617	1 789 851	56 074	3 308 827				
Outros activos	6 653	10 600	10 600	21 853	15 167	16 616	31 783	59 149	59 149	59 149	59 149	10 600	10 600	10 600	10 600	31 783				
Contas por pagar	2 570 585	1 244 623	57 184	4 392 401	1 558 328	222 070	2 445 212	-11 803	-	-40 900	-133 765	2 138 092	12 336 822	-14 803 338	96 646	6 111 163				
Contas por receber	871 356	1 145 738	105 956	2 123 050	2 635 610	992 937	3 828 644	65 048	-	492 671	557 719	232 200	42 142	-2 235 655	-4 910 018	42 678				

Fernando Calhau
(1948-2002)

s/título, 1974

Acrílico s/tela
110cmx110cm

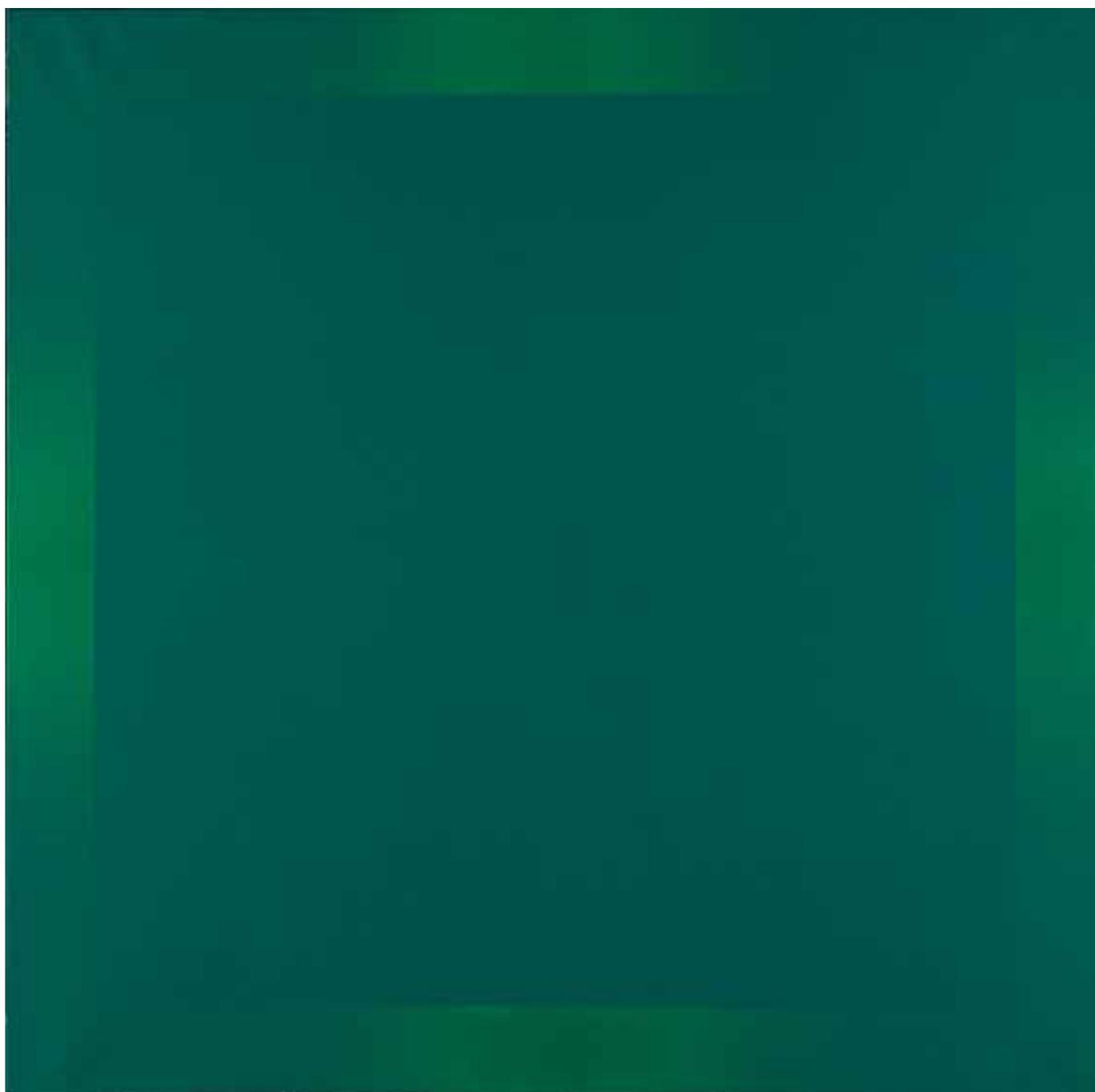
Esta pintura integra uma das mais significativas séries do artista e uma das mais aprofundadas reflexões alguma vez realizadas pela arte portuguesa em torno das questões da cor e da luz.

Como as restantes pinturas do conjunto, esta obra, numa primeira impressão, parece não ser mais do que uma superfície verde uniforme ou ligeiramente manchada. Porém, olhando-a com atenção começamos a distinguir uma série de subtilezas ópticas conseguidas com a mestria de execução que sempre caracterizou a obra deste artista.

Usando a tela quadrada como forma basilar de trabalho, Fernando Calhau inscreveu nela linhas (diagonais ou medianas) que fazem realçar formas (triângulos ou novos quadrados) alcançando um notável conjunto de efeitos luminosos e geométricos dentro das linguagens internacionais que podemos considerar como pintura pura.

João Pinharanda

Obras na Coleção EDP.arte: dois desenhos e uma pintura





**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

Exmo. Conselho de Administração da
EDP - Energias de Portugal, S.A.

RELATÓRIO ANUAL SOBRE A FISCALIZAÇÃO EFECTUADA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

1. O presente relatório é emitido nos termos do n.º 2 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais e da alínea a) do n.º 1 do artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro.
2. Procedemos à revisão legal da **EDP - Energias de Portugal, S.A.**, incluindo os exames das suas Contas tanto Individuais como Consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas pela União Europeia. Os nossos exames foram realizados de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência dos exames efectuados, emitimos nesta data as respectivas Certificações Legais de Contas, ambas sem reservas.
3. De entre outros, foram realizados os seguintes procedimentos:

Relativamente às contas individuais:

- (1) Acompanhamento da gestão da Empresa, através da leitura das actas do Conselho de Administração e de reuniões havidas com os seus representantes, tendo sido solicitados e obtidos os esclarecimentos considerados necessários.
- (2) Apreciação das políticas contabilísticas da Empresa quanto à sua adequação e consistência.
- (3) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras individuais que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2005, a Demonstração dos Resultados e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício então findo, bem como o Anexo contendo as Notas Explicativas a estas demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas pela União Europeia.
- (4) Verificação da conformidade das Contas com os registos contabilísticos de suporte.



- (5) Apreciação do sistema de controlo interno existente na Empresa, tendo sido efectuados os testes de conformidade que considerámos apropriados.
- (6) Análise da informação financeira divulgada, tendo sido, entre outros, efectuados os testes substantivos seguintes, considerados adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
- Teste às adições e alienações do exercício dos elementos do imobilizado corpóreo, incorpóreo e investimentos financeiros. Teste à razoabilidade das amortizações do exercício dos elementos do imobilizado corpóreo e incorpóreo.
 - Confirmação directa e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores e outros devedores e credores) dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pela Empresa; nos casos em que não foi obtida resposta, efectuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários.
 - Verificação da titularidade de títulos negociáveis em carteira e das respectivas cotações na data do fecho do exercício.
 - Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela Empresa.
 - Solicitação directa a advogados e outras entidades de informações sobre cobranças em curso, litígios ou acções judiciais pendentes e reclamações e impugnações fiscais, bem como honorários em dívida.
 - Análise das situações justificativas da constituição de provisões para redução de activos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos.
 - Análise da situação fiscal da Empresa.
 - Revisão analítica das várias componentes dos custos e proveitos, perdas e ganhos, registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo.
 - Apreciação da informação divulgada no Anexo e Notas Explicativas às demonstrações financeiras.

Relativamente às contas consolidadas:

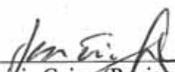
O trabalho efectuado compreendeu, entre outros procedimentos, a conferência dos critérios de consolidação contabilística, relativamente à sua adequação, a verificação da correcção dos mapas de consolidação, relativamente aos valores das sociedades subsidiárias e associadas detidas pela Empresa, a verificação da correcção do Balanço Consolidado, da Demonstração de Resultados Consolidados e a apreciação da informação divulgada no Anexo às Demonstrações Financeiras referente aos valores consolidados incluindo a referente às alterações nos Capitais próprios consolidados e, finalmente a análise da Demonstração de Fluxos de Caixa consolidados.



4. Apreciamos ainda a conformidade do Relatório de Gestão do Conselho de Administração com as contas examinadas, tanto individuais como consolidadas, e verificámos que satisfaz os requisitos legais.
5. Solicitámos a Declaração do Órgão de Gestão prevista nas Directrizes Técnicas de Revisão de Contas.
6. Nesta oportunidade agradecemos toda a colaboração obtida no desempenho das nossas funções.

Lisboa, 7 de Março de 2006

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.
Representada por



Jean-eric Gaigne (Revisor Oficial de Contas n.º 1013)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

EDP – Energias de Portugal, S.A.

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório consolidado de gestão, incluída no caderno institucional e no caderno financeiro, e nas demonstrações financeiras consolidadas incluídas no caderno financeiro, da **EDP – Energias de Portugal, S.A.**, as quais compreendem: o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de 24.032.975 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível ao grupo de 4.823.400 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 1.071.102 milhares de euros), a Demonstração consolidada dos resultados por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação do relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas pela União Europeia, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das Sociedades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) que a informação financeira seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade do conjunto das Sociedades incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame destas demonstrações financeiras consolidadas.



Âmbito

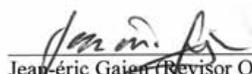
4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das Sociedades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório consolidado de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **EDP – Energias de Portugal, S.A.** em 31 de Dezembro de 2005, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 7 de Março de 2006

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.
Representada por



Jean-éric Gaiger (Revisor Oficial de Contas nº 1013)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

EDP – Energias de Portugal, S.A.

**CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA
DAS CONTAS INDIVIDUAIS**

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão, incluída no caderno institucional e no caderno financeiro, e nas demonstrações financeiras individuais incluídas no caderno financeiro, da **EDP – Energias de Portugal, S.A.**, as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de 13.566.114 milhares de euros e um total de capital próprio de 6.388.628 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 509.835 milhares de euros), a Demonstração dos resultados por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação do relatório de gestão e de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas pela União Europeia, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) que a informação financeira seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, a sua posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame destas demonstrações financeiras.



Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **EDP – Energias de Portugal, S.A.** em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 7 de Março de 2006

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.

Representada por


Jean-Éric Gaigne (Revisor Oficial de Contas n° 1013)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Contas Consolidadas

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2005

Exmos. Senhores Accionistas da
EDP – Energias de Portugal, S.A.

1. De acordo com as disposições aplicáveis do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da EDP – Energias de Portugal, S.A. apresentar o relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório consolidado de gestão, contido no Caderno institucional, e sobre as demonstrações financeiras consolidadas, contidas no Caderno financeiro, apresentados pelo Conselho de Administração de EDP – Energias de Portugal, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.
2. Acompanhámos, desde a data da nossa nomeação, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa e das suas subsidiárias e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Averiguámos da observância do cumprimento da Lei e dos Estatutos.
3. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas bem como o Relatório sobre a Fiscalização endereçado ao Conselho de Administração nos termos do artº 451º do Código das Sociedades Comerciais.
4. No âmbito das nossas funções verificámos que:
 - i) o Balanço consolidado, as Demonstrações consolidadas dos resultados por funções, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da empresa e do conjunto das filiais incluídas na consolidação;
 - ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
 - iii) o Relatório consolidado de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade e do conjunto das subsidiárias envolvidas na consolidação evidenciando os aspectos mais significativos.
5. Em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em consideração os documentos referidos no parágrafo anterior, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual da Sociedade aprove:
 - i) o Relatório consolidado de gestão;
 - ii) as demonstrações financeiras consolidadas.

Lisboa, 7 de Março de 2006

O FISCAL ÚNICO



KPMG & Associados – S.R.O.C., S.A.
representada por
Jean-éric Gaign (Revisor Oficial de Contas nº 1013)

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., uma firma portuguesa membro da KPMG Internacional, uma cooperativa s.l.p.a.

KPMG & Associados - SROC, S.A.
Capital Social: 511.700 Euros
Pessoa Colectiva N.º PT 502 161 078
Inscrito na O.R.O.C. N.º 169
Inscrito na C.M.V.M. N.º 9093

Matriculada na
Conservatória do registo
Comercial de Lisboa sob o
n.º 715, fls. 178 do Livro C -
2/G



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Contas Individuais

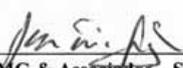
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2005

Exmos. Senhores Accionistas da
EDP – Energias de Portugal, S.A.

1. De acordo com as disposições aplicáveis do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da EDP – Energias de Portugal, S.A. apresentar o relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contido no Caderno institucional, e sobre as demonstrações financeiras, contidas no Caderno financeiro, apresentados pelo Conselho de Administração de EDP – Energias de Portugal, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.
2. Acompanhámos, desde a data da nossa nomeação, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa e das suas subsidiárias e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Averiguámos da observância do cumprimento da Lei e dos Estatutos.
3. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas bem como o Relatório sobre a Fiscalização endereçado ao Conselho de Administração nos termos do artº 451º do Código das Sociedades Comerciais.
4. No âmbito das nossas funções verificámos que:
 - i) o Balanço, as Demonstrações dos resultados por funções, a Demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da empresa;
 - ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
 - iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade.
5. Em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em consideração os documentos referidos no parágrafo anterior, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual da Sociedade aprova:
 - i) o Relatório de gestão;
 - ii) as demonstrações financeiras.

Lisboa, 7 de Março de 2006

O FISCAL ÚNICO


KPMG & Associados – S.R.O.C., S.A.
representada por
Jean-éric Gaign (Revisor Oficial de Contas nº 1013)

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas,
S.A., uma firma portuguesa membro da KPMG Internacional, uma
cooperativa suíça.

KPMG & Associados - SROC, S.A.
Capital Social: 511.700 Euros
Pessoa Colectiva N.º PT 502 161 078
Inscrito na O.R.O.C. N.º 189
Inscrito na C.M.V.M. N.º 9093

Matriculada na
Conservatória do registo
Comercial de Lisboa sob o
n.º 715, fls. 178 do Livro C -
2/3

(Página intencionalmente deixada em branco)

(Página intencionalmente deixada em branco)



www.edp.pt